

BOLETIM

DA-SOCIEDADE
LUSO-AFRICANA
DO RIODE JANEIRO



"BOA SORTE"

Em
saquinhos
misturáveis
de 1 kg.

A MELHOR FARINHA DE TRIGO
FEITA ESPECIALMENTE

PARA O LAR

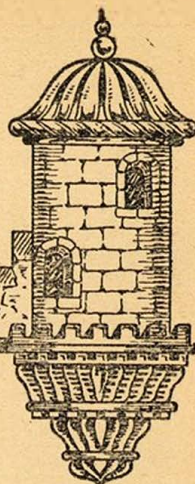
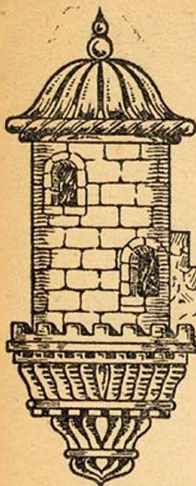
Compra

21. DEZ. 1938

Rev. J. F. H.

BOLETIM DA

Sociedade Luso-Africana



RIO DE JANEIRO — Praça Tiradentes, 60 - 2.º andar — BRASIL

"As idéas não se vendem, dão-se" — Teófilo Braga

Distribuição gratuita

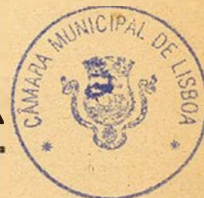
Número 24

COMISSÃO DIRECTIVA

António de Sousa Amorim — Domingos José Veloso
e Francisco das Dóres Gonçalves

DEZEMBRO - 1938

EUFORIA



Quási todos os artigos que escrevemos para os números precedentes deste "Boletim" se caracterizam por certo ar de amargura e até, não raro, por assômos de indisfarçado mau humor, provocados em determinadas conjunturas pela falta daquêlê mínimo de apoio material a que nos julgávamos — e continuamos julgando — com indiscutível direito, tais e tantas são as provas de isenção, dignidade e desambição dadas por esta Colectividade em seus oito anos de labores incessantes e produtivos. Raciocinando melhor, porém, chegamos, a-final, à conclusão de que esse desfiar de máguas, a-pesar de justificado, não tinha razão de ser. E não o tinha simplesmente por isto: quem nos mandou a nós alimentar nesta época de sórdido materialismo o sonho de lançar e erguer uma obra que tem forçosamente de percorrer caminhos líricos, — uma obra que paira na estratosfera, e que a maioria dos mortais não alcança? Portanto, ponto final para sempre nessas considerações de melancólico pessimismo, a-fim de evitarmos a tempo de transformar estas colunas no muro das nossas lamentações... E ademais não pode com justiça deplorar-se a si própria uma instituição como a "Luso-Africana" que conta em seu activo um rol brilhantissimo de realizações; que vê dia a dia os seus esforços triunfarem em tôda a linha, que não há dificuldades ou má-vontades que o seu forte querer não tenha afastado ou abatido; que sente e vê crescer à sua volta as mais honrosas e desvanecedoras simpatias; que, a todo o instante e de todos os lados lhe chegam louvores e se levantam aplausos para os seus esforços e iniciativas!

* * *

Não se publicava êste "Boletim" havia

bastantes meses, e os que publicamos depois do n.º 17, bem sabemos que deixaram muito a desejar no que concerne ao lado gráfico. Mas êste caso não pode, nem deve, ser discutido agora; basta que saibam que fomos ludibriados e que nos penitenciamos da confiança que depositamos em quem não era merecedor dela. O que nós desejamos assinalar é que não estive-mos inactivos durante êsse tempo todo. Pelo contrário, talvez fôra um dos periodos em que mais febrilmente se trabalhou. Senão, atente-se no impulso que nos últimos meses tomou o intercâmbio cultural luso-brasileiro, por nós promovido sem ajudas outras além da cooperação, é verdade que inestimável e preciosa, das mais influentes e prestigiosas figuras das letras e da cultura das duas pátrias, instituições, casas editoras, publicações e jornalistas do Brasil e Portugal, os quais tanto nos têm auxiliado, e mercê de cuja generosidade foi possível à "Luso-Africana" distribuir em menos de um ano, graciosa e reciprocamente, alguns milhares de revistas, livros e jornais brasileiros e portugueses em Portugal, nas provincias ultramarinas da Guiné, de Cabo Verde, de S. Tomé, de Angola, de Moçambique, da Índia, de Macau e de Timor, bem como no Brasil, por escritores, jornalistas, escolas, universidades, estadistas, autoridades e repartições públicas. A todos os recantos de Portugal e do seu Ultramar chega hoje, por nossa exclusiva iniciativa, a mensagem das grandes vozes do Brasil moderno, dos seus extraordinários romancistas, poetas, ensaístas, sociólogos, críticos, economistas, dos seus homens de pensamento e de acção, da mesma forma que as figuras mais expressivas das letras portuguesas são, agora, conhecidas, apreciadas e discutidas no Brasil, e ao dizermos no Brasil não nos referimos apenas ao Rio, mas a todas as cidades — Pôrto Alegre, Recife, Cidade do Salvador, São

Paulo, Belo Horizonte — também grandes centros de intensa vida intelectual.

Nas revistas e jornais do Brasil e de Portugal — referimo-nos, é claro, aos de reconhecida categoria intelectual — colaboram neste momento, graças à nossa influência e à influência de amigos dedicados, com uma frequência e intensidade nunca registadas, grandes espíritos dos dois lados do Atlântico, num desejo espontâneo e irreprimível de aproximação compreensiva, como em nenhum outro momento da história dos dois povos.

Poderíamos citar dezenas de escritores, ensaístas, sociólogos, historiadores, figuras exponenciais das letras, das artes e das ciências que aberta e activamente nos têm auxiliado nesta benemérita cruzada, mas poderia dar-se o caso de cometermos alguma omissão, que, mesmo involuntária, seria sempre desagradável. Limitar-nos-emos, por conseguinte, a agradecer a todos eles englobadamente, a honrosa cooperação que de tão bom grado nos têm prestado, particularizando, apenas, alguns nomes, por ser de todo inqualificável injustiça deixar de o fazer: — S. Excia., o Dr. Gustavo Capanema, ilustre Ministro da Educação, pela simpatia com que aplaude os nossos esforços; os Srs. Drs. Augusto Meyer, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lourival Fontes, dignísimos directores, respectivamente, do "Instituto Nacional do Livro", do "Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional" e do "Departamento Nacional de Propaganda", pelas publicações de toda a espécie que nos têm fornecido para o intercâmbio; os Drs. Octavio Tarquino de Sousa e Olímpio Guilherme, ilustres directores, o primeiro da "Revista do Brasil" e o segundo de "O Observador Económico e Financeiro", duas publicações da mais

alta categoria em suas respectivas especialidades. Isto, entre os nossos amigos do Brasil. Do outro lado, do lado de Portugal, também algumas dezenas de nomes dos mais ilustres poderíamos citar. Mas, para quê, se esses nomes estão presentes nas páginas do nosso "Boletim"? Registemos, no entanto, por indeclinável dever os nomes dos Drs. Nuno Simões e João de Barros, do Sr. Osório de Oliveira, dos Drs. João Gaspar Simões, Vitorino Nemésio, Adolfo Casais Monteiro e Luiz Forjaz Trigueiros, pela carinhosa compensação com que acompanham do lado de lá, os progressos e o desenvolvimento da vida mental do Brasil.

*
* * *

A propósito do intercâmbio cultural luso-brasileiro têm sido escritas ultimamente palavras de formal condenação dos resultados das conferências realizadas com esse escopo, cá e lá. Parece-nos que há precipitação, e que é preciso distinguir. Quanto a nós, existem três espécies de conferências: as instrutivas, as inofensivas e as prejudiciais. Uma conferência de Gilberto Freyre, de Afrânio Peixoto, de Artur Ramos, de Pedro Calmon, de Evaristo de Morais, de João de Barros, de Haroldo Valadação, de Tristão de Ataíde, de Nuno Simões, de Mendes Correia, de Fidelino de Figueiredo, de Osório de Oliveira, de Carlos Malheiro Dias e tantos mais, é sempre para aplaudir e louvar; cabem, portanto, sem nenhum favor, na primeira das espécies mencionadas, e por este motivo não é razoável que pague o justo pelo peccador. A bem da verdade, separe-se o trigo do joio...

FRANCISCO DAS DORES GONÇALVES



"O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que êle exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste. O livro não é só o companheiro amigo que instrui, que diverte, que consola. E' ainda e sobretudo o grande semeador que, pelos séculos afóra, vem transformando a face da terra.

E', portanto, dever do Estado proteger o livro não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que êle seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas.

GUSTAVO CAPANEMA.

Ministro da Educação

I m i g r a n t e s

E s t r a n j e i r o s

Em

Territórios

Nacionais

pelo

General J. R. NORTON DE MATOS

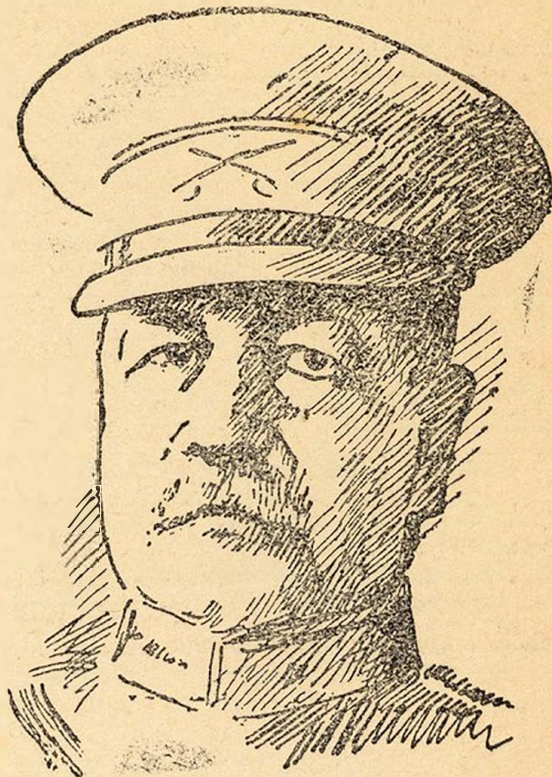
Lord Cecil disse há dias na Câmara inglesa, a propósito dos acontecimentos da Áustria e dos que se preparavam em relação à Checo-Slovaguia, que uma nova doutrina se estava estabelecendo para uso de nações poderosas, onde a política do poder excluía qualquer outra. — Desde que em território de outras nações se fixem em número apreciável habitantes de nações poderosas, duas coisas se terão de dar:

PRIMEIRA — Medida alguma tomada pela nação que recebe os imigrantes e circunstância alguma provocada pela vida em família desses imigrantes, pela aquisição que façam de propriedades, pelo exercício de funções de qualquer espécie, poderão fazer perder a homens, mulheres e crianças a sua nacionalidade, a nacionalidade de seus antepassados.

SEGUNDA — A nação poderosa, à qual esses habitantes de um país estrangeiro e os seus descendentes continuam a pertencer, a não ser que percam a raça por mistura de sangues, tem o direito pleno de intervir na política e administração interna desse país, não somente para proteger as "gentes" da sua raça, mas também para as guiar, para as instruir, para lhes abrir o caminho que deverão seguir em benefício da sua pátria de sempre. E se tanto fôr preciso, aquela nação poderosa terá o pleno direito de incorporar no seu território as regiões que homens da sua nacionalidade souberam em parte ocupar.

* * *

Depois dos acontecimentos que acabam de se dar no território austríaco, e lembrando-me do que esteve para acontecer a Angola pouco antes de rebentar a Grande Guerra, não se



Sr. General Norton de Matos

pode classificar de fantasia o perigo que impende sobre regiões que não se encontram suficientemente preparadas para se defenderem de bruscas ocupações militares por parte de uma nação poderosa, cuja única lei seja a força.

Hoje, mais do que nunca, e com a maior das urgências, as nações têm de tratar da defesa dos seus territórios. A defesa dos territórios nacionais é a obra primacial e em face dela todas as outras têm de ser relegadas para plano secundário. E' triste ver-me obrigado a dizer isto, a aconselhar que se pare quasi totalmente com o desenvolvimento e o progresso material, moral e social dos territórios da nação, para aplicar todas as energias, esforços e recursos nacionais à defesa desses territórios.

* * *

Não basta, é certo, às nações fracas, a organização defensiva para proteger territórios nacionais; mas se essa organização defensiva não existir de nada valerão à nação atacada alianças ou organizações de defesa ou segurança colectiva.

O exemplo da Austria é concludente. Se essa nação tivesse tratado a valer, ou se as

nações suas aliadas a tivessem deixado tratar a valer da sua defesa, se a tivessem auxiliado na sua organização defensiva, as tropas alemãs não teriam feito no curto espaço de 48 horas os passeios triunfais que realizaram, teriam sido imobilizadas por mais ou menos tempo perante linhas defensivas, os seus aviões encontrariam aviões austríacos dispostos a atacar: ter-se-ia ganho tempo e, estou certo disso, os acontecimentos teriam tomado outro rumo.

*
* * *

Que importa pois fazer ?

O dever supremo de uma nação é salvar a sua existência, a sua independência, a sua civilização, a sua língua, o somatório de bens materiais e espirituais que acumulou durante séculos. Convenceram-se os homens da minha geração que isso se poderia conseguir com o progresso e a ordem interna, com o exercício constante, sincero e lial de uma ampla solidariedade humana. Veio a grande guerra desiludí-los. Nela combateram com a esperança e com a confiança de que, após a vitória dos aliados, se entraria numa idade de justiça e de tranquilidade, em que a única preocupação seria o bem da humanidade.

Nova desilusão. Hoje temos de reconhecer que a primeira coisa a fazer é armar-nos até aos dentes para nos defendermos dos agressores.

Temos também de cultivar cuidadosamente as nossas alianças, e quanto mais antigas

elas forem maior desvêlo nos deve merecer a sua conservação: é indispensavel tornar o mais amplo possível os benefícios mútuos que delas devem resultar.

E' tambem de elemental prudência não deixar desaparecer instituições como a Sociedade das Nações. — As numerosas pequenas nações juntas às três grandes nações que ainda fazem parte dessa Sociedade, constituem sem dúvida uma grande fôrça, sobretudo moral.

E' finalmente dever das nações fracas reparar bem em quem deixam entrar no seu território.

Em primeiro lugar não se devem consentir imigrações em massa. Seguidamente é necessário que os habitantes nacionais sejam sempre em muito maior número do que os estrangeiros. Daí a necessidade de povoar os territórios de fraca população com famílias nacionais.

Quanto aos estrangeiros cuja entrada no território nacional se não possa evitar ou que se reconheça como elementos de valôr para o progresso das regiões para onde imigram, terão as nações que queiram fugir de atritos funestos e de complicações irremediáveis de ordem internacional, de aplicar todas as medidas de legítima defesa que se julguem convenientes. — Desde que as nações poderosas a que êsses estrangeiros pertencem, arvoram em origem de domínio sôbre territórios de outras nações o facto de homens da sua nacionalidade se terem nêsses territórios fixado, será rematada loucura deixar realizar essa fixação.

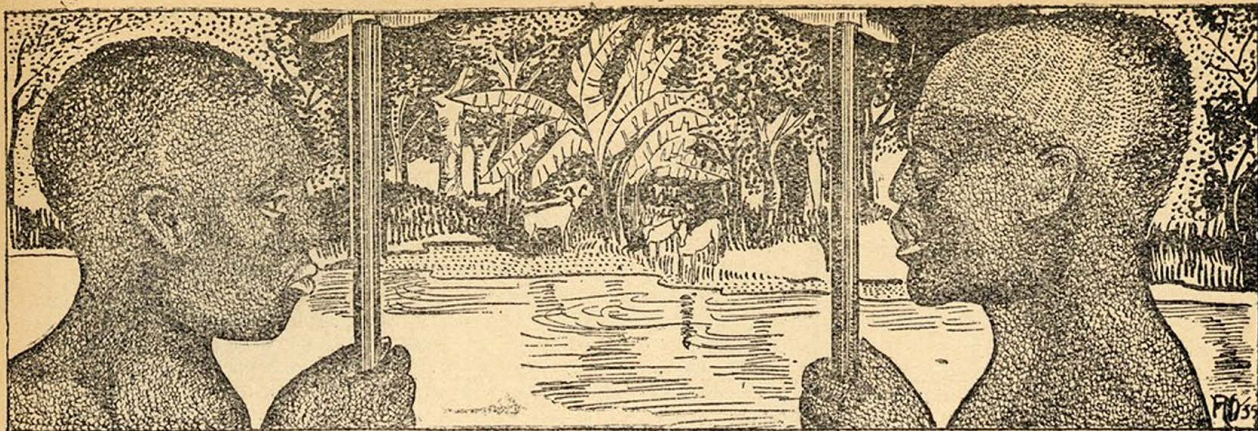
Algés — 1938.

O Brasil vê em Portugal um amigo, um associado, um irmão de sempre, e põe-se a nosso lado para difusão e amparo do prestígio, gloria e esforço lusitanos. Com eloquencia persuasiva o disse o Dr. Arthur Guimarães de Araujo Jorge: — **Só assim ambos os povos, multiplicados e disseminados amanhã pelas cinco partes do mundo, estarão em condições de manter, propagar e perpetuar as mais puras e refulgentes tradições da sua historia, e dilatar, pelos seculos afora, os dominios da lingua portuguesa, destinada a ser falada num imperio de cêrca de doze milhões de quilometros quadrados, e a constituir um dos mais poderosos instrumentos de civilização da humanidade.**

Eis o que pensam e proclamam interpretes qualificados do ambiente brasileiro de hoje, de tal modo simpatico, aliás, ao civismo colonial da grei, que o mais desvelado carinho ali acompanha os trabalhos da "Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, fundada por gente portuguesa, e consagrada á propaganda da nossa obra ultramarina. Consoladora, desvanecedora, amavel fraternidade!

Sempre acreditei na sua existencia. Mas nunca imaginei — confesso — vê-la florir e triunfar tão depressa, dentro dum criterio tão amplo, tão sensato e, ao mesmo tempo, tão util, tão decisivamente pratico.

JOÃO DE BARROS.



Para a celebração nacional dos Centenários da Independência e da Restauração apelou-se para o Brasil e sugeriu-se e reservou-se-lhe a participação especialíssima que mais de três séculos de história comum justificam e impõem.

O Brasil recebeu, como não podia deixar de ser, com a compreensão mais galharda e com a simpatia mais franca, o convite que lhe foi dirigido e deu-lhe já a aceitação mais significativa, com o projecto da visita a Portugal, por essa ocasião, do próprio Chefe do Estado Brasileiro, repetindo-se assim o ensejo culminante de aproximação entre os dois países que foi a visita a Lisboa do Presidente Epitácio Pessoa que teve a honra de saudar na Câmara dos Deputados e a de António José de Almeida ao Brasil que foi com um grande êxito internacional para a Nação, um grande triunfo pessoal para o falecido presidente.

E por certo a colaboração do Brasil não se limitará a êsse acto sempre de transcendência política e diplomática em relação a qualquer Estado, mas excepcionalmente qualificado para a política de Nação e de Estado entre o povo que descobriu e colonizou o Brasil e o fez e entregou já Nação ao convívio internacional e a grande potência que, em pouco mais de um século, se estruturou no país colonizado.

Há no Brasil uma forte renascença de estudos históricos. Ao serviço da rebusca das verdadeiras origens nacionais em que fundar directivas seguras de organização social, estão núcleos de investigadores, de historiadores, de economistas, de memoria-listas, de evocadores literários

ENSEJO A APROVEITAR

pele Doutor Nuno Simões

e até de simples divulgadores romanceados da história. A conclusão irrefutável a que tem ido dar é, no seu balanço final, inteiramente favorável à acção portuguesa cujos pequenos defeitos e até cujos raros grandes êrros encontram compensação na superior intuição colectiva dos colonos e nas normas modelares dos grandes chefes da nossa colonização no Brasil. O esforço de investigação e reconstrução da história do Brasil e que o é também da história de Portugal e, por isso, não pode ser-nos estranho nem ignorado, está longe ainda de se dar por findo.

A vinda a Portugal do primeiro cidadão brasileiro, a pretexto de comemorações históricas excepcionais, uma das quais é também e directamente brasileira pois não pode esquecer-se que ao Brasil do segundo século devemos, pela consciência e auxilio das próprias energias defensivas, a expulsão dos holandeses e a continuação, sob o nosso domínio, do rico nordeste brasileiro e ainda em prova suprema de tais energias, à reconquista de Angola que, sem a

iniciativa brasileira talvez houvessemos perdido, deverá ter uma significação especial para a colaboração luso-brasileira nos estudos históricos. A nomeação oficial já feita de alguns eminentes brasileiros para a nossa Academia de História e a escolha de alguns portugueses para o ingresso na Academia Brasileira de Estudos Históricos em formação e até agora, de restrito carácter particular, não são garantia bastante de que tal cooperação irá até onde pôde e deve ir.

Será necessário primeiramente, já que no texto português do Decreto que criou o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, foi suprimido o artigo que, no texto brasileiro, lhe atribuía função de revisão dos livros de ensino da história dos dois países, que essa tarefa de aproximação por excelência, se defina, encabece e comece a exercer solenemente na ocasião da visita a Portugal do Presidente da República Brasileira. E ao mesmo tempo será necessário que o ensino de história de Portugal e do Brasil, feito já por livros expurgados de êr-

ros repetidos, inexplicáveis e tendenciosos que só tem servido para agravar atritos entre portugueses e brasileiros, seja função obrigatória nas escolas dos dois países, não só o da história comum mas o da história das duas Nações Independentes.

Ainda uma cooperação mais estreita e de mais amplos resultados pode concertar-se entre os dois países, no sector dos estudos históricos.

Temos nos nossos arquivos dezenas de milhares de documentos, grande número deles inéditos e há nos arquivos brasileiros idênticas reservas documentais que é necessário aproveitar, revelar e divulgar com utilidade recíproca para os dois países. Não será oportunidade feliz para se projectarem e efectuarem as bases de cooperação dos dois países nessa obra de comum interesse e de alcance iniludivelmente comum?

Eu creio que tudo o que se faça nesse sentido atribuirá à visita do chefe do Estado Brasileiro uma alta significação cultural e à aproximação entre os dois países dará um singular alcance político, não só suprimindo de vez tantas razões de mal entendidos e de embaraçosos constrangimentos entre portugueses e brasileiros, mas criando razões de respeito e de estima recíprocos que hão-de ter, em outros sectores das relações luso-brasileiras, consequências utilíssimas.

Não será indiferente para a mútua compreensão e estima dos dois países que logo na escola comecem as gerações novas de cada um deles a amar o outro e que os rebuscadores da história de ambos a reconstituam, na parte que a ambos pertence, despojados de qualquer reserva sentimental ou "parti-pris" étnico e apenas movidos por um sentido comum de objectividade e de engrandecimento. Esse sentido gerará, sem dúvida, um esforço natural e justo de respeitosa compreensão no ensino da história independente de cada um dos países, que, durante séculos a forjaram em comum. Dir-me-ão que a visita do presidente Getúlio Vargas não será o ensejo melhor para tratar desse e outros assuntos de real interesse para os dois países. Lembrarei que a tarefa da diplomacia é ir, desde já, estudando e preparando os instrumentos a assinar nessa oca-

INTERCÂMBIO

por RUBEM BRAGA

A lei que proíbe a existência, no Brasil, de organizações políticas estrangeiras, esqueceu António Amorim. Entretanto António Amorim é uma organização terrivelmente política de infiltração estrangeira: a infiltração portuguesa. Devagar, sem fazer barulho, êle está conquistando os intelectuais do Brasil com a inteligência portuguesa. Distribúe e arrecada artigos, poemas e livros. Recebe e manda revistas. Promove permutas. Escreve cartas sobre cartas. Informa, seduz, ajuda, representa, arranja, anima e organiza. Conjuga êsses verbos todos sem andar depressa e sorrindo. Creio que no começo êle não sorria. Devia ficar nervoso. Combinava uma coisa e ninguem fazia. O Brasil é muito longe de Portugal. E muito longe do Brasil também. O pessoal vive mais ou menos espalhado, desanimado com as distâncias, deixando sempre para amanhã o que podia fazer hoje. Amorim tinha de esperar resposta das cartas e quando mandava dizer para Portugal que tinha arranjado um artigo, tinha de escrever depois quatro vezes dizendo que o artigo ia ser enviado breve. Além da preguiça e da desorganização, o intellectual brasileiro tinha a desconfiança do intercâmbio, e principalmente do intercâmbio cultural. Mas, Amorim, provou que trocando idéias com Portugal a gente só pôde ganhar. E mostrou ao Brasil poetas excelentes, alguns homens de cultura de verdade, alguns romancistas e principalmente alguns criticos. A crítica literária em Portugal é muito mais firme, sólida e fina que no Brasil. Há mais equilibrio nos conceitos, mais discreção nos adjectivos, mais delicadeza nos xingamentos e mais senso de medida nos elogios. Em resumo: há mais sabedoria, ha mais crítica. Apresentando aos escritores brasileiros um grupo de gente lúcida e brilhante, distribuindo revistas excelentes, Amorim é o silencioso articulador de um profundo movimento de amizade cultural. O resultado é que os nossos romancistas moços estão sendo lidos em Portugal. Aumentou o público para as nossas letras, como certamente o público para as letras portuguesas. Amorim continúa calmamente nesse serviço generoso e útil. Agradecemos a Amorim e apoiemos Amorim.

(In - «O Imparcial» - Rio)

sião, como o foram os de tão variado intuito e alcance que, entre a Argentina e o Brasil, se assinaram, quando da visita do presidente Justo ao Rio de Janeiro.

Obra da diplomacia deverá ser também a de suprimir e desvanecer todos os motivos de reserva e desconsôlo que possam diminuir ou obscurecer o entusiasmo com que o povo português há-de querer acolher e festejar o Chefe de uma Nação que é nossa irmã pela lingua e pela cultura, pela religião e pela índole, e que se, por essas razões, não pode deixar de ser nossa natural aliada de espírito, por outras de situação geográfica e de produção homologa tem de ser também nossa aliada politica e económica, sem falar em que, pela emigração, continuaremos a ser ainda os

cooperadores sociais mais favoráveis e úteis do Brasil que, para os nossos, lá fixados, representará mais uma pátria, sem perda nem prejuizo da de origem.

Ninguém em Portugal deseje, com mais sinceridade do que eu, que na altura da visita do presidente do Brasil a Lisboa, nenhuma dúvida, ressentimento ou queixa prevaleça ou possa empanar o brilho da verdadeira apoteóse que a Nação Lusitana deve á grande Nação do Cruzeiro, na pessoa do mais representativo dos seus filhos.

Esclareça-se, remova-se e dissipe-se, sem demora e com espirito de firme boa vontade recíproca, tudo o que possa enevoar — e bem pouco será — o vasto horizonte das duas nações atlânticas.

Sugestões para o Estudo da Arte Brasileira em Relação com a de Portugal e a das Colónias

pele
Prof. Dr. Gilberto Freyre

Creio que em nenhum gênero de estudos se impõe com maior insistência a cooperação de brasileiros com portugueses e luso-descendentes de outras terras do que neste: o estudo de problemas de arte culta e popular comuns aos nossos países. O inventário, a análise e a interpretação das obras de arte realizadas pelos portugueses na Europa, principalmente depois das conquistas e navegações e, por influência dêles, nos países onde predominou o tipo lusitano de colonização.

Só por êsses esforços, em comum, será possível determinar com segurança as características gerais da arte de sabôr português e as suas diferenciações, nas várias terras onde se fez sentir não só a influência do sangue como a da cultura da gente de Portugal. Um povo com uma capacidade unica de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo-se nêles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser, que, passados séculos, os traços portugueses se conservam na face dos homens e na fisionomia das casas, dos moveis, dos jardins, das embarcações, das formas de bolo.

A arte de origem portuguesa na America como na África, na Ásia e nas ilhas, está

cheia dos riscos de tão esplendida aventura de dissolução. Portugal seguiu em sua politica colonizadora aquelas palavras misteriosas das Escrituras: ganhou a vida, perdendo-a. Dissolvendo-se. Por isso tantos dos seus valores de arte mais característicos persistiram. Persistiram e persitem. E persistem em combinações e diferenciações inesperadas, mas que guardam o sabor original: das raizes hispânicas.

A arquitectura religiosa portuguesa conservou-se no Brasil quasi sem alteração. A militar, igualmente. Nas proprias casas-grandes patriarcais, tão cheias de combinações novas e de diferenciações às vezes profundas, os traços predominantes conservaram-se portugueses. Na arte do doce, na da cozinha, na da louça, na do jardim, na do movel, na da escultura religiosa, na dos trabalhos de ouro e prata, na dos instrumentos de música, na dos brinquedos dos meninos, na das embarcações de rio e de mar, a força criadora do português, em vez de se impôr, com intransigência imperial, ligou-se no Brasil ao poder artistico do índio e do negro e, mais tarde, ao de outros povos, sem entretanto desaparecer: conservando-se em quasi tudo o elemento mais característico.

Êsse poder de persistência na arte portuguesa é admiravel e merece ser estudado

com amor e vagar, no Brasil como nos outros países de colonização lusitana. Do mesmo modo é preciso que se estude nos objectos de arte brasileira, a influência da Índia, da África, da China, do Japão, através de Portugal, onde tantos traços exóticos foram assinalados, antes de se comunicarem ao Brasil. Outros nos vieram directamente daquelas e de outras terras e aqui é que foram assimilados ao todo luso-brasileiro.

Por outro lado, não deixou de haver sôbre a arte culta e popular de Portugal, sugestão da natureza brasileira. E não só sugestão dessa natureza em seu estado crú como influência de uma paisagem e de um meio social colorido fortemente pela escravidão e pela miscegenação. Êsses traços de influência ou de sugestão brasileira sôbre a arte portuguesa da Europa estão exigindo uma análise pachorrenta e demorada. Êles se encontram nos doces — nos quais certos ingredientes brasileiros se juntaram aos da Índia ou da África, ou simplesmente aos tradicionais, portugueses, para produzirem combinações novas para o paladar, para o olfatto, para a vista. Nos jardins — os bons jardins portugueses — onde mais de uma planta brasileira se tornou elemento valiosissimo de côr ou de forma artistica nova para a Europa. E o pesquisador há-de descobri-los tambem na arte do azulejo — influenciando-lhe os motivos; na da escultura em madeira; na da própria filigrana; na da pintura; na da louça. Dentre os trabalhos em madeira — e madeira quasi sempre brasileira, que desde o século XVII se tornou a das construções nobres em Portugal — recordarei, de passagem, os que se podem admirar na sala de jantar da casa dos condes de Sabugosa em Santo Amaro. E de plantas brasileiras em jardins portugueses, as que se encontram tão à vontade e cuidadas pelas mãos de um chacareiro velho, que por muito tempo viveu em Pernambuco, nos jardins dos marqueses de Fronteira e actuais condes da Torre. Jardins que me parecem da

maior significação para o estudo do espírito artístico do português nas suas qualidades mais características, entre elas, o poder de assimilação do exótico e a capacidade para combiná-lo com os elementos mais tradicionalmente portugueses.

Na pintura portuguesa são traços ou sugestões brasileiras a surpreender e fixar certas notas de côr local que aparecem em retratos de personagens portuguesas que estiveram no Brasil. Não só manchas de côr convencionalmente brasileiras — papagaios, araras, outros pássaros — como evocações de nossa vida patriarcal e perto da mata virgem: figuras de índios e de escravos negros; trechos de natureza ou de paisagem meio bruta; vultos de animais terríveis.

E não devemos nos esquecer dos numerosos retratos de brasileiros — por conseguinte interpretações artísticas de um tipo de homem ou de mulher de origem portuguesa já diferenciado do europeu pelo cruzamento ou por influências poderosas de meios físicos e de condições sociais — que se encontram em Portugal. Uns em museus, outros em casas particulares.

Ainda recentemente, em Lisboa, o Sr. Carlos da Silva Lopes — que é um dos pesquisadores mais esclarecidos dentre os da geração mais nova de estudiosos de assuntos de história da arte e de conservação de museus de arte antiga que ali encontrei — mencionava-me quatro retratos, existentes no Museu das Janelas Verdes — onde trabalha — de brasileiros

ilustres dos princípios do século XIX. Trabalhos do maior valor artístico: obra de Domingos António de Sequeira. Os retratados, deputados brasileiros às Côrtes de Lisboa — Alexandre Gomes Ferrão, Cipriano José Barata de Almeida, Francisco Agostinho Gomes, José Lino Coutinho — faziam parte do grupo de representantes às Côrtes de 1820, que o ilustre pintor português teve a idéia de pintar. Seria um quadro grandioso. A expressão do seu entusiasmo pelas idéias liberais. Mas veio a reacção e o projecto fracassou, restando-nos dêle apenas algumas figuras.

E' ainda ao Sr. Carlos da Silva Lopes que devo interessante comunicação sobre um retrato do Conde de Paratí, hoje pertencente ao genero daquêle titular, o Comandante Paiva Couceiro, que gentilmente me franquiou o quadro a exame e me autorizou a fotografá-lo, caso o desejasse. Retrato pintado no Rio de Janeiro e com atmosfera brasileira. Assina-o certo Almeida que o Comandante Paiva Couceiro supõe com boas razões português, mas que pôde ter sido artista brasileiro, discipulo de português ou de italiano de Lisbôa. Não devem ter sido raros os brasileiros que no século XVIII e nos princípios do XIX receberam em Lisbôa, de mestres portugueses e italianos, educação artística às vezes esmerada. Informa-me o Sr. Carlos da Silva Lopes que o escultor italiano João Grossi teve em Lisbôa, no século XVIII, dois discipulos brasileiros: Felix da Rocha e

João Tenório. São casos que devem ser estudados com minúcia, para que se esclareça melhor aquela interpenetração de influências e se illuminem aspectos do problema de influência italiana, por intermédio da Metrópole, sobre a arte brasileira do século XVIII.

Problemas dessa natureza — todos êles dentro do maior e mais complexo, que é a interpretação das características gerais do velho espírito português ou do actual, luso-brasileiro, em suas expressões artísticas diversas e nas suas varias maneiras de reagir, pela arte, a influências estranhas e de assimilar, tambem pela arte, elementos exóticos — precisam de ser estudados em conjunto, por pesquisadores portugueses e brasileiros animados do gosto — tão raro entre nós — de colaborar.

Essa cooperação se impõe com tanta fôrça que contra ela não prevalecerão os restos de brasilofobia em Portugal nem os de lusofobia no Brasil. Os homens das gerações mais novas, aqui como lá, sentem que ao lado das pátrias políticas, existe esta realidade inegavel: a unidade cultural luso-brasileira ou luso-afro-brasileira a que pertencemos todos os portugueses e filhos de países colonizados pela gente de Portugal. Essa realidade cultural se apresenta com problemas que exigem para o seu esclarecimento e para a sua interpretação, a mais inteligente e constante das cooperações em vez de esforços soltos e prejudicados por patrioteirismos rasteiros.

O segredo da alma portuguesa reside na sua maravilhosa plasticidade e na sua enorme receptividade. Nada se estratifica, ali em formas lógicas. Tudo é fluente, maleável; tudo se dobra à menor pressão da experiência e da sensibilidade, tudo se dissolve e se perde em regiões subterrâneas onde ninguém penetra, onde tudo é uma incógnita indecifrável. Daí essa inquietude eterna da alma portuguesa, essa eterna miragem dos horizontes longínquos, essa intuição das distâncias que se afastam cada vez mais e que cada vez nos deixam mais saudades... A alma brasileira tambem guardou essa impressão de origem. Parece feita da mesma massa, parece esquecer-se nas mesmas inquietudes e nos mesmos problemas...

DR. ALMIR DE ANDRADE

Os Portugueses Fóra de Portugal

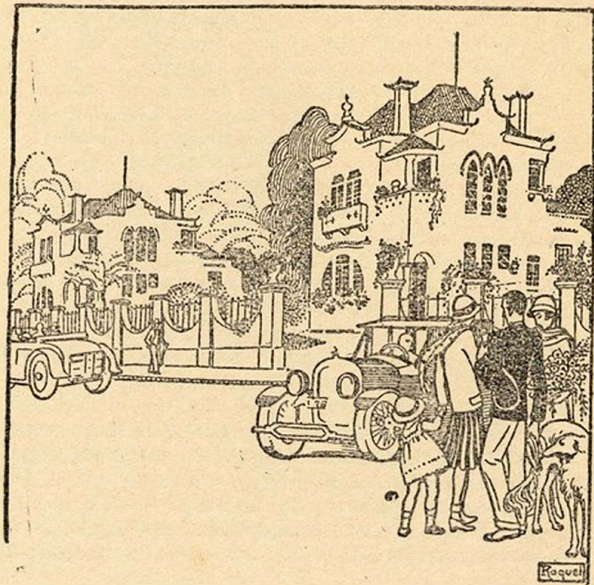
Não sei quem foi que disse, há muito tempo, que “os portugueses não sabem governar-se nem se deixam governar”.

A ser verdadeira a afirmação, significa ela estar este povo condenado a uma vida desordenada, progredindo alguma coisa, à força de ser impellido pelo progresso dos outros, por não ser possível viver-se completamente alheio ao que vai pelo mundo. Mas serão verdadeiras aquelas palavras, que traduzem, por um lado, a inaptidão à vida ordenada, e por outro, espírito de independência, de rebelião às imposições?

Não tomando à letra, como não devem ser tomadas, aquelas palavras, será o povo português assim?

Quanto à segunda parte da afirmação, a de não se deixar governar, não há ninguém que não tenha ouvido opiniões contraditórias. Tão facilmente se afirma que, apesar de certas aparências, o português não consente, de facto, que o submetam a tiranias, tendo estas de ser habilmente disfarçadas para que ele se não aperceba de que está manietado, como se diz que o português está perfeitamente desenhado na famosa exclamação: “**albarda, real senhor!**”, e na facilidade com que é economicamente sugado por companhias e empresas de toda a espécie.

Quem tem razão? Trata-se dum problema de psicologia colectiva, em que entram elementos diversos, como a sua grande incultura, atraso na vida material, um certo feitiço fatalista, um temperamento bulhento e repontão, grande resistência passiva, etc. Afigura-se-me, porém, mais interessante a segunda parte da afirmação, a que diz não nos deixarmos governar.



Huambo (Nova Lisboa).

Angola.

pelelo
Professor Emilio Costa

À força de repetido, é já composto de lugares comuns tudo o que se disser sobre o que tem valido aos portugueses a sua disposição de atraso nos principais domínios de actividade dos povos civilizados: vergonhosa percentagem de analfabetos, campos mal ou pouco aproveitados, lugar ínfimo na estatística do movimento comercial do mundo, muito baixo nível de vida, etc.

Como não havia de ser assim, diz-se, se nos faltam ou não as pomos em prática, as qualidades ou condições indispensáveis para que um país progrida, se valorize, se civilize: hábitos de trabalho, constância no esforço, coordenação de esforços para fins de utilidade comum, objectivos a atingir, bem sentidos pela colectividade, confiança no esforço próprio, etc.?

Abunda, em contrário, o espírito de aventura, a ânsia de êxitos rápidos e completos, o apêlo para tudo que nos dê o que desejamos fóra do trabalho metódico: desde a herança dos aventureiros da Índia ou dos ricos do Brasil, até aos “padrinhos” para tudo (quem os não tem morre moiro) e à lotaria da Misericórdia. Temos a mania das grandezas, desde os projectos, impossíveis de realizar, até aos adjectivos com que a falar e a escrever, enaltecemos e deprimimos. Somos um país de tudo ou nada; e como não se póde ter tudo, sempre que o queremos, não temos nada. Tudo isto, repito, é banal, tantas vezes e por tantos, tem sido dito e comentado.

Verificado tudo isto, com as excepções, cujo número, o amor próprio ou certo patrio-

O Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal

4.º — Ao Brasil é devida a referência especial, pois, seja qual fôr a parte que nas comemorações centenárias queiram amavelmente tomar os outros Estados, não podemos dispensar na gloriosa festa a presença, a participação, o concurso permanente e activo do Brasil.

A História dos dois povos é comum a ambos até ao alvorecer do século XIX; e quando os dois reinos se separaram, fizeram-no em termos que não têm precedentes na História. A atitude constante de Portugal para com o Brasil, desde o dia da nossa bifurcação no vasto mundo, é a de terna e carinhosa solidariedade. Orgulhamo-nos tão naturalmente de quanto empreenderam os nossos antepassados, como do que fizeram e têm de fazer os nossos descendentes. A nossa língua é a sua língua, e enquanto Portugal continental é estreita nesga de terra na Europa onde nunca poderão caber senão escassos milhões de almas, o Brasil é quasi um continente, um mundo novo, e dêle jorrarão pelos séculos adiante torrentes de humanidade em cujas mãos estará bem entregue o tesouro das tradições de que hão-de ser herdeiros, em sagrada partilha comnosco.

Eis algumas das razões por que havemos de pedir ao Brasil que venha a Portugal no momento em que festejarmos os nossos 800 anos de idade, ajudar-nos a fazer as honras da casa; que erga o seu padrão de História ao lado do nosso; que não seja apenas nosso hóspede de honra, mas, como da família, a par de nós acolha as homenagens que o mundo nos deve e nos trará nessa ocasião; que nos mande, no maior numero, os mais egrégios dos seus filhos, em romagem patriótica e cívica.

Não nos deteremos a precisar a forma a que aspiramos da colaboração brasileira nos centenários 1939-1940. Queremos que o encontro dos nossos povos seja então afetivo e intenso como nunca o foi; e que o mundo seja testemunha do que é o Brasil na História portuguesa — uma das suas páginas mais belas e a sua mais bela e a sua mais extraordinária realização, e do que é Portugal para o Brasil — a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria.

(Da nota officiosa enviada aos jornais portugueses pela Presidência do Conselho).

tismo aumentará, mas que não deixam de ser excepções, como é que se explica o fenómeno curioso da vida dos portugueses, fóra de Portugal, fornecer freqüente e solene desmentido à dos portugueses dentro do seu país?

A parte as intrigas e questões uncilas entre eles (mas isso é pecha comum dos oriundos de não importa que país) observa-se que, dum modo geral, o português parece mudar de temperamento e de pensar, manifestando qualidades que, na sua terra tão avêso se mostra a manifestar: mais método no que faz, mais persistência no esforço, mais espirito de iniciativa, mais tendência para colaborar com os compatriotas em obras para o bem comum e dando, em regra, boa conta de si, não sendo dos menos apreciados quanto á conduta,

ao lado moral da sua existência.

Tenho ouvido, por gente muito competente para as poder fazer, as mais lisongeiras e até calorosas referências á vida dos portugueses em países distantes. São os portugueses da Califórnia e também de outros pontos da América do Norte, não se vendo excedidos, e às vezes nem iguallados, nos seus trabalhos e iniciativas; são os portugueses do Congo Belga, acusando, na vida comercial indiscutível predominância sobre todos os outros europeus; são, por toda a parte, os portugueses, revelando-se gente habilidosa, nos mestéres mais variados.

Com as excepções que se quiserem, mas que não deixam também de ser excepções, as coisas passam-se as-

sim, duma forma um pouco desnorteante, mas, em suma consoladora. Dir-se-ia que o português, quando sai do seu país, é como certos rapazi-nhos que se comportam bem na casa alheia, e na casa dos pais ninguém os atura.

A que será devido este fenómeno? A influência do meio, que se exerce rápida e forte, explicável pelo poder de adaptação, há muito reconhecido, da maioria dos portugueses? Seja como fôr, verifica-se que os portugueses, quer se saibam ou não governar, quer se deixem ou não deixem governar, são, pelo menos, boa matéria prima, á qual talvez tenham faltado, circunstâncias de caracter social, produtoras dum ambiente favorável á expansão das suas qualidades, dentro do seu país, como elas se manifestam e frutificam fóra dêle.

FERNÃO DE MAGALHÃES

Stefan Zweig, um grande internacional das letras, acaba de consagrar ao navegador Fernão de Magalhães, um volume que eu li, como toda a gente.

Não discuto o mérito deste trabalho, como história ou como obra literária; aprecio-o apenas como interpretação dum herói dos descobrimentos.

Zweig e Ludwig, acima de tudo, apresentam-se como interpretes de grandes figuras humanas.

Parece-me, neste caso porém, que Zweig falhou os seus objectivos.

O interprete mostra-nos o navegador, duro, sombrio, silencioso, tenaz, inflexível e resignado, ao longo da sua biografia e sobretudo do descriptivo da grande viagem.

Mas todas as grandes figuras do nosso século de quatrocentos — e foram tantas! — tiveram essa ténpera!

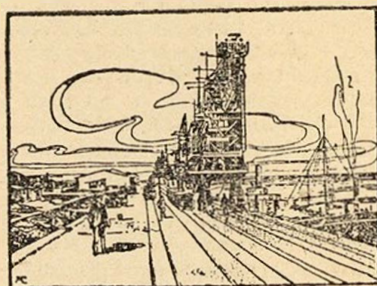
Nem doutra essência poderia ser caldeado o caracter dos grandes capitães daquele século, porque sem a dureza da alma, a meditação, a tenacidade, a inflexibilidade do comando, a resignação, não se explicam os feitos de Vasco da Gama, de Albuquerque, de D. João de Castro, para não citar senão os gigantes.

Quem não reunia todas essas virtudes ou defeitos — como se queira — não podia ser um chefe, porque os empreendimentos eram de tal magnitude e transcendência que às vezes, nem com aquelas qualidades se levavam ao fim.

A volta ao mundo foi um acontecimento maravilhoso, indiscutivelmente.

Mas foi ele maior do que os outros nossos navegadores que sondaram e penetraram o Atlantico, vagorosamente, até chegar ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia?

pele Dr. A. Chaves de Almeida



Zweig chama-lhe o feito mais maravilhoso, o maior acontecimento, desde que Deus criou o mundo e a primeira criatura. É uma opinião como outra qualquer.

Parece-me porém que Zweig desvaira um pouco no seu entusiasmo.

Confunde, se não erro, os resultados do feito com o próprio acontecimento.

Os resultados foram indiscutivelmente maravilhosos, porque trouxeram à ciência humana uma certeza mais — a da esfericidade da Terra.

E como tal, tão maravilhosos foram eles como os de tanta conquista feita pelo pensamento e pelo esforço do homem, no desfiar dos séculos.

No que respeita ao aspecto moral ou heróico da façanha, para mim, tão grande e gloriosa é a navegação de Fernão de Magalhães, como o de Gil Eanes dobrando o Bojador, como a de todos os navegadores que lhe foram na pègada, descobrindo mundos novos e sulcando novas rotas.

A todos esses heróis do mar, de quatrocentos, se podem adaptar as virtudes que Zweig encabeça em Fernão de Magalhães.

São naturais e peculiares ao chefe daquele tempo e... ia eu a escrever, ao chefe de todos os tempos, sem que se possa dizer que, para ser chefe basta ser duro, sombrio, silencioso, tenaz, inflexível e resignado, visto que há quem tenha estes traços e não passe de uma caricatura de chefe.

O chefe é um pensador da acção.

Pensador irresistível e, como tal, não vê senão os seus objectivos, não podendo deixar de ser sempre uma alma bem marcada daquelas características.

Os homens, quando são sentimentais, tagarelas, frívolos, transigentes, inconstantes, não são chefes nem de si próprios, são chefiados, são a vasta manada feita para ser conduzida.

O livro de Zweig seria interessante, no ponto de vista em que nos colocamos, se nos explicasse a razão por que Fernão de Magalhães se pôs ao serviço de Carlos V, em prejuizo de Portugal — a sua Pátria.

Por orgulho?

O orgulho não chega, julgo eu, porque muitos chefes do seu tempo, cheios de orgulho justificado — Vasco da Gama é um exemplo — foram feridos nêle e não desertaram.

A explicação deste facto da vida de Fernão de Magalhães é que deveria dar a interpretação do herói e Zweig não a deu a meu vêr.

ARTUR DE PAIVA

E' Artur de Paiva uma das grandes figuras angolanas, para a qual não tem sido chamada devidamente a atenção dos estudiosos. Quer a encaremos sob os pontos de vista militar ou administrativo, ela impõe-se sempre à nossa admiração. Em tôdas as funções que lhe foram confiadas o seu nome dignificou-se, conquistando um crescente prestígio que, ainda hoje, trinta e sete anos após a sua morte, é sensível em todo o Sul de Angola, a cuja ocupação se dedicou com um ânimo inquebrantável. Atestam-no as várias campanhas e expedições que dirigiu, tais como a expedição às Ambuelas e Cubango em 1886, uma nova expedição ao Cubango em 1889, a expedição ao Bié em 1890-91 e por último a expedição ao Humbe em fins de 1897, campanha mortífera com a qual fechou a sua activa e brilhante carreira militar. A ocupação do Sul de Angola conta nêlo um dos principais pioneiros.

Tambem a sua acção se acentuou ainda como explorador. Enquanto o militar dirigia as operações de guerra, o homem de ciência ia observando e registando os elementos geográficos, etnográficos e políticos necessários à elaboração dos seus despretenciosos, mas nem por isso menos importantes relatórios. De todos êstes, o da exploração do rio Cunene, desde a catarata do Ruacanã à foz (1892), é sem dúvida o mais interessante e valioso, porque, nêlo, a par das qualidades brilhantes que já exornavam essa nobre figura de colonial, se define o escritor na plena posse de incontestáveis faculdades literárias. A descrição dessa viagem tormentosa, que, em interesse e expressão patética, rivaliza com as mais vivas páginas até hoje escritas por exploradores africanos, constitui ainda uma forte lição do quanto pôdem o esforço e a vontade, quando sinceramente aplicados em favor da ciência. Artur de Paiva na exploração do curso dêsse rio, erigida de dificuldades, sobretudo para quem, como recursos, contava apenas com o seu vigor pessoal e com uma inesgotável curiosidade em face dos segredos da natureza, atinge um poder evocativo muito fóra do vulgar. Os encontros inesperados com a caça grossa, que é abundantíssima nas margens do Cunene, descritos com uma particular predisposição para movimentar as cenas e lhes surpreender a nota pitoresca e por vezes cômica; a descrição das asperezas do rio, quebras, rápidos e cataratas rumorejantes, que o tornam um dos mais curiosos cursos de água da África meridional, feita de maneira a pôr vivamente diante dos olhos do leitor a estranha natureza dessa pouco conhecida e pitoresca zona do sertão; a nota pessoal da fadiga, das

pelo

Prof. Capitão Gaspar Sousa Dias

provações sofridas para finalmente, dum môro adusto, já descalço, rôto e esfomeado, avistar o mar e a foz do rio — são páginas que não devem manter-se desconhecidas num país de destino ultramarino e em que a literatura colonial começa a baluciar as suas primeiras falas, mas em que, por seu intermédio, é urgente dar á mocidade a lição do esforço e da abnegação que dos seus homens as colônias exigem.

Artur de Paiva foi daquêles coloniais que à África deram a sua existência inteira, numa plenitude tão perfeita, que, para fóra do seu serviço e do seu progresso, é difícil descortinar-lhes, outras preocupações e outra paixão. Serviu-a até ao último alento. E, quando, de regresso à pátria, a bordo do *África*, o seu organismo, esgotado de trabalhos e provações, se desprende da vida, essa mesma pátria devia-lhe a ocupação e pacificação de um território imenso, constituído pelos dois planaltos meridionais de Angola. Nêles a raça portuguesa, se tivesse sabido, como tanto lhe convinha, criar uma mentalidade colonial, encontraria colocação para o seu excedente demográfico, problema êste que num futuro muito próximo a todos se apresentará com uma acuidade iniludível.

O conhecimento da obra de Artur de Paiva impõe-se, não só por motivos puramente artísticos, mas ainda porque nela se aponta á nação o dever indeclinável de aproveitar as vastas regiões africanas que os seus maiores desvendaram e conquistaram, para nelas se assegurar a existência de milhares de criaturas que desvairadamente andam procurando pão pelas sete partidas do mundo. Essa gente devia ser naturalmente canalizada para as terras meridionais de Angola, onde, una vez realizadas as obras preparatórias da sua recepção, poderia encontrar uma existência remediada, livre e saudável, semelhante á que na própria metrópole vivem os seus irmãos de sangue.

Êsse, como natural destino da raça, deveria constituir o seu ideal económico, que a brilhante pena de Artur de Paiva já no seu tempo soube definir eloquentemente sob a inspiração do mais elevado e esclarecido patriotismo!

Lisboa, Fevereiro de 1938.

ALFAIATARIA
E SECÇÃO DE

:- RADIOS :-

• • •
Telefone 23-0779

Á TRIUNFAL

PIMENTEL & ANTUNES LTDA.

Rua Buenos Aires, 117-1.º - ESQUINA DA
RUA URUGUAIANA

RIO DE JANEIRO

Glorioso

Aniversário

Pede-me a Direcção da SOCIEDADE LUSO - AFRICANA DO RIO DE JANEIRO algumas linhas para o número do Boletim que consagra à comemoração do oitavo aniversário do começo da sua gloriosa cruzada a favor dos domínios coloniais portugueses.

Lamentando que os frios do inverno, agravando os males dêsse outro inverno da minha idade, me impeçam de corresponder a tão penhorante convite com algum artigo que modestamente pudesse alinhar ao lado daquêles com que os eminentes colonialistas, colaboradores habituais do Boletim, de-certo hão-de dar o merecido relevo ao patriótico intento da SOCIEDADE LUSO - AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, eu não quero deixar de me associar a êle de todo o coração.

Merecem-me o maior e mais justificado aprêço todos aqueles que, por qualquer forma que seja, directa ou indirecta, procuram realçar o valor do esforço colonial dos portugueses nos seus domínios ultramarinos. Quem, mais que a SOCIEDADE LUSO - AFRICANA DO RIO DE JANEIRO será credor dos nossos louvores? Qual outra, em país estrangeiro, com igual empenho reivindica constantemente para nós portugueses, as nossas legítimas glórias e os nossos inesquecíveis serviços à causa da civilização das populações africanas e orientais, cada dia mais vigorosamente confirmados pelo estudo consciencioso de documentos tenazmente arrancados ao esquecimento dos arquivos? Qual outra, com mais solicitude e desinterêsse, procura espalhar pelo mundo, mercê dos escritores de eleição que chama para o seu Boletim, a notícia honesta dos passos firmes da nossa obra colonizadora?

pelo

General José Justino Teixeira Botelho



Todo o meu fervoroso aplauso, pois, e todo o meu reconhecimento de português à SOCIEDADE LUSO - AFRICANA DO RIO DE JANEIRO pelos seus oito anos de tão fecunda lida.

Sobre as colónias portuguesas que poderei dizer nestas fugitivas linhas, senão aquilo que me acode sempre ao espírito quando nelas penso? Que mantenho tôda a minha velha e inabalável fé na forte vontade de as conservar e en-

grandecer constantemente de que sempre deu provas a família portuguesa, ainda mesmo nos tempos mais dramáticos da nacionalidade; que confio com plena segurança, a-pesar-da loucura conquistadora que faz desvairar certas nações, na força da intransponível barreira moral erguida pela nossa secular e formidável obra colonizadora, cada dia mais engrandecida, que as torna intangíveis.

Lisboa — 1938.

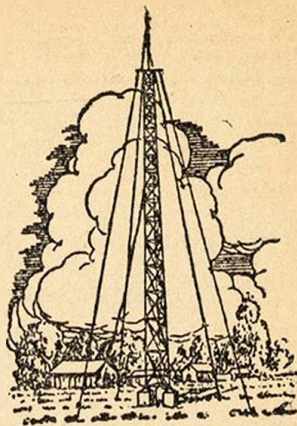
BRASIL - PORTUGAL

“Está-se processando, afinal, dentro de normas desejáveis, o Intercâmbio Literário entre o Brasil e Portugal. E aquilo que até hoje não tinha sido conseguido pelos dois governos, fora uma troca de visitas, conferências e banquetes, está sendo feito agora pela energia de um rapaz português, sr. António Amorim, que nem mesmo é escritor militante. Sózinho, com mil outras coisas na vida para fazer, êle soube estabelecer um contacto verdadeiro entre a boa literatura daqui e a boa literatura de lá. Troca de livros, troca de revistas, troca de cartas, troca de colaborações. Os frutos estão aparecendo. A colheita vai ser imensa”.

MARQUES REBELO

(Redactor-Chefe de “Dom Casmurro”)

A Unidade Económica da Terra Portuguesa



A política da unidade económica da metrópole com as colónias tem sido preconizada como uma fórmula capaz de contribuir eficientemente para o restabelecimento do equilíbrio da balança económica dos países coloniais.

Portugal, país deficitário tanto em produtos alimentares como em matérias primas, seria largamente beneficiado com a adopção de tal política, pois encontra no seu vasto império colonial a maior parte dos produtos a cuja importação se vê forçado.

Problema de grande complexidade, o da unidade económica — porquanto interessa simultaneamente à Administração Colonial, à Economia Política e à Geografia Económica — não é susceptível duma análise, mesmo superficial no limitado âmbito dum artigo de revista.

Limitar-nos-emos pois, à indicação dos vários aspectos da questão que devem ser objecto de atento e completo estudo, e que constituem os elementos indispensáveis para tornar possível uma bem orientada política de unidade económica :

- 1.º Importância económica dos produtos coloniais na metrópole e dos desta nas colónias; possibilidades de intensificar reciprocamente a corrente comercial entre a metrópole e as colónias.
- 2.º Os regimes aduaneiros coloniais; possibilidade e vantagens da unificação do sistema pautal.
- 3.º O desenvolvimento do comércio de navegação; indispensável necessidade de organizar uma marinha mercante numerosa e bem apetrechada, condição vital para a existência da unidade económica.
- 4.º O desenvolvimento dos meios de transportes terrestres no interior de cada colónia — iniciados com uma alta visão pelo General Norton de Matos, em Angola — e das ligações aéreas inter-coloniais e das colónias com a metrópole.
- 5.º Estudo das condições de emigração para as colónias e notadamente dos problemas fundamentais: salubridade

pelo

Prof. Dr. António Maria Godinho

das zonas ricas, e abundância de capitais para a sua exploração. Só depois destes problemas resolvidos se deve intensificar a corrente migratória metrópole-colónias.

- 6.º Estudo do regime das terras e do regime predial nas colónias.
- 7.º Os grandes problemas de fomento colonial; possibilidades da criação de indústrias.
- 8.º O regime bancário e em especial o das transferências que deve ser encarado tanto sob o aspecto da economia da colónia como das necessidades do colono.
- 9.º O sistema fiduciário e monetário.
- 10.º A mecânica tributária.
- 11.º O estudo dos problemas que interessam especialmente determinada colónia, além dos considerados nos números anteriores.

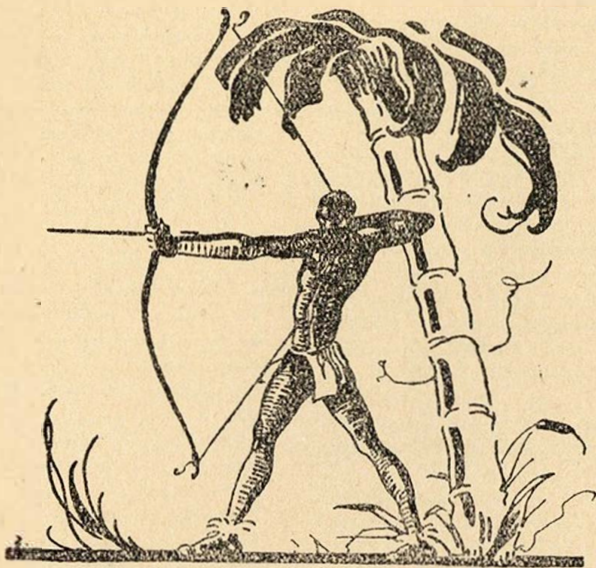
As vantagens principais da adopção da política da Unidade Económica podem consubstanciar-se nos seguintes pontos:

- 1.º Criação dum único bloco económico, constituído pelo somatório das economias metropolitana e colonial;
- 2.º Aquisição por parte da metrópole de novos mercados e de novos núcleos de emigração nas colónias;
- 3.º Desenvolvimento da actividade industrial metropolitana com a utilização das matérias primas coloniais;
- 4.º Intensificação da actividade agrícola nas colónias, como consequência duma bem orientada política de emigração;
- 5.º O desenvolvimento geral da vida económica portuguesa.

Lisboa, Março de 1938

Levantes de Negros

Escravos no Brasil



pelo **Prof. Dr. ARTUR RAMOS**

Tem sido um erro a afirmação repetida de historiadores e sociólogos brasileiros que o Negro, ao contrário do Índio, foi, no Brasil, um elemento passivo e resignado ao regime da escravidão. E teria sido esta a causa da substituição da escravidão índia pela africana. Segundo aquêles historiadores, o índio reagiu violentamente à escravidão, fugindo para as selvas, ao passo que o Negro africano, humilde e dócil, se deixou capturar, submetendo-se sem protestos ao trabalho escravo.

E' esta uma perspectiva que a lição da sociologia e da história desmente de modo categórico. A antropologia cultural mostra-nos que a adaptação do Negro aos trabalhos agrícolas, no Brasil, foi uma consequência de encontro de regimes. O índio foi esplêndido escravo antes da fixação agrária que o iria arrancar do seu sistema cultural. Na passagem do nomadismo ao trabalho sedentário, o índio fracassou. Ao passo que o Negro se adaptou maravilhosamente à faina agrícola, consequência de seu estado de cultura, superior ao do índio.

A lição histórica mostra-nos, do outro lado, que o Negro não foi absolutamente este tipo dócil, cheio de submissão e incapaz de reagir. E' verdade que o tipo do Pai João, manso e humilde, perpassa muitas vezes diante dos nossos olhos, mas isto não é a regra.

O Negro, embora sendo mais capaz do que o índio, ao trabalho agrícola, pelas causas culturais já apontadas, reagiu, por vezes violentamente, ao regime da escravidão. Foi bom trabalhador, porém mau escravo. Os quatro séculos do regime escravocrata mostram-nos as suas reacções e as suas revoltas, não só no Brasil, como nas outras partes da América. Desde as fugas até ao suicídio. Desde a fuga individual até os grandes movimentos de insurreição colectiva. Nêstes movimentos, destacaram-se as suas qualidades de **liderança**, de organização, o ímpeto de combate e os sentimentos de afirmação da dignidade pessoal.

Já nos primeiros tempos da escravidão, as fugas dos escravos eram freqüentes. Os escravos fugidos, denominados **quilombólas**, reuniam-se muitas vezes em agrupamentos organizados, os **quilombos**. Estes movimentos foram mais intensos no século XVII, quando houve a formação da célebre república de Palmares, e no século XIX, com os movimentos de **guerra santa** dos Malês, na Baía.

Desde os primeiros tempos do tráfico, os **senhores** queixavam-se das fugas freqüentes dos negros e apelavam para os poderes públicos e depois para os serviços do **capitão do campo** e para os anúncios na imprensa, no sentido de serem capturados os negros fugidos. Durante quatro séculos, até a abolição, houve **quilombólas**, que fugiam ora isoladamente, embrenhando-se nas selvas, ora se organizavam em grupos, em **quilombos** e reagiam pela força á captura.

Já a 16 de Junho de 1607, em carta para Sua Majestade, o Governador da Baía, o 6.^o Conde da Ponte, dava informações sôbre a primeira insurreição de negros **Haüssás**, argumentando que eram as "nações mais guerreiras da costa de Leste". Seriam êstes mesmos **haüssás**, junto com outros negros islamizados, os principais responsáveis pelos movimentos armados que teriam lugar muito tempo depois, no século XIX.

No século XVII, no período que vai de 1630 a 1697, os negros escravos do nordeste brasileiro conseguiam fugir e se organizavam em aldeamentos (**quilombos**) dos quais o mais célebre foi o de Palmares, em Alagôas. Tal foi a importância histórica do quilombo dos Palmares, que merece um estudo especial.

Mas não foi só Palmares. Em 1650, os escravos do Rio de Janeiro, se organizaram em **quilombos** que muito trabalho deram às autoridades policiais, tendo sido por fim destruídos pelo capitão Manoel Jordão da Silva.

No nordeste, vários quilombos se formaram pelo modelo do de Palmares. Dêstes quilombos secundários, o mais importante foi o do **Cumbe** na Paraíba, hoje Usina Santa Rita. Depois da destruição de Palmares, vários negros de lá fugidos reuniram-se a outros da Paraíba e formaram na zona da várzea aquêlê aguerrido quilombo. Em virtude de Carta Régia, êste **quilombo** recebeu ordem de destruição em 1731. Uma primeira expedição de quarenta homens ar-

mados, sob o comando de Jerônimo Tovar de Macedo, foi derrotada. O **quilombo** tornara-se temido. Só depois é que João Tavares de Castro, numa expedição de escravos e mercenários, conseguiu destruir o **quilombo** do Cumbe, aprisionando vinte e cinco africanos.

A frequência destas fugas de escravos e da formação de **quilombos** originou enérgica reacção por parte do Reino de Portugal. Ordens Régias e Alvarás sucessivos determinaram medidas a serem tomadas: marcar a fôgo com a letra F (fujão) e córte de uma orelha, na reincidência, ao negro fugido que fosse capturado, punição por açoites, etc., afóra as providências que, por sua própria conta, tomavam os **senhores**, como o castigo das novenas e trezenas, que consistia em surras nos escravos, durante nove ou treze dias seguidos.

No entanto, não diminuíam os **quilombos**. Em meados do século XVIII, os negros das Minas Gerais se reuniam em grandes **quilombos** que se espalhavam pelos vales do Rio Grande e do Rio das Mortes. Falam alguns historiadores de uma grande insurreição que os negros teriam preparado para o dia 15 de Abril de 1756, quinta-feira santa, quando os proprietários estivessem descuidados, em visita ás igrejas. Então, os negros cairiam sôbre êles, matando todos os homens brancos e mulatos, poupando apenas as mulheres. Um oficial teria descoberto a trama, fugindo os negros para as selvas e abortando a conspiração.

No entanto, alguns estudioses, entre êles Nina Rodrigues, negam que tenha havido conspiração dos negros para o trucidamento dos brancos. Não há nenhum documento a respeito.

Os **quilombos**, êstes sim, existiram e eram constituídos dos negros fugidos dos trabalhos das minas e das fazendas, que se estabeleceram nos sertões do Oeste e ao Sul do Sapucaí. Varias comitivas foram organizadas para combatê-los e foram destrôçadas. Os negros estabeleceram um serviço perfeito de vigilância, mantinham espiões, agentes nas estradas, nos povoados e nas vilas. Viviam do comércio de ouro, peles e outros gêneros que vendiam pelos seus agentes secretos, ou os tro-

cavam por munição e gêneros alimentícios. Puderam assim reagir por muito tempo.

Foram então ordenadas pelo governador José António Freire de Andrade as expedições do Capitão Mór Bartolomeu Bueno do Prado e de Diogo Bueno da Fonseca.

A expedição de Bartolomeu Bueno, que era filho do famoso Domingos Rodrigues do Prado e portanto neto do Anhangüera, foi organizada em Março de 1757. Compunha-se de quatrocentos homens e internou-se pelas selvas e serranias em demanda dos **quilombos** do Indaiá e da Morcela. Foi uma luta tremenda, em que se destacaram os negros **Ambrosio** e **Zundú**, chefes dos **quilombos** maiores. Durou seis meses a expedição.

Afirma Pedro Taques, em sua **Nobiliarquia Paulistana**, exaltando as glórias do seu parente, que Bartolomeu Bueno apresentou como troféu da campanha "tres mil e novecentos pares de orelhas" (sic), "sem outro prêmio que a honra de se haver ocupado no serviço real, desempenhando o conceito que se formava de seu valor e disciplina de guerras contra essa canalha."

Enquanto Bartolomeu Bueno destruía os **quilombos** de Campo Grande, Diogo Bueno da Fonseca encarregava-se dos **quilombos** do sertão do Piunhy e das cabeceiras do S. Francisco, em Maio de 1758, ao passo que o Capitão António Francisco França de Burena investia contra os negros da região do Sapucaí em Julho de 1759. Enquanto os negros eram dizimados, Diogo Bueno e seus companheiros tomavam posse das terras e se estabeleceram por tôda a região do Rio das Mortes.

Outros **quilombos**, de menor importância se formaram, no Brasil, em tôda a parte onde havia negros fugidos: na serra do Cubatão, em S. Paulo, no Leblon, Rio de Janeiro, no Maranhão, em Mato Grosso..

As insurreições de S. Tomé, em S. José do Maranhão, em 1772, foram terríveis. Nesta última povoação, os negros fugidos aliaram-se aos índios, atacaram o povoado, e só foram vencidos, depois de tenazes combates. Também o **quilombo** da Carlota, em Mato Grosso, em 1770, só foi destruído depois de encarniçada defesa.

No século XIX, de 1807 a 1835, surgiram as grandes insurreições cidadinas dos negros islamizados, na Baía. Estas insurreições tiveram um aspecto diferente dos **quilombos** negros de outros Estados. Não creio que tenham razão os que pensam no caráter puramente económico das revoltas de escravos na Baía. Estes escravos eram negros sudaneses islamizados, principalmente **haussás** que exerceram decisiva ascendência sôbre os outros, como os **nagôs** e os **tapas**. Foram os negros malês, isto é, os negros convertidos ao islamismo, que fizeram estas "guerras santas", na Baía.

Estas insurreições, no Brasil, foram nada mais, nada menos do que a continuação das longas e repetidas lutas religiosas e de conquista levadas a efeito pelos negros maometanos, no Sudão. Arrancados do seu **habitat**, êses negros, aguerridos, valentes, conquistadores, não se sujeitaram à escravidão, no Brasil, mas não como efeito de um protesto secundário que se seguisse lógicamente à sua vida de opressão. A sua agressividade foi uma herança social directa das lutas seculares de religião, que asseguraram na África o domínio do Islamismo.

Em todos os grupos negros, da Baía, onde havia negros haussás, a revolta existia, pôde-se dizer, em estado latente. E a causa primordial era religiosa. Nos vários inquéritos procedidos sôbre essas insurreições, ficou largamente provado o aspecto religioso, de **guerra santa** maometana que impulsionou os negros sublevados. Por êsse motivo, a **guerra** não era conduzida somente contra os brancos, os **senhores**, mas também contra todos os negros que não quisessem aderir ao movimento. Na revolta de 1835, por exemplo, o inquérito apurou que alguns negros do interior se sublevariam "no intuito de reunir-se ao maioral **Arrumá** ou **Alumá**... junto aos negros da cidade, tomariam conta da terra, matando os brancos, cabras e negros crioulos, **bem como os negros africanos que se recusassem a aderir ao movimento** (o grifo é meu), e só poupando os mulatos, destinados a servir de lacaios e escravos."

O movimento desencadeado comprovou estes propósitos: o ódio dos negros muçulma-

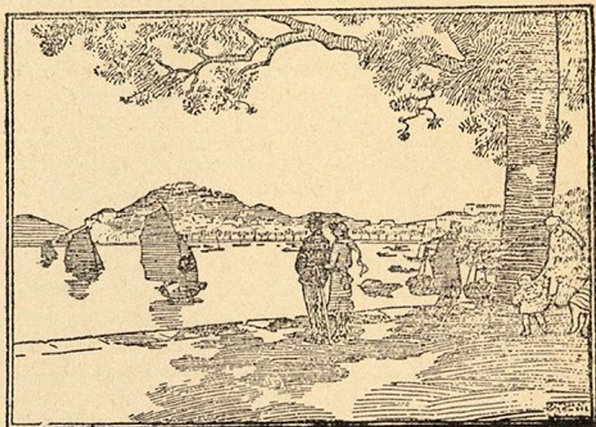
O P r o b l e m a

do

O r i e n t e

Português

pelo Capitão de Fragata JAIME DO INSO



O estado de confusão da Europa, cheio de indecisões e surpresas que têm toldado de graves apreensões os povos ocidentais, não permite seguir com a atenção merecida, os trágicos acontecimentos que há muitos meses vêm a desenrolar-se em terras da Ásia.

Entretanto, estes últimos são duma importância extrema, porque nêles se jogam, por assim dizer, os destinos do mundo.

Ao pé do conflito da Ásia, o mixto de guerra civil e internacional que se desenrola em Espanha e que, felizmente, se aproxima do fim, pôde dizer-se que não passa dum incidente passageiro nas relações dos povos.

Seja como fôr, o Oriente vai tomando um papel novo, e, possivelmente, decisivo nos destinos das nações e, nestas condições, nós portugueses, que fomos os primeiros a devassá-lo e que ainda por lá possuímos uma tradição imensa e maravilhosa que só por si tem vicejado, miraculosamente, não podemos nem devemos alhearmo-nos do Oriente, consagrando todo o carinho e atenção às colónias que ainda lá conservamos.

Hoje, que Portugal caminha num renascimento notável, impulsionado pelo Estado Novo, é da máxima conveniência procurar um caminho de renascimento do Oriente Português, tanto mais que o Oriente é, por via de regra, mal conhecido e compreendido na Europa, donde deriva, necessariamente, esta espécie de penumbra em que as nossas colónias orientais, mais ou menos, se têm conservado há muitos anos.

Por isso, julgamos da máxima oportunidade reproduzir alguns períodos do capítulo **O Problema do Oriente Português**, da obra **China**, que há pouco terminamos, editada pelas "Edições Europa", na qual focamos, entre outros interessantes aspectos daquêlê país, a nossa sempre linda colónia de Macau.

"O Problema do Oriente é mundial e,

para cada nação, reveste aspectos especiais.

Portugal tem o seu problema do Oriente, do qual fomos os primeiros e temos sido, pôde dizer-se, os únicos a ocuparmos na actualidade.

A grave crise por que o Oriente está passando, há de acarretar novas determinantes para aquele problema. Entretanto, o problema português, desde que não chegue a consumir-se um cataclismo na situação da Europa no Extrêmo Oriente — o que é de esperar não sucederá — o problema português deve permanecer, fundamentalmente, o mesmo. Será possível, até, que as nossas possibilidades cresçam, uma vez debelada a crise actual.

Não somos uma grande potência, com grandes interesses a defender nem temos ambições territoriais, ou quaisquer outros intuitos que, de perto ou de longe, possam causar prejuizo ou ciúme a nações amigas. Não há que adquirir posições novas, apenas há que consolidar as existentes.

Há muito que devíamos ter pensado nisto, mas a verdade é que, desde longa data, a nossa politica no Oriente tem sido descuidada, o que é devido a varios factores.

Temos que encarar o Oriente sob dois aspectos distintos, mas intimamente associados: o cultural e o económico.

O primeiro, corresponde a uma realidade palpável, positiva, que maravilha to-

nos atingiu também aos negros creoulos, aos cabras (e justamente porque o maometismo não logrou proselitismo entre estes) e a todos em geral que não aderiram a êles.

Embora as autoridades policiaes encarregadas da repressão a estes movimentos ignorassem o seu aspecto re-

ligioso, êste é de uma evidência meridiana: as casas de conspiração eram templos maometanos onde a propaganda religiosa atingiu ao auge no meio do século XIX; os donos destas casas, e ao mesmo tempo chefes daquêles movimentos, eram alufás ou marabus, que exerciam absoluta

autoridade sôbre os negros seus subordinados; os documentos apreendidos, principalmente na insurreição de 1835, eram papeis escritos em caracteres arabes, mandingas, contendo versiculos do Alcorão, palavras e rezas cabalísticas.

OPINIÃO BREVE

pelo Dr. Sant'Ana Dionisio

Os homens (e por consequência os povos) sòmente se justificam (não só no plano terrestre mas, digamos, metafísico) cultivando predominantemente as suas virtualidades espirituais (porque só as forças espirituais dão obras de alguma permanência e valôr).

Presumo que em cem anos a língua portuguesa será o utensílio de comunicação de mais de cem milhões de almas.

Tendo presente aquêlê princípio e esta presunção, julgo que a maior tarefa que se impõe aos portugueses (europeus e ultramarinos) e brasileiros, de hoje, está em criar tais condições que, dentro dèsses cem anos, êsses cem milhões de almas constituam o maior valôr possível de civilização.

A única ideia imperialista legítima, e conciliável com a política valorizadora da PESSÓA, é a que tem em vista, como esta que sugerimos, a de fazer de uma grande massa demográfica do porvir uma grande potência de justiça e de cultura.

dos os que têm um coração de português e o sentem vibrar quando testemunham, por todo o Oriente, a força da nossa tradição. E' preciso que tivéssemos sido bem grandes, para que ela se manifeste, ainda, tão forte, através de tantas vicissitudes, tantos anos decorridos e depois de suplantados pelos maiores povos da terra! Esta imensa tradição de Portugal que anda espalhada pelo Oriente, representa uma força formidável, quasi desaproveitada, e que tantos outros desejariam possuir.

Ora, se o Oriente, onde possuímos tão fundas raizes, já está preenchendo um dos pratos da politica mundial, não convirá, para o futuro da nossa raça e do nosso nome, intensificar naquelas regiões, o culto da tradição e os interesses de Portugal?

O Problema do Oriente Português é um problema de alta politica, que chega a revestir aspectos transcendentés para a nossa nacionalidade.

* * *

Sob o aspecto económico, consequência natural do primeiro considerado, o Oriente oferece-nos um vastíssimo campo de explorações, se bem que difícil de abordar. Estamos em face dum círculo vicioso: não o abordamos devido às dificuldades que oferece, e estas crescem quanto mais o abandonamos.

Como consequência disto, hoje, o Oriente pesa na nossa balança comercial por uma fôrma insignificante, como pode verificar-se pelas estatísticas.

Qual a maneira de se tornar mais sensível a interferência do Oriente no nosso comércio externo?

Têm a palavra: os interessados — comerciantes e industriais — os economistas, os diplomatas, os missionários, as autoridades comerciais e, finalmente, o poder central.

Quere dizer: é necessário estudar o assunto em varios sectores, sob vários aspectos, ouvir opiniões, congregar esforços, com inteligência, persistência e vontade — êstes três factôres são imprescindíveis — e iniciar uma campanha de regresso ao Oriente, dentro duma orientação moderna, com troca de relações, incluindo

visitas de delegados técnicos portugueses, a determinados centros do Oriente e vice-versa.

Para orientar e coordenar todos êstes trabalhos, torna-se indispensável a criação de um organismo especial, compôsto por individuos escolhidos, de preferência, entre os que conhecem o Oriente e representantes das forças vivas do país, que, assistido e fiscalizado pelo govêrno, pudesse agir dentro duma indispensável autonomia.

Aquêlê organismo, verdadeiro centro directivo do nosso regresso ao Oriente, onde se congregariam todos os esforços nêsse sentido, poderia chamar-se **Centro Portugal-Oriente — C.P.O.** — nome curto e que diz tudo como convêm.

Um ponto importante deixamos para o fim. As nossas colônias orientais, distantes, pequenas, com feições e interesses locais isolados, sofrem, necessariamente, em face do nosso isolamento do Oriente.

O primeiro passo — indispensável — para nos aproximarmos delas, é a ligação com a Metrópole, por meio de carreiras directas, sob a bandeira nacional.

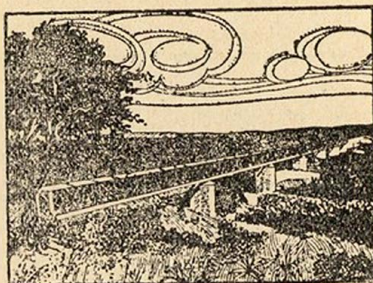
No estado actual da nossa Marinha Mercante e nas condições do nosso intercâmbio com o Oriente, é, praticamente, impossível manter carreiras nacionais para aquelas colonias.

Devido, pois, a circunstâncias ocasionais e insolúveis a Marinha Mercante nacional não pôde, de momento, satisfazer as relações comerciais entre as colônias orientais e a Metrópole, por isso, propusemos já a substituição daquelas carreiras — enquanto elas não forem exequíveis — por viagens efetuadas por transportes da Marinha de Guerra que, ao mesmo tempo, seriam uns preciosos cruzadores auxiliares, rapidamente utilizáveis em tempo de guerra — muito empregados pela Inglaterra na Grande Guerra — e uma magnífica escola de navegação para officiais e marinheiros.

A efectivação dum tal objectivo requiere muita inteligência, diplomacia, larguezas de vista, aliadas a uma vontade de ferro; quem a conseguir, será um grande português.

O nosso problema do Oriente encontra-se intimamente associado a Macau, porque Macau é o fulcro da nossa tradição, o cérebro, o reflexo e o faról de Portugal naquela metade do mundo; precisa ser tratado com desvelado carinho, para um regresso ao Oriente, não diremos, a novas **naus da prata**, como as de setecentos, mas pelo menos, a um renascimento do comércio com a China.

As Reivindicações Coloniais da Alemanha



pelo

Prof. Dr. Armando Marques Guedes

I — ANTES DA GUERRA:

1) O império alemão, núcleado em 1870 em torno da Prússia, afirmou desde logo uma vitalidade pujante e vitoriosa. A sua expansão económica teve muito de surpreendente pelo surto rápido, com que ascendeu á primeira fila das grandes potências produtoras e comerciais.

Aproveitando o succulento *apport* da indemnização de guerra da França e da bacia mineira da Lorena, melhorou consideravelmente a sua rede de comunicações ferro-viárias, fluviais e marítimas, aumentou de uma forma triunfante a sua produção de carvão e ferro, as suas indústrias químicas e elétricas, as da fição e tecelagem de lã e de seda.

Antes da Guerra de 1914-18, a Alemanha tinha conquistado o segundo lugar dos países comerciantes, logo depois da Inglaterra, movimentando o seu comércio externo 25 milhares de milhões de marcos; o segundo lugar na produção do aço e do ferro; o terceiro lugar na marinha mercante após a Inglaterra e os Estados Unidos. A sua marinha mercante criara-se e desenvolveu-se com espantosa rapidez. Em 1908 jogava já 2.256.783 toneladas; em 1912 atingira as 2.513.666. Os barcos da Hamburg Amerika Linie, do Norddeutsch Lloyd, da Hamburgo Suedamerikanische, da Deutsch e Levante batiam o pavilhão alemão aos ventos de todos os quadrantes.

O seu poder militar e naval fortalecera-se para poder dar a esta expansão económica a sua armadura de cobertura e proteção. O Kaiser dizia em seus pomposos discursos que "o escudo de Marte protegia Mercurio".

2) No entretanto, a população do império multiplicára-se em ritmo acelerado. No começo do século 19, a gente da Confederação Alemã, excluída a do Império Austro-Húngaro,

não excedia de 21.000.000. Um século depois o Império Alemão criado em Versalhes em 1870, já contava 56.400.000 habitantes. Em 1910, nas vésperas da Grande Guerra, atingia 64.900.000. Enquanto a população francesa apenas crescia numa proporção de 8 %, e a da Inglaterra na de 37, a da Alemanha aumentára em 52 %.

Passára da economia agrária á economia industrial. No começo do século 20, só 17 % dos alemães viviam da agricultura. O fenómeno fizera ali acompanhar-se dos sintomas costumeiros: — êxodo rural e urbanismo. Mais de 45 cidades contavam mais de 100.000 habitantes.

Uma emigração intensiva criara pelo mundo uma *Deutschtum* vigorosa, que se insinuava e penetrava pelos países da África e das Américas e procurava por toda a parte assegurar a expansão da indústria e da cultura alemãs.

3) A política *bismarckiana*, depois de ter realizado com precisão matemática o seu plano de construção do Império, procurava a todo o transe consolidá-lo. Mas uma nova geração viera á vida política. E á antiga acção do grande Chanceler, que presidira á Conferência de Berlim sem se aperceber das perspectivas que a colonização podia oferecer ao essor e ao domínio da Germanidade no mundo, sucedeu a de Caprivi e a de Bülow, preconizando a *Meltpolitik* e á necessidade de criar pelos territórios disponíveis ou mesmo já ocupados, do planeta, colónias alemãs de soberania, donde a indústria alemã sacasse matérias primas e onde tivesse núcleos futuros de consumidores para os seus artefactos — sem que os estranhos pudessem erguer barreiras aduaneiras ou defesas económicas de outra natureza.

Toda a política da Alemanha de antes de 1914, ameaçadora, quasi ofensiva — desde os

DUAS PALAVRAS SÓ

No "Roteiro da África", que escrevi como jornalista mas, também, como colonial (o colonial que queria ter sido), referi-me a um chefe mandinga que visitei na sua tabanca dos arredores de Bissau. "A raça e a religião diferentes não o impedem de se considerar português" — escrevi eu, acrescentando logo: "E por que não o será tanto como nós, se Portugal é, sobretudo, uma projecção no Mundo?"

Há nessas palavras um evidente exagêro, pois um chefe mandinga, mussulmano, não pode "ser" português, essencialmente português, de alma, de espírito, de sensibilidade. Mas pode julgar-se, legitimamente, português. Porque há uma ideia, um princípio, uma concepção de Portugal, em que os povos mais diversos podem sentir-se compreendidos e que, de facto, os abraça a todos.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA.

telegramas amistosos ao Presidente dos Boers até ao plano naval da Nouvelles com passagem pelo "golpe de Agadir" —, faz-se para alcançar pela intimidação e pelo receio de um vasto conflito armado, as compensações coloniais que uma política de persuasão lhe não podia trazer de per si só. A política do "murro na mesa", trouxe-lhe, de facto, as "realidades" do acôrdo de 1912 no Congo francês e as promessas dos acôrds anglo-alemães de 1898 e 1912 sôbre colónias portuguesas...

4) Em 1913, a estatística do nosso comércio ultramarino com a Alemanha faz ressaltar da composição dos seguintes números o volume que êle atingira:

Num total de 38.681 contos de importações e de 23.215 de exportações (libra a 5\$249) do nosso comércio ultramarino, já cabiam ao comércio luso-alemão 5.731 contos de importações de máquinas e artefactos e 3.111 de exportação de subsistências e de matérias primas.

II — DEPOIS DA GUERRA:

5) Depois da Guerra, logo que se esboça a reacção contra a política da derrota e da abdicação, os métodos seguidos não têm sido diferentes.

Por debaixo da tumultuosa agitação da superfície política que foi mudando através do sucessivo declínio da Social Democracia e do Centro, a obra de liquidação dos temerosos problemas do armistício e do tratado de Versalhes, das reparações e da occupação do Rhur, da depreciação da moeda e da proletarização das classes médias, tinha-se feito um sério e constante trabalho de reorganização económica e financeira pela racionalização industrial, pela reforma fiscal de Erzeberger e pela criação sucessiva do Reutermark e do Reichsmark.

Com o advento do Nazismo, proclama-se ousadamente que o político vem antes do económico e êste antes do financeiro. E por isso, antes de recommear o movimento de expansão económica, a Alemanha rearma e incita por tôdas as formas ao aumento da nupcialidade e da natalidade da sua população.

E' preciso que o povo alemão, "povo de soldados" se comprima dentro das fronteiras do Reich, tais como o *diktado* de Versalhes as traçou, ávido de saídas, tilintando armas...

Depois, vem o Anschluss. Depois, as ameaças por tôda a Europa Central e para o Nordeste, envoltas na afirmação dum direito de protecção a 10 milhões de alemães que vivem

fôra das fronteiras legais do Imperio. Com essa política e com a do eixo Roma-Berlim-Toquio, desenha-se um imperialismo, que pelo seu potencial de ameaças e agressões fará considerar a outros a necessidade de se comprar a paz á custa das compensações maiores.

6) Ao político segue o económico. Organizaram-se dois planos quadrienais. O primeiro está preenchido e foi, incontestavelmente, um êxito. Mas, êsse cabia perfeitamente dentro das forças económicas e financeiras do Reich. Consistia em organizar serviços militares, de transportes, de irrigação e drenagem de terrenos. Para isso, era preciso gente, mão de obra, e não faltavam desempregados na Alemanha. Depois, para obras de construção, também não faltavam metais, carvão, ferro e cimento. Uma hábil política financeira de moatórias e de créditos consentiu-lhes os recursos monetários de execução. O segundo plano quadrienal é de realização muito mais difficil porque visa a uma autarquia alemã em produtos de alimentação e em matérias primas.

O Reich quiere viver com os recursos próprios, não importando subsistências nem matérias primas, que lhe devem vir de terra alemã, coberta pelo pavilhão da cruz gamada, na Europa ou no ultramar. E' possível até um certo ponto, por uma política fortemente protectora da agricultura, que é uma das características da economia nazi, aumentar a produção cerealífera e pecuária da metrópole alemã. Mas, já não é tão facil, e nem mesmo é possível, conseguir matérias primas sem territórios coloniais que os produzam. Uma tentativa de Ersatz ainda não permitiu suprir aquêles territórios, porque os sucedâneos, porventura perfeitos tècnicamente, são economicamente caros e contra-indicados.

7) Desde 1930 para cá, o movimento do comércio luso-alemão nas colónias portuguesas acusa êstes números que me parecem singularmente eloqüentes:

	Importação	Exportação
1930	92.941 contos	68.660 contos
1931	60.398 "	52.185 "
1932	45.254 "	41.730 "
1933	42.320 "	36.763 "
1934	40.732 "	37.452 "
1935	42.410 "	40.694 "
1936	50.810 "	54.540 "

Êstes factos e êstes números alguma coisa pôdem dizer acêrca das reivindicações coloniais da Alemanha...

Lisboa — 1938.



O Sr. MANUEL TEIXEIRA GOMES,

antigo Presidente da República Portuguesa, figura egrégia de cidadão e de homem de letras, junto de quem levamos as sinceras homenagens do nosso aprêço e respeito, no retiro luminoso em que S. Exia. voluntariamente se desterrou,-- nessa pitoresca e meio lendária cidade argelina de Bugia.



CASA DA ESQUINA — COIMBRA — 1934



CABEÇAS DE VARINA — 1932

TRABALHOS DE TOM

O Velho Império

Português

pelo

Prof. Dr. Pedro Calmon

(Da Academia Brasileira)

A área geográfica da expansão portuguesa na América do Sul está perfeitamente delimitada por monumentos históricos, cujas pedras seculares documentam o esforço militar, e a acção defensiva da metrópole. São os nossos velhos fortes.

Os colonizadores não construíram no Brasil as suas fortificações segundo um plano geral e metódico, porém ao sabor das conveniências, nos sitios mais expostos, ou onde o adversário lograra antes alguma vantagem, que havia de conjurar-se no futuro. Por isso elas equivalem também a marcos comemorativos. Celebram ásperos embates, insucessos antigos, ameaças iminentes. No lugar de algum desembarque de inimigos, o bastião del-rei passou a suprir a debil resistência do país despovoado. Os holandeses — por exemplo — em 1624, lançaram-se sobre a Baía, varando os matos desde o pôrto da Barra — então deserta enseada — até ás portas de São Bento... Logo se cuidou de elevar acolá um castelo, que prevenisse outras arremetidas. Na ilha de Villegaignon o francês se instalou, ao tempo de Duarte da Costa: desalojado esse intruso, foi ocupada ela por uma fortaleza.

Os portugueses não se limitaram a distribuir pelo continente a força civilizadora, que se insinuou, com as "entradas" sertanistas, pelos sertões invios: mostraram-se merecedores da conquista, guardando-a com o poder efetivo de suas armas, de nossas armas. E' o papel que, na história pátria, têm os fortes coloniais. Uma cintura de alvenaria cingiu simbolicamente o imenso dominio. Até 1599 a muralha mais setentrional era a fortaleza dos Reis Magnos, na barra do rio Potengi. O Ceará, já na contracosta, surgiu, em 1613, de um forte (donde o nome de sua capital, Fortaleza, cujo bairro marítimo ainda se chama, popularmente, de "Forte", pois se iniciou, como Buenos Aires ou Montevidéo, como Rio Pardo ou a Baía, de uma construção castrense). Outro reduto assinou, vinte anos depois, no Gurupá, o limite ocidental da America lusitana. Quando esta se ampliou, com a incorporação da bacia amazônica (viagem de Pedro Teixeira, de 1639), um forte indicou o rumo da fronteira, em Tabatinga. Os viajantes que, no século passado, andaram pelo alto Amazonas, admiravam, naquela praça portuguesa, que domina a na-

vegação do rio-mar. os canhões de bronze que d. João V mandára fundir, em Génova: são de 1735. A linha fronteiriça declina, paralelamente ao Guaporé, até o Paraguái: a sua chave é a vasta fortaleza do Principe da Beira, a mais sertaneja das obras militares da colonia, em cujo pedímetro poderia florescer um arraial. Esse "castrum" é, no século XVIII, a correspondência brasileira do castelo de Gondar, dos lusos do século XVI, isolado nas serras da Etiópia... Representou, no último quartel daquela centúria, período das demarcações contestadas, dos choques de vizinhança descontente, de guerras súbitas, a massiça resolução de Portugal, de manter-se no território descoberto pelos "paulistas", e de não ceder um palmo dêle aos que nol-o disputavam. Ao sul, o forte de Coimbra, sentinela avançada de Mato Grosso em direcção das terras paraguáias, protege um dos flancos do Brasil. Mas é na Colónia do Sacramento (agora cidade de Colónia, na República Oriental do Uruguái) que vamos encontrar as ruínas, que evocam a irradiação lusiada sobre o Rio da Prata.

Os vestígios da ocupação permanecem, comoventes e iniludíveis, nos quarteirões velhos da cidade, de casas setecentistas de telhas portuguesas, de ruas vincadas ao centro, conforme o modelo luso-brasileiro, de restos de muros, que lembram, na solidez da cantaria, a praça repetidamente destruída e reedificada, cujo destino cem anos foi a bússola, ou o centro nevrálgico, da diplomacia ibérica. Quando d. Pedro de Ceballos tomou, afinal, a Colónia do Sacramento, quiz, executar a ordem, que levava, de tudo arrasar. Aquilo, porém, não era mais um quartel, senão uma vila próspera, que durante muitos decénios alimentára as classes mercantis de Buenos Aires com os lucros do contrabando, principal, talvez exclusiva, indústria dos seus moradores civis. Contentou-se, portanto, o guerreiro espanhol de demolir a cidadela, deixando intacta a casaria comercial: os progressos recentes ainda não conseguiram varrer esse lixo arqueológico. Numa praça ajardinada da Colónia figura o dístico em granito, que encimava o portão da caserna: tem a data de 1745. O escudo joanino acha-se no museu de Buenos Aires. Outro fragmento da arquitetura portuguesa do Sacramento está no museu de Montevidéo. As baterias pôdem ser identificadas, pela raiz das muralhas, ao longo do rio; o desenvolvimento urbano não apagou tambem o traçado dos paredões exteriores, o sulco do fosso, que isolava dos campos a península (a topografia recorda a de Montevidéo) que os portugueses avassalavam. Lá perdura, com os alicerces molhados pelo Prata, um destrôço do sonho político dos reis de Portugal, desde d. Pedro II, o enérgico, até d. João VI, o esperto.

A Republica do Uruguái conserva dois grandes topos da construção militar lusitana ao gôsto de Vauban: as fortalezas de Santa Teresa e São Miguel. A primeira, sobretudo, é comparável às do Barbalho e de S. Pedro, na Baía: traduz, na pujança e grave nobreza dos seus traços, o espírito firmemente dominador daquêlê Portugal ávido de climas tropicais.

Os baluartes históricos do Rio Grande pertencem ao sistema cujos muros mais avançados, em terra contestada, eram a Colónia, São Miguel, Santa Teresa. Prende-se a essa face de formação brasileira, de lutas pela configuração do país, de indiscriminação de fronteiras, a série de fortins de Santa Catarina e Paranaguá. Na barra de Santos, no Rio de Janeiro, em Vitória, na Baía, em Penedo, em Pernambuco na Paraíba, a cadeia de fortificações tri-seculares não se interrompe: algumas permanecem orgulhosamente de pé, foram mesmo adaptadas às necessidades da defesa nacional, e servem ainda: outras a maioria, constituem um excelente motivo turístico, um interesse artístico e tradicionalista, a valorizar a paisagem rústica; e há as que se dissimulam pelas areias da praia, ou jazem no mato, escondidas pela vegetação que empolgou as cortinas arruinadas, mascarou as guaritas e seteiras, desmanchou os mura-dais, e continúa a devorar as reliquias das épocas inclitas...

E' forçoso incluir tão largo trabalho de fixação do homem na terra bárbara, e de heróica defesa desta, no quadro histórico do Império Português: as pedras de padrão foram as insígnias primitivas, do tempo inicial, das descobertas; os fortes, a assinatura final de um povo triunfante ao pé da profusa página social que escreveu. Marcos militares, sem dúvida: descrevem, no panorâma de suas forças construtivas, as raias da expansão da língua, da fé e do Estado.

As acasteladas fortalezas valem isto; e as igrejas barocas do Brasil completam a imagem portuguesa que se reflectiu — com uma espantosa fidelidade — nestes novos mundos.

Podemos dividí-las — numa breve separação de estilos — em três categorias: arquiteturas metropolitanas, xeno-lusiadas, ou panlusiadas. Do primeiro tipo são as que imitam simplesmente a mãe-pátria: catedrais á maneira do Pôrto e Lisboa, capelas iguais ás da região minhota ou das Beiras floridas; respeitadas até as pedras, que vinham do reino, a traça, o material, o jeito, o pormenor, que tudo imigrava, com o artista, que acabava a obra, e o mercador rico, que lha pagava. Do segundo — as fachadas italianas, o baroco francês, importadas através dos jesuitas de Portugal numa fase de novi-classicismo. E do último tipo: a arte portuguesa impregnada de influências silvestres do Brasil, da India, da China, da África, isto é, lusiada como era o colono, a própria nação o seu pensamento, a sua alma expansiva, o seu ideal filiado a uma escola —

a de Sagres — subordinado a um misticismo — o da Companhia de Jesus, unificado numa literatura — o poema de Camões, inquietamente aventureiro e universal, a vogar com as náus do Oriente... Exemplos insígnies? Qualquer desprezenciosa igreja rural do século XVIII, por Baía, São Paulo e Rio, denuncia a sua directa procedência metropolitana: nada tem de local ou aclimatado. A Ordem Terceira dos franciscanos da Baía é italo-espanhola na sua luxuosa frontaria de pedra de Alcântara. A Conceição da Praia, da mesma cidade, veio de Lisboa com os blocos numerados: não foi construída, porém armada no Brasil. Elevava-se um templo como quem recompõe uma pirâmide: pedra sobre pedra. O risco é italiano. Igual predilecção pelos requintes do baroco estrangeiro se nos depara nas Minas Gerais, onde melhor floresceu — com a riqueza das vilas auríferas — a arte do século de 700 no Brasil: o panlusionismo brilha em grande número das nossas igrejas do século XVIII: a Sé de Mariana tem os cadeirais do capítulo em xarão da China; a igreja da Senhora do O' do Sabará está decorada de quadros orientais; um outro templo de Sabará ostenta magníficas portas de Macáu; os campanários baianos, em geral, imitam curiosas terminações de palácios indús; achinezam-se os telhados, arrebitados nas pontas, á moda macaista; e a talha, que lhes reveste o interior, aproveita ingenuamente a inspiração indigena, ou do ebanista afro-brasileiro, para reproduzir as coisas ambientes... No primeiro caso, o que houve foi uma transplantação. Tem a melancolia de todos os objectos deslocados. As fórmulas européias instalaram-se numa áspera moldura de natureza equatorial. No segundo caso, o mimetismo, afastou a capacidade criadora, aceitando o "canon" alienígena sem discussão nem reacção. No terceiro caso, porém, o génio colonial português se revela inteiro: traz o eclectismo peculiar á sua ronda marítima, e vem embebido dos vários deslumbramentos amalgamados na sua aventura económica, religiosa e política, de oceanos e continentes possuídos por uma escassa gente de "barões assinalados"...

As construções, no Brasil, escalonam-se por hierarquias históricas; do século XVI, ha as da Baía (principal centro de elaboração artística). de Pernambuco, do Espirito Santo. Do século XVIII, sobretudo as de Minas. No litoral, achamos conventos imensos e igrejas monumentais. No interior — e é o que acontece com as de Minas Gerais — igrejas pequenas e belas, que suprem a modéstia das proporções com a singularidade ou perfeição do ornato.

VISTA-SE DE UMA VEZ

e *PAGUE EM 10 MESES...*

ALFAIATARIA ● Roupas Renner

● MALAS e NOVIDADES para PRESENTES

CASA JOSÉ SILVA

RUA DOS OURIVES, 3
RIO DE JANEIRO



A PROPÓSITO D'UM PROBLEMA DE CULTURA C O L O N I A L

A nossa literatura colonial não atingiu ainda aquêlê nível espiritual que seria para desejar, tanto mais que alguns problemas de grande interesse para o completo conhecimento do indígena em tôdas as suas manifestações, quer artísticas quer sociais, não foram devidamente estudados, encontrando-se assim a nossa cultura colonial muito aquém de corresponder efectivamente ao nosso expressionismo imperial e às tendências da hora presente.

Temos de constatar que a literatura colonial portuguesa, afóra raras excepções, não está verdadeiramente integrada no sentido humano do momento que vivemos, angustioso e inquieto, mas rico e sugestivo de conteúdo social. Falta-lhe originalidade e espiritualidade. E falta-lhe principalmente a visão do alto significado histórico da posição civilizadora que Portugal ocupou e ocupa ainda. Nenhuma nação exerceu uma acção civilizadora tão intensa, e ao mesmo tempo tão humana no seu espiritualismo cristão como Portugal. Portugal foi a única nação a conceder autonomia espiritual ao indígena; já dando-lhe uma personalidade; já formando-lhe a alma através das parábolas idílicas da Bíblia; já criando-lhe na sua alma rude

de

António de Oliveira Coelho

e violenta o espírito português e cristão. No entanto, apesar dessa acção eminente civilizadora, patriótica e humana, os escritores coloniais que têm procurado o cenário africano para fundo das suas obras ainda não enxergaram êsse facto extraordinário, revelador do grande potencial intellectivo dos portugueses. E nenhum dêles desceu também ao fundo versátil da alma do negro, bárbara na sua ignorância, cheia de lendas e superstições, doentia e lânguida. E' aí, nêsse campo ainda inexplorado na literatura colonial portuguesa, que se encontra êsse magnífico filão para um escritor que fosse ao mesmo tempo psicólogo e etnógrafo: que é o de arrancar ao húmus selvagem da sua situação de bárbaro o indígena, estudando-o através da sua linguagem, da sua arte primitiva mas sugestionadora, da sua crença quási deshumana numa divindade desconhecida, do seu riquíssimo folclore que fez dizer a um ensaísta de mérito "...esplêndido livro... se poderia tirar, daqui a alguns anos, da nossa literatura colonial!"

Não se pretende argumentar que não vale a pena estudar o negro nas suas manifestações, atendendo a que é um indolente, um relapso, um inadaptado às novas civilizações, um ser incapaz de reagir contra a letargia em que constantemente vive. Não. Essa tése é falsa e cai pela base. Nada melhor para o provar do que o trabalho realizado pelas missões religiosas no interior da Africa, educando-o, e criando nêle uma nova mentalidade.

De facto, vários ensaístas têm afirmado a incapacidade do negro em se adaptar às características da civilização europeia. Alguns chegam a ir até ao ponto de o colocarem numa posição de inferioridade intellectual que chega a ser ilógica e anti-natural, não lhe concedendo o mínimo **quantum** de intelligência. Creio que deve haver exagêro. A raça negra é tão susceptível de se tornar útil e maleável como qualquer outra. Causas mesológicas é que têm obstado a isso, condenando-o a um fatalismo mórbido, entregue aos seus feitiches e às suas crenças. Quando um dia se procurar estudar convenientemente, como o têm feito, aliás com resultados esplêndidos, alguns ensaístas brasileiros, então

COMPANHIA DE SEGUROS MARITIMOS E TERRESTRES

“UNIÃO DOS PROPRIETÁRIOS”

(FUNDADA EM 1894)

Capital realizado..... 1.500.000\$000
Reservas 2.172.511\$900
3.672.511\$900

Depósito no Tesouro Nacional 200.000\$000
Emprestimos sobre hipotecas 2.011.300\$000

Seguros Terrestres sôbre prédios, estabelecimentos comerciais, moveis, mercadorias em transito e outros riscos.

Seguros Maritimos sôbre vapores, navios à vela e outras embarcações e mercadorias embarcadas.

Aceita procuração para administrar bens de qualquer natureza, recebimentos de alugueis de prédios, juros de apolices e outros titulos de renda, mediante módica comissão.

PAGA TODOS OS SINISTROS A DINEIRO Á VISTA

87, RUA DA QUITANDA, 87

EDIFICIO PRÓPRIO — Telefones 23-3113 e 43-3096

A lbal Teixeira

Directores: Antonio Queiroz na Silva

Dr. Mário dos Santos Parreira

ver-se-á que mesmo ignorante, bárbaro e selvagem o negro apresenta características interessantes e sugestivas para o mais agudo e acerado espírito crítico, e que essa África de lendas apavorantes e de superstições absurdas, já possuiu uma vasta civilização, admirável sob todos os pontos de vista...

E', pois, um problema merecedor da maior atenção, e não simples bizantinice sem intuito espiritual ou especulativo.

Uma vez compreendido completamente o indígena, não só através das suas manifestações sociais como também, e muito principalmente, religiosas e artisticas, o grande problema da cultura africana pôde dizer-se quasi resolvido.

Enquanto o ignorarmos continuamos a desconhecer o negro e a fazer dêle uma idéia errada e falsa.

Ora não é lógica tal posição.

Que êle é susceptível de se transformar num ser civilizado prova-no-lo a obra catequizador das nossas misões, embora muitos estejam convencidos de que o seu trabalho redundará em zero, dada a psicología especial do indígena. Julgam alguns que nunca se poderá fazer do preto "...um verdadeiro cristão...", tomando aqui o "verdadeiro cristão" no seu mais elevado sentido espiritual. Mas não é de fazer verdadeiros cristão no sentido religioso da palavra que se trata, mas sim de criar nêles através duma longa aprendizagem,

uma outra personalidade, mais activa e mais humana.

Conseguido uma vez fomentar essa fonte de estudos africanos, como o fizeram os brasileiros Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Artur Ramos na sua pátria, outra será a projecção da cultura colonial portuguesa, ganhando maior amplitude e largueza espiritual.

Estamos convencidos que essa ignorância não durará sempre. Mas até que apareçam êsses ensaístas contentemo-nos em visionar através das obras dos estudiosos brasileiros as possibilidades vitais duma raça que o destino marcou para a fatalidade, mas que o homem, na sua ânsia de justiça, pretende elevar e dignificar.

**P A N O S H A M U I T O S
M A S P A R A L E N Ç O Ê S**

S Ó

CRETONE X X X

DISTRIBUIDOR

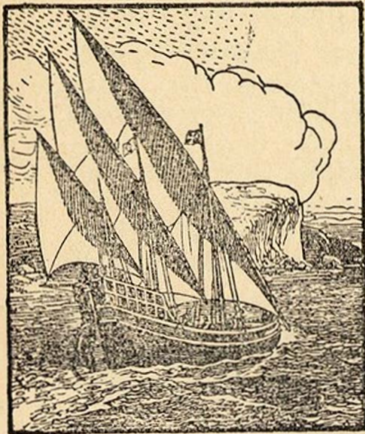
JORGE SABA

358, Rua da Alfândega, 358

—):(—

Rio de Janeiro

COLÓNIAS



OU PROVINCIAS ULTRAMARINAS?

pele

Dr. Leão Ramos Ascensão

Vai longe a discussão, provocada pela publicação do acto colonial, acêrca do emprêgo das expressões “colónias” ou “provincias ultramarinas”.

Invocou-se nessa altura, a favôr da primeira, o facto de a expressão “provincias ultramarinas” equivaler a um sistema de assimilação e ter sido consagrada pelo liberalismo.

Quanto a mim, a sua aceitação pelo liberalismo não é motivo para que a abominemos, pois se neste ponto tinha razão o liberalismo, a condenação dêste não deve determinar a condenação absoluta de tudo o que êle fez, sem se olhar ao bom e ao mau.

A expressão “provincias ultramarinas” coadunava-se perfeitamente com a assimilação e a centralização que eram da essência do liberalismo? Está bem. Mas a breve trecho, na organização administrativa da Metrópole, desapareceram as provincias e surgiram os distritos em seu lugar e nem por isso deixaram de subsistir as “provincias ultramarinas”.

Por outro lado, os outros países coloniais empregam a palavra “colónias” para definir os seus territórios ultramarinos, e isto quer adoptem um sistema de sujeição, assimilação ou autonomia.

Quere dizer: a expressão “provincias ultramarinas” não implica necessariamente a centralização administrativa. Se, em dado momento e por

virtude das idéias dominantes, se adoptou a centralização administrativa na Metrópole, a verdade, também, é que, historicamente, a palavra “provincia” estava aliada à idéia de descentralização. Entre nós, na Metrópole, pouco durou para que fôsse proscrita a designação de provincias. E na França, a Revolução proscreveu-as logo para as substituir pelos departamentos.

Nada obstaría, portanto, fôsse qual fôsse o sistema de política colonial ou o regime administrativo vigente, a que se mantivesse o termo “provincias” através das variações dos sistemas e dos regimes.

O termo “colónia” é fruto de condenável influencia estrangeira.

O sentimento da unidade nacional não fica robustecido com o seu emprêgo. A nossa maior glória, o nosso mais vivo empenho devem consistir em fortificar cada vez mais êsse sentimento, de maneira que tôda a terra portuguesa, sejam quais forem os mares que a banhem, possa ter o nome comum de Portugal. Não há Portugal e colónias. Há, apenas, Portugal — aquém e além-mar. A solidariedade que deve unir tôdas as parcelas do Império estreita-se mais, desta maneira, do que fazendo uma divisão que logo dá a idéia de revoltante desigualdade, em que podem

fundamentar-se as tendências separatistas que porventura surjam — e que nem mesmo devem surgir.

O facto tem, portanto, uma importância psicológica e espiritual muito grande, para que sejam desprezadas, como vão arrazoados, as razões dos que advogam o regresso à expressão já consagrada — “provincias ultramarinas”.

Era Ministro das Colónias, quando foi promulgado o Acto Colonial, o sr. Dr. Oliveira Salazar, que hoje é Presidente do Conselho.

O Ministro manteve, apesar das críticas levantadas, a designação “colónias”. Daí por diante foram impiedosamente eliminados os vestígios, que ainda havia, do termo “provincias”, completando-se desta forma uma política iniciada em 8 de outubro de 1910, data em que o antigo Ministério da Marinha e Ultramar passou a chamar-se “da Marinha e Colónias”. E em 1933, para irradiar definitivamente da linguagem usual a expressão “provincias”, as colónias de Gôverno Geral passaram a ser divididas em **provincias**, dando-se a esta palavra o significado de divisão administrativa das colónias, e assim, para evitar confusões, tornou-se forçoso passar a chamar-se **colónias** ao que ainda então se chamava **provincias**.

Mas há coisas que têm muita força. Depois de ter sido

UMA OBRA ÚTIL

pelo **Doutor Armando Gonçalves Pereira**

Professor de Administração Colonial na Universidade Técnica de Lisboa.
Director da Sala de Economia Colonial Portuguesa.

Sempre que o correio do Brasil me traz o **BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO**, com a sua excelente colaboração e magnífico aspecto gráfico, fico a pensar nas extraordinárias possibilidades da cultura portuguesa não só em território brasileiro mas em todo o continente americano.

Portugal com os seus limitados recursos financeiros, não pôde manter uma obra de propaganda, de expansão e de cultura no exterior á custa do seu Tesouro; mas se souber aproveitar as energias latentes e as boas vontades das suas colónias migratórias no estrangeiro, especialmente a do Brasil, terá em grande parte realizado o mesmo objectivo.

Mas o estudo internacional dos problemas portugueses não deve limitar-se apenas á Metropole mas sobretudo ao nosso Ultramar sem o qual Portugal não constituiria uma nação com autonomia geográfica, equilíbrio político e carácter universal.

A colonização não é para nós um motivo histórico — é a nossa realidade política; não é um meio económico, é um fim social; não é uma fonte de lucros e benefícios, é uma soma de sacrifícios, é um dever de humanidade e de consciência.

A **SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO** dedicando-se ao estudo dos problemas coloniais portugueses, ocupa-se assim de questões essenciais e fundamentais para a nação portuguesa e realiza, sem dúvida, uma obra util e patriótica, que merece o reconhecimento nacional.

votada ao ostracismo a expressão "províncias ultramarinas", depois de longos anos de proscricção absoluta, é agora o sr. Presidente do Conselho quem, em duas notas officiosas, vem reconhecer a razão do emprêgo preferível dessa expressão.

A primeira, sobre as reformas, militares, foi publicada nos jornais de Lisboa de 10 de Janeiro do corrente ano. Para justificar a redução das percentagens de aumento sobre o tempo de serviço prestado no Ultramar, escreve-se ali:

"Política e juridicamente, as colónias portuguesas são meras províncias do ultramar, e em principio o serviço ali prestado não deveria mesmo gozar de qualquer vantagem especial".

A segunda é a nota officiosa de 26 de Março, sobre a comemoração dos centenários da Fundação da Monarquia e da Restauração da Independência. Alvitra-se a realização de uma Grande Exposição Etnográfica, e a idéia é desenvolvida nos seguintes termos:

"Tentar-se-ia a reprodução da arquitectura característica de cada uma das 21 províncias portuguesas, daquém e além mar, em casa onde os

habitantes, com indumentária própria, reproduzissem os usos e costumes das suas regiões."

Talvez já não estejamos longe do dia em que seja abolido o odioso estrangeirismo "colónias" e em seu lugar surjam de novo, na linguagem official, as províncias ultramarinas.

Bom é que assim seja.

A tradição portuguesa, neste domínio, antes que viessem a prevalecer as idéias abstractas sobre o que a experiência de todos os dias ia reclamando, não obedecia a qualquer sistema assente a priori. Eram os factos, eram as realidades que ditavam as regras da administração. Pode dizer-se que se ensaiaram parcelas de todos os sistemas e que consoante as circunstâncias de tempo e de lugar assim se escolhia uma ou outra forma de governo. Veja-se a distância que vai dos donatários da Madeira aos vice-reis da Índia e como no Brasil do mesmo regime dos donatários se passou para o dos governadores gerais.

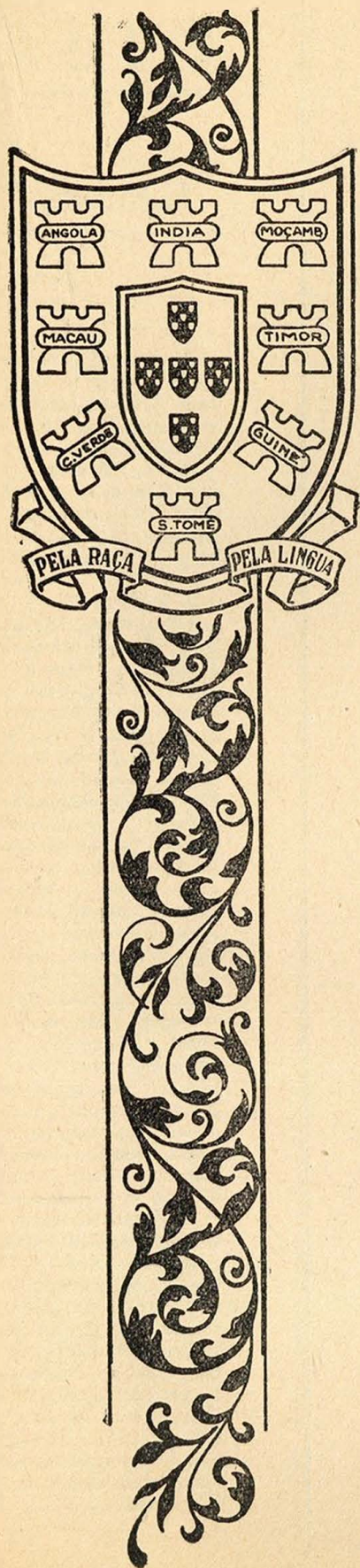
Mas fôsse qual fôsse o sistema adoptado, o certo é que havia nos portugueses — governantes e governados — uma tendência e um poder assim-

lador bastante forte para que a obra colonial portuguesa fôsse a maravilha sem par que a caracteriza. Se no Reino do Congo, por exemplo, constituímos um protectorado, este aspecto da administração não impediu que procurássemos assimilar rapidamente e elevar ao nível da nossa civilização o indígena tão diferente de nós.

Colónias têm-nas ou tiveram-nas os anglo-saxões. Quanto a nós, aonde chegámos aí plantámos Portugal. Era uma província portuguesa a mais que se constituía — terra portuguesa, gente portuguesa e indígenas com uma alma tão portuguesa que — por esse mundo fóra — nem os séculos nem as separações políticas apagaram ainda a influência que uma vez exercemos. Eles continuam sendo o atestado vivo de que ali passou Portugal, o mesmo é dizer que ali passaram apóstolos de uma fé que em todos os homens via criaturas de Deus e que, com o sentido profundo da igualdade do género humano, a todos procurava regenerar pelo baptismo.

O ideal da Fé e do Império é incompatível com a designação de colónias.

PERSPECTIVAS FUTURAS DA EUROPA



pelo

Engenheiro Francisco Pinto da Cunha Leal

1. A INCURÁVEL PRETENÇÃO E CURIOSIDADE DOS HUMANOS.

Com suas artes e manhas raciocinadoras, o "homo sapiens" usa entreter-se com estas duas categorias de jogos espirituais: 1) imaginar o que poderia ter sido a curva das transformações humanas se determinado sucesso se houvesse revestido de aspectos diversos daqueles que, na realidade, o caracterizaram; 2) ou conceber o que será o encaideamento dos factos históricos vindouros, partindo do condicionalismo da hora presente.

Esse refazer da história pretérita ou esse adivinhar da história futura são inanes e vãos, tão certo é que os fenómenos político-sociais, que constituem a tessitura da vida dos grandes aglomerados humanos, são a resultante de um complexo de forças, a maior parte das quais nos passam inteiramente despercebidas. E, se conseguimos descortinar, sem dificuldade, aquelas que são predominantes, até mesmo no que a essas se refere, só imperfeitamente nos é dado avaliar-lhes a intensidade e a direcção.

Nós, os humanos, somos, porém, incuravelmente pretenciosos e curiosos. Eis por que me apresto, neste momento, a levantar a ponta do véu que encobre o futuro da velha Europa e me atrevo a comunicar a uns tantos possíveis leitores o que, confusamente, entrevi, mercê do meu gôsto indiscreto.

2. A CONCEPÇÃO DO EQUILIBRIO NO PLANO NACIONAL.

Se examinarmos que a vida íntima das colectividades nacionais, consideradas isoladamente, quer a vida de relações dos povos civilizados, encarados assim no seu conjunto, verificamos que uma e outra compreendem períodos mais ou menos longos de equilíbrio instável, separados por hiatos de desequilíbrio. E' durante êstes que se elaboram, por um "processus" caótico, as características do equilíbrio instável das épocas seguintes.

Observemos, porém, que equilíbrio é sinónimo de estabilidade. Ora a vida dos seres humanos caracteriza-se pelo movimento, que é precisamente o oposto de estabilidade. Na própria hora em que o consenso geral consagra um quadro de valores espirituais, que se reflectem no arranjo das instituições humanas e numa modalidade particular de distribuição das riquezas colectivas, desmoronam-se nos e instantes rebeldes. A primeira vista, esta insatisfação, que é, no fundo, o motor dos grandes progressos, parece contrário às sociedades à desordem e à barbarie. Mercê de Deus, este perigo é, porém, insubstancial. De facto, assim como os industriais mortais são capazes de aproveitar a energia das tormentas, que abandonadas a si próprias, seriam cegamente destruidoras, do mesmo modo têm conseguido deixar desenvolver progressivamente o dinamismo ideológico da espécie, durante fases relativamente prolongadas, mas canalizando-o e pondo-o ao serviço das engenhagens politico-sociais vigentes, até que estas acabem por não poder resistir à violência da energia que as vem acionando.

Como é que pode, porém, conceber-se um equilíbrio, enquanto instável, quando as forças concorrentes vão aumentando, gradualmente, de intensidade? O aparente absurdo elimina-se desde que, no mesmo intervê-lo, uma outra força do sistema varie de características, por forma a compensar as mutações da primeira. No caso em estudo, esta outra força é a Era Espiritual. De facto, assim como cada um dos períodos sociais de equilíbrio instável vai crescendo desde um mínimo idílico até um máximo que desemboca na tirania.

A tirania é, pois, o sinal dos tempos, o prenúncio do advento duma fase de profundo desequilíbrio social.

3. A CONCEPÇÃO DO EQUILÍBRIO NO PLANO INTERNACIONAL.

Vimos como se poderia conceber o equilíbrio interno de um povo sem o aniquilamento das forças genéticas do espírito humano. Como solucionar, porém, este problema ao passarmos do plano nacional para o plano internacional?

Como no caso anterior, as causas motoras do desequilíbrio são agora os choques entre as realidades contraditórias, a concorrência dos apetites crescendo em função do aumento do número dos homens e do seu afinamento intelectual e os conflitos de ideias opostas, de concepções diversas da vida. E' evidente que, se existissem as mesmas causas deveriam, forçosamente, produzir os mesmos efeitos. Assim, pois, se existisse um Super-Estado capaz de recuresser de potencialidade à medida que se amplificassem as forças promotoras do desequilíbrio das sociedades humanas, consideradas em conjunto, poder-se-ia manter durante períodos mais ou menos extensos, o equilíbrio instável da ordem internacional. Esta foi, de resto, a forma característica pela qual se resolveu a dificuldade durante a antiguidade oriental. Basta lembrar a multi-secular predominância do Estado romano, com a "urbs" orgulhosa do Lácio a impôr à comunidade dos povos o equilíbrio perturbado, aqui e acolá, por insubordinações locais e no fim, finalmente amesquidado pelas avassaladoras incursões dos bárbaros cuibosos. E', porém, de notar que os homens não se haviam então algo adiado à concepção do Estado-nação, porque ainda não havia surgido das profundezas da época medieval a ideia da nacionalidade, tal como hoje a entendemos.

Quando, pela queda do Império Romano do Ocidente, se entra no limiar da revolucionária Idade-Média, o desequilíbrio instala-se na ordem internacional, e prolonga-se durante séculos infelizes. A indecisão torna-se senhora soberana; indecisão das fronteiras dos Estados por virtude de endémicas guerras externas; indecisão dos limites dos feudos, dentro de cada nação incipiente, por virtude de endémicas guerras internas; indecisão das cons-

Goias Sôbre

"Obsessão Africana"

por CALOS PARREIRA

Ja referi, decerto, este peccado "caso", não sei onde, mas deixo-o aqui de novo como uma homenagem de saudade à figura de um mundo à parte, que nele contrae, e ainda para que fique mais uma vez provado, quanto o absurdo do seu modo de ser mental tinha sempre razão no exaeto das observações que jogava.

Uma tarde, à escuria lucivál do Chiado, eu fazia a Fernando Pessoa a queixa costumada por as minhas estancias temporárias em Africa serem um hiatus amofinador no meu fluxo indispensavelmente vital, de amoroso das metrópoles builhenas.

Essas estancias constituíam outros tantos roubos à minha sensibilidade de frenético, para quem a mesmice amodorrada do dia-a-dia ultramoderna alucinava como um afundar num poço, de onde já não é mais possível vislumbrarmos o céu.

Depois de cada um dos meus regressos, continuava eu, plangendo em meio da pressão do que corriavam, passo acima, passo abaixo, o seu apressado, ou proseguiam empés do apelo estorço duma aventura de quarto de hora; — depois de cada um dos meus regressos, quanto trabalho exaustivo de readaptação à vertigem do insólito, interrompido!

E' como se na atonia da forma actual, fozada do contacto venenoso da savana, houvesse de reintroduzir uma forma diferente, que já não se ajustasse às dimensões preestabelecidas, sobelando aqui, um poucoquinho, para minuzgar a alma a sua somilica deficiencia...

Fernando Pessoa ouvia, li-near e ascético na sua estrutura, tuda em silhueta, borão de tinta de nanquim, com óculos de aro de tartaruga e nariz de cavalete.

— Ouvia, e com aquêl seu sorriso, que se conturbava por ser malicioso e era como que o seu reduto de timido, contrários.

— Sim, mas ouça Você: Não é verdade que nos dias em que não concorde com isto, há de sentir uma saudade enorme dessa Africa?

Senti num relampago a força esmagadora do seu reparo. O poeta do Opário linha-me feito apereber de uma coisa, que eu ignorava até ai: há, de facto, uma obsessão em contrariando mesmo aqueles que mais se julgam liberos delis.

Esse meu trabalho a me residir, não ser por acaso, antes a teima em contrariar um modus de vida, que tólas as minhas céulas não queriam ter perdido?

Este meu alitar-me de encontro a todos os freccus do barulho desta Capital tumultuária, d'este jardim de preculia, heira-mar, envolvido-nos com caposidade de sultana, não será o meu pânico de estoequer para sempre a "bela vida" das vestigalões desérticas: dos azules metálicos, por onde o sol se estira como um Nabucoodador agitado, suscitador de delirios: das árvores que se in-crustam em longes de paisagem, espalhadas e afilas, como grandes maters-dolorosas da vegetação?

A obsessão da Africa: Dulcissima tortura dos que uma vez comungaram a hostia bárbara do seu mistério!

ciências, por falta de um código de valores ideais universalmente aceites. Para fazer sair as sociedades, consideradas isoladamente ou em conjunto, d'este estado de perturbação e de desequilíbrio, necessário se tornava que do choque des acontecimentos surgisse uma força avassaladora. Esboçam-se várias tentativas nesse sentido, desde a de Carlos Magalhães no Sacro Império Germanico, mas só o Peder do Papado consegue adquirir uma extensibilidade e uma intensidade susceptíveis de reduzir, sem a anular, a intensidade das causas promotoras do desequilíbrio internacional.

Em 1648, com o tratado de Westfália, a Europa, à qual estava então reduzido o mundo civilizado, consegue encontrar nova modalidade de equilíbrio, subordinada a esta regra fundamental: sempre que o desenvolvimento de uma nação continental lhe permitia pôr em risco a vida de outras nações, e estas não tinham o direito e o incentivo de se unirem para conjurar o perigo comum. Surgiu assim o método da consecução do equilíbrio internacional pela improvisação duma força acidental, nos casos em que o seu concurso se tornasse necessário para a destruição duma ambição perigosa.

O principio do justo equilíbrio das nações européias teria sido talvez insufficiente para fazer germinar tão largos e fecundos periodos de paz, com os seus inevitáveis parênteses de desordem, se não se tivesse verificado a circumstancia de se ter desenvolvido em Europa uma potencia insular formidável, que, tendo interesses primordialmente extra-européios, poderia alhear-se das complicacoes continentais se não recessa a formação duma grande nação européica, cuja actividade pudesse, como a doia própria, extravar para fóra do continente. O equilíbrio e tornar-se um competidor perigoso na exploração dos recursos mundiais. Em tais condições, a Inglaterra, servida pela sua extraordinária força naval, tratava de promover as alianças requeridas pelo principio do equilíbrio européico, ajudando a vencer todos os aspirantes à hegemonia européica, para, esmagados estes, se juntar a eles, de modo a não consentir nos vencedores ocasionais a gestação de sonhos ambiciosos.

Na realidade, se não existia já, como no tempo dos romanos, uma força permanente, a Sociedade das Nações, o equilíbrio, havia na periferia da Europa uma força, cuja concorrência com outras forças variáveis do Continente dava uma resultante sufficientemente poderosa para se atingir aquêl estado de equilíbrio que o restante acidental tinha uma componente fixa e permanente.

Sobrevem, porém, a Grande Guerra e o idealismo wilsoniano faz surgir do caos européico a Sociedade das Nações, destinada a constituir um Super-Estado cuja função consistisse em impedir a guerra pela promessa antecipada da assistência colectiva dos seus membros aos Estados agredidos. Voltava-se, assim, a ideia de uma força permanente promotora dum equilíbrio desta vez com visos de eternidade.

A Inglaterra abdicou, nobremente, da sua função histórica, mas a Sociedade das Nações, depois de mostrar-se impotente para a substituir, deixa-se cair em estado de deliquescencia. No entretanto, os Estados autoritários vão-se arranjando em progressiva vertiginosa. E quando, caindo do alto do seu idealismo ingenuo na dura planície das realidades, a Inglaterra reconhece a necessidade de se rearmar, constata, ao mesmo tempo, a sua carencia de força para se oppor, à custa de alianças com outros Estados continentais, à hegemonia da Alemanha, assistida pelo seu brilhante segundo a Itália. O eixo Berlim-Roma destrui, pois, as formas de equilíbrio consagradas pelos tratados de Westfália e Versalhes.

Assim, pelo menos, se afigura a muitos. Assim se afigura a Chamberlain, que trata de ganhar tempo até conseguir mudar o condicionalismo do hora presente.

4. A POSSIBILIDADE DA HEGEMONIA DA ALEMANHA SÓBRE A EUROPA.

O actual govêrno conservador inglês pensa ser possível retornar à política do equilíbrio. Para tanto, bastaria, em seu entender, reforçar, de forma gigantesca, os seus armamentos e separar a Itália da Alemanha, convencendo-a de que a vitória do eixo Berlim-Roma, num eventual conflito europeu, deixaria a pátria de Mussolini à mercê das inspirações de Hitler.

Quanto ao primeiro paliativo, é bom não esquecer que tudo na vida é relativo. O que, por conseguinte, importa não é o valor absoluto dos armamentos bélicos de um país, mas sim o seu valôr em relação ao dos outros países. Ora nada nos indica que a um novo refôrço da armadura militar inglesa não corresponda um aumento proporcional ou ainda mais acentuado dos programas germano-italianos de modo a manter o "statu quo" ou a agravar a situação actual.

Quanto às conseqüências previsíveis duma vitória germano-italiana, se é certo que a história nos não mostra exemplos de que, no mesmo continente, um povo mais forte consinta, por mera lialdade na partilha com outros da hegemonia, não é menos exacto também, que, nos conflitos da actualidade, as semelhanças ideológicas e as vaidades dos chefes se sobrepõem, com desusada freqüência, ao verdadeiro interesse nacional. Nada, pois, de confianças excessivas na influência de raciocínios claros no desenvolvimento dos actos provocados pelas paixões humanas.

Se as esperanças inglesas não forem desmentidas pelos acontecimentos, como a alguns se afigura, retornaremos à política do equilíbrio europeu, tal como se veio praticando, com maior ou menor regularidade, desde 1648 até 1914. Em tal hipótese, pode sobrevir a guerra, mas os resultados não serão diferentes dos do grande conflito de 1914-18.

Suponhamos, porém, que o orgulho de Mussolini e de Hitler os força à manutenção duma aliança ilógica. Então, ou a Europa se condenará a si mesma a sofrer, com pávida resignação, todos os atentados e golpes de força germano-italianos, ou a guerra acabará por eclodir, no dia em que a paciência dos escravos tiver chegado ao fim. Em tais condições, a balança inclinar-se-á para o lado das potências ditatoriais, a não ser que Deus, na sua infinita misericórdia, decida fazer um milagre.

O triunfo da Alemanha e da Itália acabará, porém, por transformar-se na exclusiva vitória da primeira.

5. AS CONSEQUÊNCIAS DA POSSÍVEL HEGEMONIA DA ALEMANHA SÓBRE A EUROPA.

Se a Alemanha vier a impôr a sua hegemonia à Europa, que conseqüências poderão derivar de tal facto?

Antes de mais nada, assistiremos a uma remodelação integral da carta política da Europa, resultando dela uma Alemanha tão empolada que as revoltas contra o seu predomínio se tornarão, no futuro, impraticáveis. Este fenómeno trará nos seus flancos outro não menos considerável: a diminuição progressiva dos graus de soberania política dos Estados europeus em benefício da Alemanha. O último termo desta evolução será, porventura, a formação dos Estados Unidos da Europa, com a capital federal em Berlim ou Munich.

Isto significaria o fim das guerras intestinas do continente europeu e o início de nova era em que os homens pávidos assistiriam a lutas gigantescas entre os Continentes.

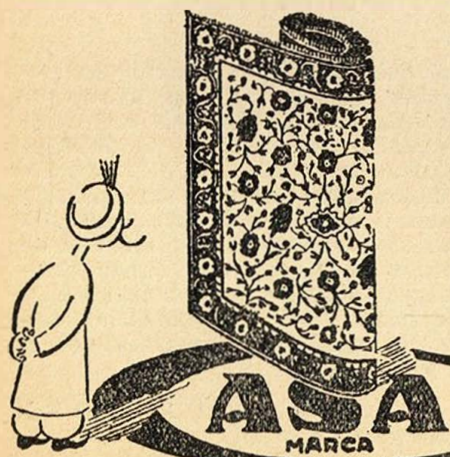
Se a história seguisse esta directriz, a fase actual evocaria, de certa-forma, o período consecutivo à queda do império romano do ocidente, quando os germanos se espalharam por toda a Europa e a fecundaram. Com a diferença de que da sua acção, depois de 476, resultou a improvisação de um certo número de nacionalidades — primeira "étape" na marcha para a homogenização integral do todo europeu — e da sua acção, a partir da hora presente, derivaria a consecução final dêste objectivo.

6. E PORTUGAL ?

A que baldões andaria sujeito o nosso pobre e querido Portugal no decurso desta evolução, se ela viesse a verificar-se?

A resposta a esta interrogação seria o remate lógico do estudo que vimos fazendo. Vai êste, porém, longo demais. Assim, deixaremos para outro artigo, se a pachorra nos não faltar para escrevê-lo e lhe fôr oferecida generosa hospitalidade, aquilo que julgamos ter entrevisto no acto de levantar a ponta do véu que encobre o futuro.

Alcaide — 1938.



Stores • Cortinas • Tecidos

As Mais Recentes e Mais Lindas NOVIDADES

MOBILIARIOS E TAPEÇARIAS

Garantidos e pelos menores preços

•••

82 - RUA SETE DE SETEMBRO - 82 — RIO

UNES
REGISTRADA

La Forma del Idioma

Aduana Lingüística

La desaprension, la incuria, las pocas ganas de informarse a fondo de las cosas, el figurarse que la creación comienza con nuestra pobre vida personal, y hasta la fraternal malicia con que consideramos la casa del vecino, todos esos vicios de la mezquindad y la pequeñez... !Pensar que andan por ahí millares de hispanoparlantes asegurando que el portugués — lengua cien veces ilustre — es un castellano estropeado! Cuando lo han dicho, se quedan tan contentos como si acabaran de inventar esa burla ya tan sobrada, el más común de los lugares. Justo es decir que este disparate tiene su equivalente del otro lado, pues tampoco entre los de habla portuguesa faltan algunos audaces que anden repitiendo por ahí que el portugués está más cerca del latín y que, en consecuencia, es una lengua de mayor dignidad. Doble disparate: porque la distancia del latín es fenómeno inconmensurable en el caso, y porque tampoco establecería tal distancia criterio alguno de excelencia. En otros siglos se pensaba que las lenguas románicas, llamadas vulgares, eran una corrupción del latín en el sentido moral de la palabra. No sentimentalicemos los fenómenos de la evolución lingüística. Desafío al latín clásico a decir, con sus propios recursos, lo que yo soy capaz de decir en mi castellano vulgar del siglo XX.

Naturalmente, lo que más se nos parece es lo que más se nos choca en sus diferencias. El choque puede llegar hasta el sentimiento de lo grotesco. Pero este sentimiento es igual y es igualmente legítimo del lado castellano que del portugués. Acontece aquí algo parecido a lo que acontece con la canturía o sonsonete de cada región. "Los Mexicanos — dice, por ejemplo, el Argentino — "tienen un cantito al hablar". Pero, lo mismo dirá el Mexicano de los Argentinos, y los dos con igual razón. No hay habla neutra. Todos cantamos, sino que ya sólo sentimos la canción extraña y no la nuestra que se nos borra como un perfume habitual. Sin embargo, legítimas son todas. Es lo de la paja y la viga en el ojo: oímos la tonada en la voz ajena, y no la sinfonía en la propia. Pues de modo semejante hallamos chistosos o anti-páticos (segun el temperamento de cada cual) esos cambios de acento entre el castellano y el portugués: *imbécil-imbecil, farmácia-farnacia*, o esos cambios de significación que parecen hechos de propósito para desconcertarnos: *barata* por *cucuracha* o *corredera*; *basura* por *escoba*; *escoba* por *cepillo*, y otros más que pudieran amargar la vida en el Brasil a cierto prohombre de Panamá. El cual se apellidaba — y para colmo — P.rras y P. rras, cosa que



pelo **Dr. ALFONSO REYES**
(**Embaixador do México**)

aquí con reiteración de doble apellido ni siquiera puede nombrarse.

Porque éste es el mayor escollo: las palabras usuales en una de las dos lenguas, que en la otra resultan vitandas. Aconsejo a la **Dirección del Turismo**: a todo viajero de lengua española, que desembarque en un puerto de habla portuguesa, entréguesele un cartoncito con la lista de palabras iguales a las palabras castellanas, pero que en portugués significan otra cosa, y en el caso de significados indecentes, póngase una crucecita roja, como para el nombre hispano-americano del mamão: **papaya**.

La verdad es que dentro del solo orbe castellano pudiera hacerse algo parecido. ?Qué puede entender el sombrerero español si el viajero argentino le pide un **ranchito** (sombrero de paja)? Pues, ?y el pánico en un salón argentino cuando un español llama al nácar por su castizo nombre de **concha**? ?Y el adjetivo que aplica una señora argentina a la falda arugada, ese adjetivo abominable que empieza con **ch**? !No lo oigan mis castos oídos mexicanos! El mexicano, por su parte, no puede pedir en la Argentina una caja de cigarrillos con el diminutivo habitual en nuestra tierra, ni menos mencionar nuestro clásico dulce de leche de Celaya, **und so weiter**...

El hispanoparlante cree convencerse a primera vista de que ciertas palabras portuguesas son terminos españoles mal usados adrede: **grade** por **reja** o **cancela**; **escaler** por **bote** o

LITERATURA COLONIAL

Obras e autores premiados pela Agência Geral das Colónias, de 1926 a 1937

A Agência Geral das Colónias criou em 1926 vários prémios para serem atribuídos anualmente, em concurso, às melhores obras de literatura colonial, como estímulo aos escritores portugueses, para que, com maior empenho, busquem nos inexplorados motivos ultramarinos os temas de novos trabalhos literários.

Desde 1926, data em que foi criado o prémio, até 1937, data do último concurso, foram as seguintes as obras que mereceram as honras da vitória no acreditado prélio:

1926 — 1.º, "África Portentosa"; Gastão de Sousa Dias; 2.º, "Pretos e Brancos", Manuel de Brito Camanho.

1927 — 2.º, "Zambeziãna", Emilio de San Bruno; 3.º, "Como fizeram os Portugueses em Moçambique", Mario Costa.

1928 — 2.º, "O Caso da Rua Valongo", Emilio de San Bruno; 3.º, "África Misteriosa", Julião Quintinha.

1929 — 2.º, "Nova Largada", Augusto Casimiro; 2.º — "Oiro Africano", Julião Quintinha.

1930 — 1.º, "Derrocada do Império Vatua", Julião Quintinha e Francisco Toscano; 2.º, "Recordações de Africa", Carlos Roma Machado.

1931 — 2.º, "A Caminho do Oriente", Jaime do Inso; 2.º, "Poetas e Prosadores", José Ferreira Martins.

1933 — 1.ª Categoria: — 1.º, "O Velo de Giro", Henrique Galvão; 2.º, "Ceus de Fogo", Campos Monteiro (filho).

2.ª Categoria: — 1.º, "Angola", Alfredo de Albuquerque Felner; 2.º, "A Mulher na Índia Portuguesa", D. Propecia Afonso de Figueiredo.

1934 — 1.ª Categoria: — 1.º, "Auá", Fausto Duarte; 2.º, "Terras de Feitiço", Henrique Galvão.

2.ª Categoria: — 1.º, "A Abolição da Escravidão e a Ocupação do Ambriz", José de Almeida Correia de Sá (Marquês do Lavradio); 2.º "Da Vida e da Morte dos Bichos", Henrique Galvão, Teófilo Cabral e Abel Pratas.

1935 — 1.ª Categoria: — 2.º, "Feitiços", Guilhermina de Azevedo; 3.º, "Aventuras da Caça", Antonio de Aguilár.

2.ª Categoria: — 1.º, "Gentio de Timor", Armando Pinto Correia; 2.º, "Viagens Maravilhosas", Quirino da Fonseca.

3.ª Categoria: — 1.º, "Angola Intangível", Alberto de Almeida Teixeira; 2.º, "Gramática de Kimbundo", José Luiz Quintão.

1936 — 1.ª Categoria: — 1.º, "Africa — Da Vida e do Amor na Selva", João Augusto Silva.

2.ª Categoria: — 1.º, "D. Carlos 1.º", Luiz Vieira de Castro; 2.º, "Um drama no Sertão", Henrique Quirino da Fonseca.

1937 — 1.ª Categoria: — 2.º, "Sol dos Tropicos", Henrique Galvão.

2.ª Categoria: — 2.º, "A Ciencia na Historia do Imperio Colonial Português", Luiz de Pina.

lanha; vidro por frasco; xingar (ya lo solté al fin) por denostar o injuriar y aún el galicismo paletó, que entre nosotros es un abrigo y como se le llame. Pero ellos tendrían igual derecho a acusarnos a nosotros de que trocamos adrede los significados. Hagamos de cuenta que el demiurgo de las lenguas ibéricas contaba con expresiones y símbolos escasos, y, para tener un par de lenguas, a veces se limitó a cambiar los sentidos.

Son muchos los peligros de la cercanía. Poseer a la vez, y poseer a la perfección, cuatro lenguas afines y que se perturban entre sí y aún atajan el aprendizaje por lo mismo que se entredivinan, como el portugués, el castellano, el italiano y el catalán, yo lo reputo por la mayor acrobacia lingüística. Junto a esto, me río del Árabe que habla alemán, o del Alemán o del Malgacho que traduce a Góngora, como mi amigo, el poeta Rabearivel. Aquello sería al pie de la metáfora, tan sutil como partir un cabello en cuatro.

Lengua cien veces illustre la portuguesa. Ilustre por ser la expresión de una grande epopeya histórica que dejó sus huellas en todo el mundo conocido, y todavía supo abrir nuevos caminos al esfuerzo humano. Navegación y descubrimiento, civilización y conquista: tales las hazañas del pecho siempre invicto lusitano. Con razón descubre Valéry Larbaud este rastro real en el testimonio de las palabras suntuarias, las que designan objetos de lujo y cosas precio-

sas. Lengua también illustre por sus tesoros literarios, madrega a cristalizar las formas de la lírica independiente en la Península Ibérica, cuando todavía no se atrevía con ellas nuestro castellano central. El mismo Rey Don Alfonso el Sabio, que da su unidad a la prosa castellana, tiene que passarse a la otra lengua vecina, al galaico-portugués de los trovadores, cuando ensaya en los metros líricos para cantar los loores de Santa María. El que ama de veras la lengua castellana tiene que amar a la vez la lengua portuguesa. Ambas se fertilizan la una por la otra, y mutuamente se acarician y halagan. Yo me complazco en citar siempre que puedo el consejo del purista Estébanes Calderón al joven escritor y diplomático Juan Valera:

"Y a propósito le diré, si es que ya no ha caído en ello, lo útil que nos es la lectura de los buenos prosadores portugueses. Los lusismos sientan maravillosamente a nuestra lengua: son frutos de dos ramas de un propio tronco, que se ingieren reciprocamente para salir con nueva savia y no desmentido sabor".

La luz del latín cae y se refracta en los dos prismas. Ambos efectos de refracción conjugados, comparados nos ayudan a mejor percibir el primitivo sabor latino, que a veces el uso ha desgastado. Y las palabras como que se enriquecen en este juego.

Dos testimonios sobre el aprendizaje de una lengua: uno, aquellos ensayos de Mark Twain sobre El Italiano Sin Maestro, chistosa

*Para quem, estas horas que descem da tórre da igreja?
 Para onde as arrasta êste vento manso que não se ouve?
 Vão pelo ar suspensas, inúteis, em nuvem invisível,
 A fazer mais profundo e mais longo o silêncio que fica...
 Os sentidos de quem dorme são para os sonhos,
 E, sob o luar claro de noite provinciana,
 Os Anjos da Guarda marcam, com suas asas, um ritmo de poesia circunstancial.
 Dormem as crianças com sorrisos nos lábios,
 Dormem os homens com um caminho fácil em frente,
 Dormem as mulheres com um amor a abrir no coração.
 As horas que descem da tórre são para a luz daquela janela,
 Onde, talvez, um homem espera a hora sem hora da morte,
 Onde, talvez, uma mulher chora sôbre cartas de longe,
 Onde, talvez, uma criança vem a êste mundo de sonhos impossíveis.
 Há horas que vêm mortas das tórres em noites de luar,
 E há almas que, como certas grutas perdidas, fazem eco...*

ALBERTO DE SERPA.

descripción de las tribulaciones de un anglo-americano entre la abundancia de nuestras formas verbales: otro, más reciente y de mejor calidad para mi gusto, los **Divertimientos Filológicos** de Valéry Larbaud, cuando se entregó solo, en Lisboa, a la entretenida tarea de pasarse del francés al portugués, apuntalándose un poco con el latín y un mucho con el castellano. "Esta ciencia, esta lengua", dice, "la he aprendido como se obtiene el amor de una mujer"; "Yo era todo ojos y todo oídos, todo atención y respeto, consciente de habérmelas con los elementos de uno de los grandes idiomas literarios, con un vocabulario y una sintaxis glorificados por algunos de los más grandes poetas, dramaturgos y prosistas del Occidente". ¡Si todos llegaran al portugués con igual inteligencia de amor!

Tipo del error iberoamericano en política y en todo: el platense medio (no el erudito) — aunque dispuesto a confesar sus italianismos, porque, viniendo de Europa, le parecen menos humillantes — difícilmente reconoce y acepta el que se le hayan deslizado, frontera adentro, algunos brasileñismos en el habla corriente. Y la recíproca es igualmente verdadera; y en igual grado lamentable.

A veces — y aquí está el toque de perfección — las diferencias milimétricas en los significados secundarios son las que dan a la frase su atmósfera castellana o portuguesa. Yo puedo decir en ambas lenguas: "La juventud universitaria, en plena mocedad..." Pero se me antoja que esta forma es más directa e inmediatamente castellana, y que la correspondiente portuguesa sería más bien: "La mocedad universitaria, en plena juventud..."

A veces, apoyando más acá o más allá en las connotaciones accesorias, la palabra, de una a otra lengua, de tal modo parece trasladar su sentido que viene, prácticamente, a significar otra cosa: tal el adjetivo **exquisito**, encomiástico en castellano y peyorativo en portugués; tal el adverbio **apenas**, que en castellano significa una dosis mínima y en portugués equivale a **solamente**.

A veces, al traducir del portugués, os encontráis con una cosecha de palabras caídas en desuso o poco difundidas, como coruja (lechuzza), **virazón** (brisa).

Cierto día creí descubrir una de las leyes dife-

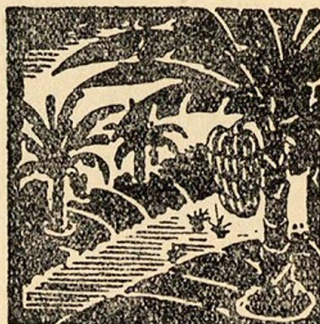
renciales en la evolución de ambas lenguas. No me refiero a aquella aparente pérdida silábica (**caliente-quente, doliente-doente, vuelo-vôo, dolor-dor, color-cor**), sino a algo más medular y profundo. Simplemente al discurrir por la calle, reparé en las expresiones usadas por gente de apariencia humilde. Cerrando los ojos, yo, en mi imaginación, hubiera vestido con otros trajes a los interlocutores y les hubiera prestado otra condición social superior. (Ignoro si el portugués europeo ofrecerá el mismo fenómeno, y nada tendría de extraño que la inimitable cortesía brasileña haya impreso poco a poco en el habla su sello de característica polidez, pero me figuro que mi observación tiene valor general). A poco andar, un vendedor pregonaba, a voz en cuello: "¡Sorbetes de diversas cualidades!", frase que en las calles de Madrid sería recibida con silbidos por alambicada y compuesta. El vendedor, en la metrópoli de la lengua hispánica, hubiera procurado, al contrario, alardear de plebeyismo y escoger la expresión y el tono más de la media-calle: "¡Heláos, de tóos ellos!", o algo parecido, y recordé que aún la gente mexicana, recién llegada de su solar, hace sonreír un poco a los madrileños por aquella su manerita que resulta, comparativamente, algo escogida y redicha; por aquella preferencia del término sabio que hace a muchos de nosotros decir: **localizar a Fulano**, en vez de: **encontrar a Fulano**; por aquella pronunciación meticulosa de las consonantes acumuladas. (El Mexicano tiende a decir con todas sus letras: "**perfecto**", y dice: "**exacto**" donde el Madrileño dice: "**esato**"). Tal parece que, mientras el castellano central va lanzado hacia el popularismo, el portugués se concentra hacia los cultismos y formas escolares. No quiero sacar conclusiones sobre si hay evolución ascendente o descendente. Unos pensarán que el popularismo es vida y el cultismo agonía; otros pensarán, al contrario, que la lengua se regenera y vitaliza por la cultura, y se pierde y borra en el abandono callejero. Tampoco quiero sacar de aquí fáciles metáforas políticas, de que desconfío por lo fáciles. En rigor, no quiero concluir nada. Sólo quise pasear un poco por esta frontera de las lenguas donde — como en todas las fronteras — aprendemos a perdonar y a pedir perdón; es decir: a **entender**.

O N E G R O E

A C U L T U R A

NO

BRASIL



pele **Dr. RENATO MENDONÇA**

Língua e raça são como verso e reverso de uma medalha. Separados em teoria por alguns homens de ciência, a generalidade do público os aproxima e confunde, como se fossem noções complementares.

Os cientistas não raro se equivocam onde a sabedoria popular sempre acerta.

A verdade é que antropologistas do estôfo de um Paul Rivet põem em letra de forma afirmações desta natureza:

“En définitive, sauf peut-être dans de très rares cas, il existe une solidarité réelle, bien que parfois difficile à démontrer, entre la linguistique, l’ethnographie et l’anthropologie **stricto sensu**. L’anthropologiste possède ainsi trois solides bâtons de route, tous trois utiles au même titre et tous trois interchangeables, en sorte que si l’un d’eux vient à lui manquer, les deux autres lui permettent de continuer sa marche.” (1)

Assim o estudo das populações humanas não deve ser feito de maneira fragmentada. Um povo só encontra num conjunto de factores físicos, culturais e linguísticos a sua caracterização.

A ciência do homem tem o seu bloco indissolúvel, formado justamente pela junção da lingüística, da etnographia e da antropologia.

E não nos é possível resistir à tentação de lembrar ainda um conceito precioso de Rivet, quando diz que **“um bom dicionário é o mais completo e o mais seguro dos documentos etnográficos e sociológicos”**. (2)

Puxando brasa para o mesmo lado, vem a tendência moderna dos Aranzadi e Hoyos Sainz que fazem a linguística se meter pelas comportas a dentro da etnografia, convictos de que a língua não é um organismo capaz de descendência e sim um produto cultural (3).

Aliás, a partir de Schuchardt, começa a crescer e generalizar-se o ponto de vista que distingue em toda a língua um produto de mestiçagem.

Sem entrar no mérito de tais considerações que, em linhas gerais, nos parecem aceitáveis, quisemos apenas salientar, inicialmente a estrutura uniforme deste ensaio, cujo objetivo é analisar consecutivamente a evolução dos estudos afro-brasileiros nos domínios da lingüística, da etnografia e da sociologia.

E se a orientação é um cuidado de vida e morte para o navegante que defronta um horizonte nebuloso, que dirá para nós viajores de um campo negro...

Ademais a falta de precedentes no assunto, a ausência de uma contribuição anterior que fôsse um ponto de apoio, tudo isso dificultava

a tarefa de uma síntese histórica da africanologia brasileira.

E sobretudo para nós, ciosos de afastar uma perspectiva unilateral, com a cautela sempre presente de não magoar susceptibilidades, um terreno onde por vezes até os mortos deixam os seus remanescentes vivos...

*
*
*

Já é tempo de pôr no verdadeiro lugar, e com o destaque merecido, que exigiria muito gordas letras de forma, — a posição impar de Nina Rodrigues e sua escola no evolver da africanologia brasileira.

De facto antes do preclaro e inesquecível professor da Faculdade baiana, aparecem alguns nomes respeitáveis na matéria ao lado de frangalhos sem grande importância.

Fôrça é citar o nosso maior historiador literário, Sílvio Roméro, em cuja obra latejam as sementes de muita árvore hoje encopada...

O próprio Nina teria ouvido as cómicas, se não fossem denotadoras de grande indignação, protestações de Sílvio, abarcado de pesquisas e impossibilitado materialmente de estudar os velhos pretos da África que morriam com todo o tesouro de suas lendas e tradições...

Verberando indignado essa estagnação do ambiente indígena, o sergipano assanhado mostrava o contraste de Bleck, internado dezenas de anos na África, para alcançar o fruto, aqui apodrecido na abundância...

Também não é para esquecer o nome do lexicógrafo dr. António Joaquim de Macêdo Soares.

Em meados de 1880, publicava Macêdo Soares na **Revista Brasileira** as primeiras anotações conhecidas sobre o elemento africano e sua influência na evolução do português falado no Brasil.

Esta notável contribuição, que se intitula **Sobre algumas palavras africanas introduzidas no português que se fala no Brasil**, conferiu-lhe a categoria de precursor dos africanismos brasileiros. (9)

Poucos anos depois, em 1888, publicado no volume XIII dos Anais da Bibliotheca Nacional, saía a obra principal de Macedo Soares, o seu infelizmente incompleto **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, onde numerosos **brasileirismos de origem africana** passavam por uma satisfatória análise etimológica.

No ano seguinte, fazia-se então a separata dessa obra fundamental da lexicografia brasileira, composta entre 1875 e 1888.

Tanto tempo consome o trabalho do dicionarista, em aparência tão simples!

Diga-se de passagem que João Ribeiro, no seu **Dicionário Grammatical** saído depois, andou catando os pedacinhos de galinha do vatapá cozido pelo modesto António de Macedo Soares, e gabando o prato como se fôra de sua fábrica... (10)

A Nina Rodrigues, porém, reverte sempre o papel do propulsor na hélice do avião: sem elle os estudos afro-brasileiros não estariam onde estão.

Os Africanos no Brasil é a pedra fundamental da etnografia do negro brasileiro, e por pouco, o monumento também.

A série de ensaios os mais variados e de diversas épocas enfiados nêsse volume, por iniciativa vitoriosa de Homero Pires, formam como que as directrizes esplanadas a golpes de talento e cultura de todo um programa imenso:

- I — Procedências africanas dos negros brasileiros.
- II — Os negros maometanos no Brasil.
- III — As sublevações de negros brasileiros anteriores ao século XIX. Palmares.
- IV — Os últimos africanos. Nações pretas que se extinguem.
- V — Sobrevivências africanas. As línguas e as belas artes nos colonos pretos.
- VI — Sobrevivências totêmicas: festas populares e folk-lore.
- VII — Sobrevivências religiosas. Religião, mitologia e culto.
- VIII — Valôr social das raças e povos negros que colonizaram o Brasil e dos seus descendentes.
- IX — A sobrevivência psíquica na criminalidade dos negros no Brasil.

Esse índice transforma perfeitamente o livro de Nina Rodrigues no quilometro zero, de onde têm de partir todos os africanólogos brasileiros para chegarem ao fim pelo roteiro certo.

Incontestavelmente Nina Rodrigues terá sido um dos poucos cientistas que formou uma escola de auto-didatas.

Sua obra, renovando o interêsse para um tema esquecido com a Abolição, determinou uma eclosão de pesquisas puramente científicas.

Ao passo que Artur Ramos, Edison Carneiro se fazem *in locum* os continuadores dos trabalhos etnográficos *stricto sensu* de Nina Rodrigues, uma pleiade de investigadores como Roquete-Pinto, Gilberto Freyre, Rodolfo Garcia, Cunha Lopes e Candido de Assis, Bastos de Ávila, Mário de Andrade, Alfredo Brandão, Ulysses Pernambuco, Robalinho Cavalcanti, Adhemar Vidal, Camargo Junior, Abelardo Duarte, Mario Melo, Jovino de Raiz, Melville Herskovits, Ruy Coutinho, Alvaro de Faria, Pedro Cavalcanti e Geraldo de Andrade, reunem-se no primeiro Congresso de Etnografia reali-

zado no Brasil, em Recife e sob a égide do psiquiatra baiano.

— Quem quiser ajuizar do vasto material científico trazido á colação pelos componentes dêsse certame percorra as páginas dos substanciosos **Estudos Afro-brasileiros** (Rio, Ariel Editora, 1935).

E ainda dêsse mesmo fértil Congresso do Recife existe material inédito que breve será entregue ao conhecimento do público.

Nina Rodrigues, completamente isento do cabotinismo campeador de hoje em dia, é a prova de que, pela própria natureza das coisas, o relâmpago tem seu éco trovejante, longínquo mas tem...

Quanto a nós representa quasi uma obrigação moral salientar a maneira decisiva por que **Os Africanos no Brasil** influuiu em nossas pesquisas concentradas em **A influência africana no português do Brasil**, publicada aliás no mesmo ano da colectânea de Nina, em 1933.

E como que uma atração de satellite pelo astro ambos figuram hoje em segunda edição na mesma bibliotheca científica, essa **Brasiliiana paulista**, que repete nas letras do Brasil os feitos bandeirantes...

Seria injusto não frisar aqui a originalidade da contribuição de Edison Carneiro, com seu ensaio sobre **Religiões**, publicado recentemente.

O livro tão bem equilibrado e copioso de ensinamentos traz uma perspectiva pessoal da observação directa da etnografia religiosa afro-baiana.

Através dos capítulos, sempre com dados novos e expostos com segurança, o leitor trava suave e agradavelmente um contacto íntimo com a mentalidade meio primitiva do negro da Baía.

Se fôsse possível escolher dentre êsses capítulos os mais interessantes, apontariamos **O fetichismo gêge-nagô, Liturgia fetichista, O estado de santo, Os cânticos dos orixás**.

O que sobretudo o lingüista apreciará em **Religiões Negras** é o conhecimento profundo da língua nagô ou joruba, que transparece na pena do autor a cada instante.

Afinal um apêndice precioso esclarece o enigma dêsse preparo nagô de Edison Carneiro, onde se encontra um resumo apreciavel da gramática do Joruba, sob a rubrica **Nação nagô, cadê a tua língua?**

Aí aparece uma contribuição que poucos têm prestado à lingüística africana no Brasil.

Sabe-se que um vocabulário nagô que fôra confeccionado por Neves Leão desapareceu, sem dêle se receber mais noticia.

Afóra êste que não chegou a existir, só se deu á luz da impressão o **Vocabulário nagô** do nosso grande mestre Rodolfo Garcia. (11).

Edison Carneiro abriu para si um lugar ao sol que apenas dois ou três mais poderiam disputar.

A isso devemos juntar a sua facilidade de escrever, que a exemplo de Gilberto Freyre tirou á Ciência a carranca mantida para afastar as massas...

Sem se filiarem propriamente á escola de Nina Rodrigues outros estudiosos repontam pela vastidão do nosso território.

A-pesar-de uma ausência de método científico, Nelson de Sena é um trabalhador que tem destacado o campo afro-brasileiro.

Versando aspectos da lingüística e da etnografia, o Sr. Nelson de Sena muito produziu e anuncia até um **Vocabulário de africanismos** em gestação há bons trinta anos.

PROBLEMAS COLONIAIS

E PROBLEMAS METROPOLITANOS

Não me sinto com a menor competência para tratar problemas coloniais; como, porém, não quero deixar de prestar homenagem à SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO neste oitavo aniversário da sua fundação, submeterei aos leitores do seu Boletim uma pequenina idéa muito simples mas que pôde parecer um bizantinismo, se bem que não seja talvez inútil, se bem que esquecida, não raras vezes, pelos entusiastas da acção colonial.

Creio que uma coisa é tratar um problema de uma dada região ultramarina como mero problema dessa região, e que outra coisa é tratar o problema como problema colonial português. Como mero problema de tal região, pôde não depender a solução respectiva da solução de um problema metropolitano; porém, dadas as circunstâncias de Portugal (resultantes das condições de sua história e da maneira como se fez a exploração das colónias até a implantação do Liberalismo) estou em supôr que as soluções verdadeiras dos problemas próprios do nosso Ultramar, CONSIDERADOS COMO PROBLEMAS COLONIAIS PORTUGUESES, estão na dependência do tratamento conjunto de problemas básicos METROPOLITANOS, que esperam ainda uma solução radical. Ha certas reformas metropolitanas (de correcção do ambiente geográfico, de economia, de educação) sem as quais, supenho eu, os problemas do nosso Ultramar nunca terão de receber soluções verdadeiras como problemas coloniais portugueses, — quiere dizer: com direcção e saber português, com capital e trabalho nosso, para beneficio das colónias e de Portugal.

Por não termos resolvido no decurso da Historia os nossos problemas metropolitanos, as colónias, para Portugal, constituíram tam-só uma riqueza aparente; foram tam-só as nações estrangeiras as que enriqueceram e que progrediram pelo nosso Ultramar. No século XVII, Duarte Ribeiro de Macedo, no seu "Discurso sobre a introdução das artes (indústrias) neste reino (1675), escrevia o seguinte: "Se as obras de que necessitarem (os habitantes das colónias) forem estrangeiras, será dos estrangeiros a utilidade que a nossa indústria (perícia) descobrir nelas e nosso trabalho cultivar, e vire-

de

Antonio Sérgio

mos a ser no Brasil uns feitores das nações de Europa, como são os Castelhanos, que para elas tiram das entranhas da terra o oiro e a prata... A introdução das artes (indústrias manufacturadas) ha de obrar que sejamos senhores úteis do Brasil e a falta delas, que seja das nações da Europa o domínio útil daquêlê Estado". Do circo do Brasil disse André João Antonil: "passa em pó e em moeda para os reinos estranhos, e a menor parte é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil". Assim succedeu, como todos sabemos, porque não existia na nossa metrópole o apetrechamento económico e educativo para fixar nela e nas próprias colónias as riquezas que nestas se produziam: e tal é um aspecto — mas só um aspecto — da idéa geral e muito simples de que me parece que se esquecem não poucas vezes alguns colonialistas do nosso país.

Há quem queira resolver pelas colónias o problema da prosperidade de Portugal: porém, problemas ultramarinos e metropolitanos aparecem-nos sempre numa relação recíproca, e só poderemos resolver pelas colónias alguns problemas da nossa metrópole se conseguirmos resolver por soluções na metrópole os problemas básicos coloniais, — como sejam, por exemplo, o da nacionalidade dos capitais que nelas fixarmos e o da quantidade e da qualidade da gente portuguesa que encaminharmos para elas. O primeiro depende da correcção do ambiente e da reforma económica metropolitana; o segundo depende da correcção do ambiente e da reforma económica metropolitana — e, além disso, da reforma educativa metropolitana. A qual depende, por sua vez, da correcção do ambiente e da reforma económica... Tudo se encadeia circularmente — em relações recíprocas, em dependências mutuas, — nos problemas básicos de uma sociedade. Para Portugal, não ha verdadeiras soluções coloniais sem soluções metropolitanas dos problemas básicos, que se encontram ainda por resolver.

De certo, o caracter de seus estudos não adquiriu na condensação de um volume êsse conjunto que falha em artigos de revista e obras de colaboração.

Desprezível seria negar que Nelson de Sena pertence aos antigos e incansáveis legionários entre os citados na matéria.

Jaques Raimundo, mais preocupado com os pastiches da lingua de preto encontrados no teatro de Gil Vicente, esqueceu um pouco o lado brasileiro em O Elemento afro-negro na lingua portuguesa que entretanto obteve os seus elogios.

Ultimamente no Rio Grande do Sul, um continuador eminente e jovem dos trabalhos afro-brasileiros de Apolinário Porto-Alegre surgiu no escritor Dante de Laytano, cujos

Africanismos do dialeto gaúcho mostram a repercussão e o interesse geral no país pelos problemas do negro.

(1) Paul Rivet. "L'Anthropologie" in Boletim do Museu Nacional, n.º 3, 1928, pag. 73.

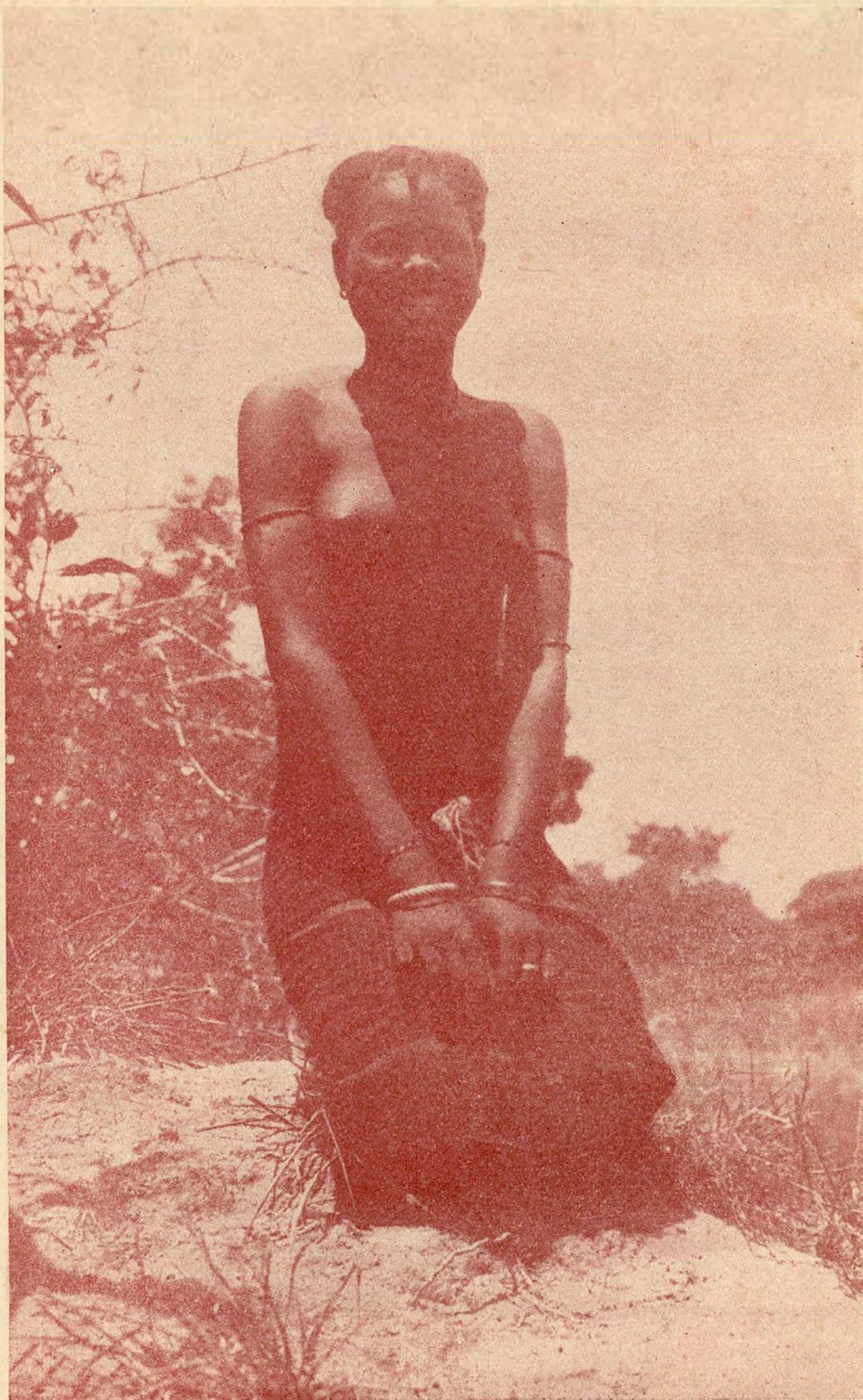
(2) Idem, pag. 91.

(3) T. Aranzadi y Hoyos Sainz. "Etnografia".

(9) Renato Mendonça. "A influencia africana no português do Brasil", 2.ª edição, São Paulo, 1935, pag. 10.

(10) E' sempre bom ver a opinião contraria, João Ribeiro, "O elemento negro", Rio, 1936, com uma colaboração de tesoura e goma arábica do Sr. Joaquim Ribeiro.

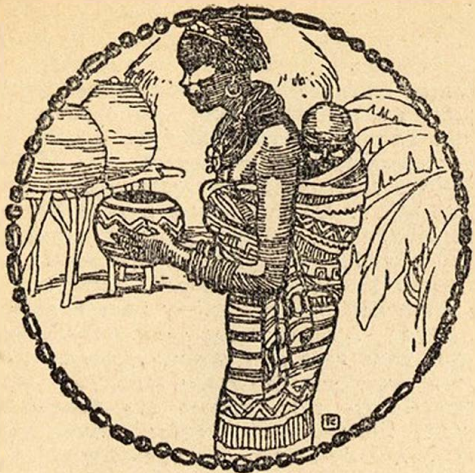
(11) Ver "Estudos Afro-brasileiros", vol. I, pag. 21-27.



MULHER
DE
MOÇAMBIQUE



Tipo tonga-vatualizado do Bilene.
(Notem-se as orelhas furadas e a corôa de cera)
(ngüana ou chidlolo).



O PROBLEMA

DAS

R A Ç A S

pele

Dr. Edison Carneiro

O problema das raças humanas têm dado força, ultimamente, a tantas crueldades, que não será demais tentar uma sistematização dos dados objectivos fornecidos pela ciência — a ciência como força imparcial, acima das contingências políticas imediatas.

I

As raças são produto do meio ambiente.

Elas reflectem, na sua conformação física, a luta do homem por se adaptar a êsse ambiente e os seus característicos especiais são como que os marcos dessa marcha acidentada.

A-pesar-de fantástica, a hipótese do povoamento do mundo pelos filhos de Noé, o da Arca, não é uma hipótese improvável. O homem é igual em todos os continentes. Mas certos traços, não primordiais, mas ao menos facilmente perceptíveis, se deformam ao contacto com os factores exteriores.

II

O desenvolvimento das raças se faz em linha sinuosa, sempre havendo, porém, uma constante, uma linha média igual para todas.

Admite-se, teòricamente, a existência de uma raça branca no mundo. Mas essa raça branca só teòricamente existe. Na prática, o que se vê são tipos aproximados do branco, desde o dolico-louro, o celebre "ariano" puro-sangue do sr. Adolf Hitler, até o meridional amorenada da Itália e da Espanha.

Uma raça póde, portanto, dentro de si mesma, sofrer altos e baixos.

E, si isso acontece no seu próprio meio de origem (no caso da raça branca, a Europa), outras modificações, para melhor ou para piór, se pôdem verificar, desde que a raça em questão abandone o seu habitat originário.

Admitida, mesmo, a possibilidade da ausência de cruzamentos inter-raciais, o clima diferente, as novas condições de vida, pôdem modificar e na verdade modificam, a estrutura biológica das raças.

III

Tocamos aqui o problema da evolução das raças.

Si o branco de depois da queda do Império Romano está tão longe do branco europeu de hoje como o sol da terra, mesmo no puro

campo da ciência das raças, isso se deve à influência da cultura, da vida activa. Trabalhando o ferro das lanças dos cavaleiros-andantes ou forjando armas para a conquista do Oriente, sob o pretêxo de salvar Jerusalém das mãos do Infiel, a raça branca desenvolveu certas qualidades, adquiriu certos hábitos de vida, acumulou certa dóse de experiência. Esta experiência, naturalmente, continúa a existir no fundo da experiência actual da raça branca, mas é claro que, ao contacto de fórmias superiores de cultura e de organização dos povos, de novas fórmias de vida, de novas necessidades a satisfazer, outras experiências foram necessárias, outras forças se tornaram imprescindíveis ao desenvolvimento da raça branca...

IV

Êste exemplo mostra que, si a raça é um produto natural, nascido sem a intervenção do homem, nem por isso ela deixa de sofrer a sua influência, como tudo mais, desde que a vida social absorve completamente, todas as actividades, ligando-se todos os factos às mesmas leis sociológicas de desenvolvimento.

V

Temos, como exemplo, o caso do Brasil.

O prof. Roquette-Pinto, estudando os tipos antropológicos do Brasil no Museu Nacional, caracterizou em leucodermos e melanodermos os brancos e negros do país. A classificação pareceu arbitrária a muita gente, mas na verdade ela se baseava na sábia observação de que só relativamente à constante da raça branca os leucodermos eram mesmo brancos, assim como só relativamente à constante da raça negra os melanodermos eram negros. Sob as influências de um clima estranho, sob a diversidade de meio social, sob o império de novas necessidades, as raças branca e negra, no Brasil, apesar dos seus poucos 400 anos, tinham-se afastado já do tipo-padrão conhecido dos antropologistas.

VI

Há, pois, uma constante de progressão, para cima ou para baixo, em todas as raças.

Si considerarmos, isoladamente, as raças do mundo, — a branca, a negra, a vermelha, a malaia e a amarela, — veremos que elas só são

tal em relação com essa constante, mas que, consideradas concretamente, elas traduzem, fisicamente, a experiência de um povo, de uma cultura, de uma civilização, dentro do seu momento histórico.

Os quiromantes sabem que a mão — o mais útil dos instrumentos do homem — traduz tôdas as experiências pessoais do seu dono. Ora, as raças reflectem as “experiências comuns” da Humanidade...

VII

Haverá raças superiores e inferiores?

L. H. Morgan, nos Estados Unidos no século XIX, provou sobejamente que não. Ele estudou os costumes dos mais atrasados dos Peles Vermelhas e conseguiu, pelo estudo das suas instituições sociais, desenterrar os velhos laços de organização política da gens, da tribo, do clan, provando, assim, que até mesmo esses povos americanos, afastados da raça branca pelo Oceano Atlântico, possuíram essas instituições caracteristicamente greco-romanas, que os seus trabalhos vieram esclarecer. Daí a sua afirmação de que todas as raças deviam sofrer as mesmas experiências, caminhando todas “nos mesmos caminhos uniformes e em estreitos limites de variabilidade”.

De-facto, todas as raças têm as mesmas possibilidades na marcha para a Civilização, mas em potência. Os factores estranhos, o clima, a vegetação, o gênero de vida, etc., pôdem, influir, influem sobre essa marcha, adiantando-a ou retardando-a.

Posta em melhores condições, a raça branca pôde construir a civilização Ocidental. Mas não é menos verdade que a raça negra conseguiu formar Estados de cultura adiantada, como os Estados do interior do Sudão, nem menos verdade que a raça vermelha conseguiu formar verdadeiros Impérios, como o dos Incas no Perú e o dos Aztecas no México. Da raça amarela, até se diz que a sua civilização — a civilização chinesa — é mais eficiente, mais vivida, mais dentro dos indivíduos, do que a própria civilização branca, por sua natureza instável, mo-

vedição, andeja. Mas essas melhores condições dadas pela natureza à raça branca, possibilitando um mais largo desenvolvimento das suas forças económicas, levaram-na a submeter as demais raças do mundo. E a raça branca interveio, quási sempre para piór, no desenvolvimento das raças, exterminando os índios da América, escravizando os negros da África, preparando o fratricídio dos amarelos, no Extremo Oriente... De modo que a raça branca — engrandecida por simples aventuras militares bem sucedidas — pode se apresentar ao mundo como a raça “superior”, algo assim como o Povo Eleito pelo Senhor para o govêrno dos povos... Seria mais cômodo, naturalmente, que cada raça se desenvolvesse em paz, dentro das suas possibilidades próprias. Mas essa ascensão da raça branca era necessária (no sentido filológico do termo), estava prevista no desenvolvimento das suas forças.

Diante do fenómeno, não faltaram os ideólogos da “raça branca”, então (Século XIX) identificada com a burguesia européa. Aliás, até o claro Montesquieu, muitos anos antes, preparara essa falsa antropologia, ao justificar a escravidão dos negros, dizendo que “é impossível que tais seres sejam homens...” Foi essa necessidade da raça branca de justificar, diante de si mesma e diante do mundo, os crimes cometidos, na Africa e na Asia, contra a independência dos povos, que deu em resultado a série de antropologistas que vem de Gobineau e Lapouge até os ideólogos do nazismo.

Cientificamente, porém, o problema se resume numa troca de verbos — a raça branca não é superior às demais, mas está em plano superior. O lugar de vanguarda ocupado actualmente pela raça branca é transitório, passageiro, produto do momento histórico que vivemos.

VIII

Em relação consigo mesma, em diferentes momentos históricos, uma raça deixa de ser uma unidade. Aliás, as raças representam a experiência acumulada dos povos, não poden-

O NEGRO FALA dos RIOS

“Conheci rios.

Conheci rios antigos como o mundo e mais velhos do que a onda do sangue
[humano nas veias humanas.

Minha alma tornou-se profunda como os rios.

Banhei-me no Eufrates quando as auroras eram moças.

Construí minha cabana perto do Congo, e êle cantarolou para eu dormir.

Olhei para o Nilo e sobre êle edifiquei as Pirâmides.

Ouvi a cantiga do Mississipi quando Abe Lincoln desceu para Nova Orleans,
[e vi o seu seio turvo tornar-se todo de ouro no poente ..

Conheci rios:

Rios antigos e sombrios.

E minha alma tornou-se profunda como os rios...”

LANGSTON HUGHES.

Aplausos e Agradecimentos

pelo

Professor Doutor Hernani Cidade

As relações intelectuais entre o Brasil e Portugal são hoje alguma coisa mais do que mera e vasia paráfrase de velho e retórico lugar comum.

Sem força de decretos nem intervenção de instituições oficiais, está sendo cada vez mais animado e vivo o diálogo espiritual entre os irmãos da raça que o Atlântico separa. Nunca, tanto como agora, jornais e revistas portuguesas se ocuparam da febril actividade mental do Brasil, nem revistas e jornais brasileiros assim atentaram na que está renovando Portugal.

O passado comum é a funda raiz multi-secular que dá robustez, aviva a personalidade, aumenta o orgulho e garante a perduração do nosso ser colectivo. O futuro, por seu turno deve e pode muito bem ser a florescência de produtos de inteligência e sensibilidade, a um tempo una e vária, que, espalhada por Brasil e Portugal, por Guiné, Angola e Moçambique, por ilhas e costas do Atlântico, Índico e Pacífico, acentuando o colorido da nossa raça, contribua simultaneamente para o matiz espiritual que faz a formosura e até a dignidade do mundo.

Assim a compreendem cada vez melhor brasileiros e portugueses. Mas, no caminho que se começou a trilhar, quanto ainda a percorrer, no sentido de uma cada vez mais íntima colaboração no esclarecimento do passado por tantos séculos comum, no sentido de uma cada vez mais actuante unidade fundamental, que, sob todas as divergências ou diferenciações de superfície, seja, no futuro, uma força, de afirmação própria e ordem internacional!

Nenhum organismo conheço que, tanto como a **Sociedade Luso-Africana**, se empenhe neste convívio intelectual entre os dois povos irmãos, por intermédio dos seus valores mais representativos. Porisso venho dar-lhe, por ocasião do seu aniversário, os meus aplausos mais entusiásticos de intelectual e os meus efusivos agradecimentos de português. Que as circunstâncias favoreçam a sua generosa e patriótica actividade e jamais falte ao seu dinamismo a fé e a energia lusitanas, que têm animado os seus directores. Eis, à falta de melhor, os votos que muito à pressa lhes vem exprimir o sincero admirador da obra já realizada.

Lisboa 9-IV-938.

do ser medidas do ponto de vista de uma ou de outra dessas raças, mas só em relação consigo mesmas. Logo, não há raças constitucionalmente superiores, nem inferiores. Afirmar o contrário equivaleria, simplesmente, a negar o movimento permanente da matéria...

IX

Não só os factores naturais podem modificar a estrutura das raças.

Nêste sentido, são muito instrutivas as pesquisas realizadas por Alfredo Niceforo entre as classes pobres, pesquisas que acusam um decréscimo de altura nos individuos, certos traços particulares, deformações de corpo, etc. São também muito instrutivas as pesquisas de Gilberto Freyre sobre as deformações de corpo dos escravos fugidos, de acôrdo com as descrições dos anuncios dos jornais brasileiros da época.

A organização social modifica, à sua feição particular, os tipos étnicos.

O homem que trabalha nas minas será antropológicamente diferente do que vive à luz do sol, e ainda mais si a profissão de mineiro é uma herança de família. O homem pobre, que trabalha para viver, diferirá antropológicamente do ricoço barrigudo de mãos finas, de

unhas lustradas. O homem do campo terá de ser antropológicamente diferente do homem da cidade.

O modo de produção, o gênero de vida, a fórmula de govêrno, as características nacionais de cada região do mundo, se reflectem nos vários tipos antropológicos de uma mesma região, de um mesmo país, de um mesmo continente, às vezes de uma mesma civilização, como no caso da civilização ocidental.

E, mesmo que se possa objectar, com a simplicidade que caracteriza os pobres de espírito, que as organizações sociais são produto da raça, temos de convir em que, mesmo admitindo-se essa hipótese absurda, não ha nem — uma acção a que não corresponda uma reacção — no caso, a da civilização sobre a raça.

X

Aqui, entretanto, encontramos o problema das raças reduzido a mero instrumento de demagogia política. Os racismos e o anti-semitismo, resultantes dessa subversão total dos postulados da ciência, são uma maneira brutal de suprimir o problema, já que êle não pôde ser resolvido honestamente...

Entramos no terreno da política.

EM DEFESA DA "LEBRE GENUINA" NAS RELAÇÕES CULTURAIS COM O BRASIL

(TRANSCRITO DE "PORTUCALE" - PÔRTO)

Não vai longe o tempo em que, com pequenos intervalos, daqui e dali se erguia uma voz a clamar que Portugal e Brasil se desconheciam completamente, nos domínios da cultura, e a pugnar, muito conseqüentemente, por aquilo que então se chamava e continua a chamar **intercâmbio cultural**.

De tempos a tempos se faziam discursos solenes a êste propósito. De tempos a tempos abalavam daqui para o Brasil uns senhores, vinham de lá outros a Portugal, faziam-se mais discursos — mas o intercâmbio não andava.

Em 1936 (veio a notícia nos jornais) constituiu-se, em Lisbôa, o "Núcleo Português da Sociedade Felipe d'Oliveira" (V. Bibliografia n.º 4743). Se êste "Núcleo" tivesse ido além da sua constituição e respectiva notícia nos jornais, teria contribuído para dar corpo e alma ao tal intercâmbio, que ainda desta vez não andou. Também aqui no Pôrto se chegou a formar um grupo de senhoras e senhores... mas não vale a pena falar em coisas a que a própria comicidade deu morte natural...

Havia João de Barros, Nuno Simões, Osório de Oliveira. Havia também Presença em relação com idêntico "sector" das letras brasileiras. Não sabemos o que haveria do lado do Brasil. O que não havia era o tal intercâmbio.

Actualmente, por feliz e acertada iniciativa da "Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro", chegou-se a êste resultado, inteiramente desprovido de discursos solenes, mas in-

teiramente positivos: os jornais e revistas de Portugal recebem livros e revistas do Brasil; os jornais e revistas do Brasil recebem publicações portuguesas; a imprensa literária de Portugal insere colaboração de autores brasileiros, e vice-versa: — já temos intercâmbio. E êste facto insofismável e positivo é para festejar, como é para agradecer à "Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro" tê-lo tornado possível.

Mas não nos quedemos a festejar tam grato acontecimento. Procuremos orientá-lo criticamente. Por outras palavras, de feição mais expressiva: — organizemos alfândegas para êste género de comércio. Temos notado que, em matéria de colaboração portuguesa para jornais ou revistas literárias brasileiras, tem passado muito "gato por lebre". Pior do que isso: anda-se por lá a comer autêntico gato como se fôsse lebre genuína.

Até onde a distância a que fica o ponto de vista nos não deixa errar a perspectiva, vai-nos parecendo ser de reear que outro tanto possa acontecer com a nossa importação do Brasil.

Aí está um pormenor que é preciso atalhar. Pugnemos pela predominância de valores representativos das duas literaturas nestas idas e vindas, nestas visitas que elas mutuamente se estão a fazer. Pelo que nos cabe, o que houver para festejar e fôr de nosso conhecimento, — festejaremos com satisfação. Mas o que haja digno de justo reparo — não ficará sem êle. Não se impinja "gato por lebre".



O melhor fortificante
NUTRITIVO
TÔNICO
ESTIMULANTE

Vinho
RECONSTITUINTE
"GRANADO"



FÓSFORO VEGETAL
E VITAMINAS

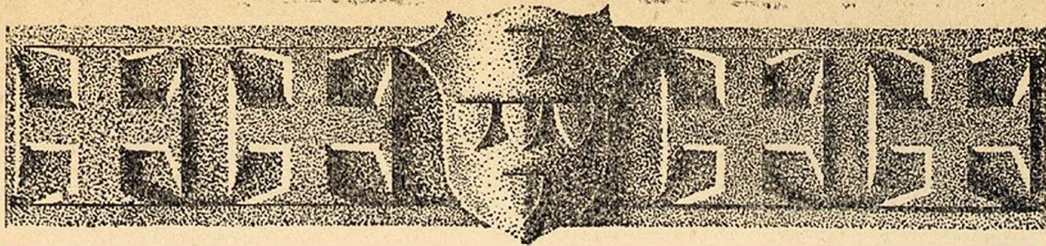
A SALVAÇÃO DOS DESILUDIDOS!

FOSFOVITAMINA
"GRANADO"



PARA ADULTOS
E CRIANÇAS

LEITE de
MAGNÉSIA
"GRANADO"
O melhor anti-acido



O S J E S U Í T A S

N A Á F R I C A

O R I E N T A L

Entre a actividade civilizadora dos portugueses, convem destacar a milicia jesuitica que, em grande escala, contribuiu para essa gloriosa acção. Soldados da cruz, caminharam ao lado dos soldados da espada, percorrendo terrenos desconhecidos e arduos, mostrando as belezas que ali se encerravam, desvendando os mistérios e terrores, descobrindo segredos. Por toda a parte implantando, difundindo e ensinando a sublime lei de Jesus.

Num renascimento de piedade, habituados á fé e á obediência, sempre na sua frente o lema — “Ad Majorem Dei Gloriam” — prestaram a todo o império ultramarino os maiores e mais relevantes serviços. Afrontando com heroidade os perigos da natureza e a hostilidade dos homens cultos e dos selvagens, expondo-se a tudo, mostravam a sinceridade de sua crença para a incutirem. Facilmente o conseguiram devido á sua illustração e austeridade. Senhores de uma capacidade pedagógica admiravel, possuindo professores dos mais eminentes, teólogos illustres, homens de uma actividade emprehendedora das mais vastas, trouxeram “inumeras gentes” a conhecer a fé. Ao lado da formação religiosa e cívica, a literária e científica. Quando aos embates do destino, forçados pela lei que rege as alternativas da sorte viram seus privilégios diminuidos, sua autoridade cercada, atingidos por decretos, confiscados os bens, aproveitados para outros fins — suas fortalezas de

pela
Doutora
Fernanda de Bastos Casimiro



fé — os colégios, não se entibiu o seu fervor, nem esmoreceu sua confiança em Deus.

Sumariemos a parte que cabe aos jesuitas nessa nobre missão evangelizadora.

Muito devemos para a simplicidade mas justiça deste artigo á leitura dos trabalhos notáveis do Padre Acácio Casimiro S. J. que está fazendo uma obra para a civilização.

Os jesuitas portugueses, logo no início da fundação da Companhia, mostraram uma forte e decidida vocação missionária. Dispuseram-se a seguir e levar a Cruz e seu verbo apostolizante onde quer que se pronunciasse o nome sagrado da Pátria.

A acção dos jesuitas na Africa Ocidental, embora benéfica e contribuindo para conhecimentos apreciáveis sobre etnografia, histórica e geografia, fez-se sentir com mais relevo na parte oriental principalmente na Zambésia.

Missão importantíssima que se deve ao notavel Paiva de Andrade na comprehensão de quanto havia a esperar do zelo, saber e dedicação dos jesuitas. Embora o clima, a falta de instalações próprias, diminuissem esses abnegados, ceifando-os em plena actividade, logo quatro núcleos se ergueram divididos por 17 homens. Inhambane, Boroma,

Milange e Quelimane. Se alguns fecharam por obediência política e outros destruidos pelo gentio rebelde, a perseverança afirmava-se em acções e dentro em pouco novos se erguiam havendo em 1910 seis, em perfeita actuação, difundindo a fé, a língua, o saber.

O pòsto de Quelimane, sob a égide do S. Coração de Jesus, possuia uma escola frequentada por mais de 150 alunos a quem ensinavam instrução primária e belas artes. A única banda de música era constituída por alunos deste pòsto. De manhã e á tarde, as aulas de catecismo preparavam para a prática dos sacramentos.

Faziam-se muitos batizados, casamentos, a par de instrução, o amor ao trabalho e a base sólida da família cristã.

Boroma — sob a protecção de S. José. Importantíssimo este pòsto. Possuia além de uma bela igreja, casas para os missionários e escolas devidamente aparelhadas. Ali se ministravam conhecimentos sobre todas as artes com oficinas próprias. Nos campos aprendiam praticamente o meio de os cultivar e a criação do gado. Mais de 500 crianças cursavam as escolas. Num perimetro de 10 a 50 quilómetros, novas escolas se formavam dirigidas por alunos saídos do pòsto de Boroma com o seu diploma de professores. Excelente sob todos os pontos este núcleo.

Coalane — Dedicado aos Santos Anjos. Tinha um internato para orfãos, podendo

Se em cada recanto do mundo onde vivem portugueses, fosse possível coligar um punhado de patriotas dotados da iniciativa e persistência daquêles que, no Brasil, criaram e mantem, através de todas as dificuldades, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO e o seu interessante e valioso Boletim de propaganda nacional, Portugal e as suas Colônias passariam a ser mais e melhor conhecidos do mundo inteiro, até mesmo dos próprios portuguezes.

E se é certo que dêsse maior e mais perfeito conhecimento do valor real dos dominios portuguezes poderia, porventura, resultar, para alguns estranhos, um reconhecimento dos desejos que ha tanto tempo os cobizam, é de crêr, tambem, que, para muitos outros, resultaria uma melhor compreensão do direito que legitimamente nos assiste de defender, a todo o transe, o património conquistado pelo heroico esforço de nossos antepassados, e que, através dos séculos, temos feito viver e progredir à custa de muito sangue derramado e do patriótico sacrificio de inúmeras vidas.

Nesta ordem de ideias, os valiosos serviços já prestados pela benemérita SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, durante os oito anos da sua existência, tornam-na justamente credora das congratulações sinceras e do reconhecimento grato da Patria Portuguesa.

GENERAL FERREIRA MARTINS.

abrigar mais de 30. Dois irmãos auxiliares ensinavam: um agricultura e outro dirigia uma sapataria.

Chipanga — Oferecida à Imaculada Conceição. Tinha também um internato e frequentavam a escola mais de 100 alunos. Ao lado grandes pomares para ensino prático e oficinas de carpinteiro e sapateiro.

Miruru — Missão de S. Pedro de Claver. Situação privilegiada quanto ao clima.

Possuia casas para os missionários, outras para freiras, uma igreja em estilo gótico, internato para rapazes, um para raparigas, oficinas, fábricas, campos de cultura e criação. Como em Boroma, também havia espalhados ali e aqui escolas, mais de 20, dirigidas por indígenas transmitindo os conhecimentos adquiridos. Por ocasião das festas religiosas, êstes professores levavam os alunos à séde para receberem os sacramentos, numa demonstração de que, instruindo-os nas letras, esclareciam a alma no amor a Deus.

Com a colaboração de todos preparavam um grande jantar, reinando a maior alegria.

Não esqueciam os bons missionários de criarem no indígena o respeito e afêto a Portugal, contando-lhe sua história, seu papel no mundo e o valôr de sua gente.

Conseguiram assim dominar revoltas, oferecer resistência quando atacados, pois

que sabia o gentio que combatia pela nobre causa da Pátria.

Instados certa vez a revoltarem-se, tiveram esta sublime resposta — Não, nós somos dos Padres da Missão, e os Padres são do rei de Portugal. Nós somos de Portugal também.

Angónia — Sob a invocação do grande apóstolo S. Francisco Xavier. Suas escolas tinham uma freqüência de 600 alunos.

Todos êstes postos ministravam a educação religiosa, havendo povoações inteiramente católicas. Para a catequese das mulheres muito contribuíram as bôas irmãs de S. José de Cluny.

Quanta dedicação, quanto heroísmo que a História não regista no desenvolver dêste trabalho, espalhando a luz, embelezando a terra, cuidando do material e do moral.

Sempre no desejo de utilidade à Pátria a enriqueceram com conhecimentos e observações sôbre linguística, filologia e ciências físicas e naturais.

Quasi nada, ou mesmo nada, se conhecia sôbre as línguas faladas pelos diversos povos. Devotaram-se os jejuítas a êsse empreendimento, tendo merecido gratos louvores dos centros culturais mais importantes da Europa. Tratados sôbre a diversidade das línguas e seus dialectos apareceram, bem como gramáticas, dicionários, catecismos

e livros de oração.

Cumprir notor que alguns foram impressos nas tipografias de Boroma e Chipanga, pertencentes à missão. Em Milange e Boroma fundaram dois observatórios meteorológicos, cujas indicações muito interessaram. A flora e fauna foram tratadas com carinho e interesse, enriquecendo os cientistas e museus com exemplares raros e especiais noções.

Esta actividade científica, religiosa e patriótica, não diminuia nem sobrecarregava o erário, pois que nada lhe gastaram com as construções de edifícios, igrejas, oficinas e escolas.

Sulcos tão profundos, atesando êsse benéfico esforço de 1880 a 1919 mereceram em 1921 do Alto Comissário de então, Brito Camacho, ao passar por Boroma, palavras de homenagem e gratidão aos homens que ergueram obra de tanto valor. Igualmente Heitor Passos, director geral do Ensino, rendeu preito à prodigiosa actividade desenvolvida pelos jesuítas cabendo-lhes parte considerável nas glórias da colonização.

Agóra, que a Pátria os acolhe é de esperar que num futuro bem próximo, renovem no Ultramar suas tradições missionárias de tão imperecível memória e tão benéficos resultados.

Rio 25 de Abril de 1938

Descobertas Sensacionais no Território de Manica e Sofala

As minas de ouro de Ofir terão sido uma realidade, ou pertencem aos vastos dominios da lenda ?!

Eis uma pergunta que a mim próprio dirigi algumas vezes, sobretudo quando passei no Território de Manica e Sofala, nos lugares lendários palmilhados por tantos que se esvaíram na tentação do ouro — lugares onde alguns cronistas supõem ter existido a misteriosa Ofir, e onde hoje se erguem modernas e laboriosas vilas e povoações criadas pela Companhia de Moçambique.

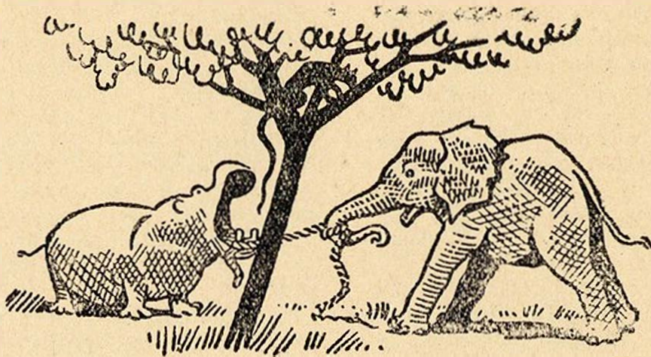
Aquela mesma pergunta inquietante volto a fazer a propósito de recentes comunicações feitas à Associação dos Arqueólogos de Lisboa pelo sr. M. H. da Cruz, conservador do Museu da Beira, (África Oriental) acerca de curiosas descobertas recentemente feitas no Território de Manica e Sofala.

A curiosidade científica pelas cousas pre-históricas, que conduz às investigações arqueológicas, não abunda em Portugal, limitando-se a meia dúzia de ilustres estudiosos de boa vontade. Muito menos existe nas Colónias Portuguesas, onde o clima e a falta de recursos não convidam a essas excursões históricas.

Todavia, não sucede o mesmo noutros pontos de África, onde brigadas de sabios, à sua custa e auxiliados pelos respectivos governos, teem feito as mais curiosas descobertas já documentadas em museus.

Poderia citar os proveitosos resultados dalgumas dessas missões científicas estrangeiras que trabalharam na África do Sul, e averiguaram da existência de velhas ruínas de **Zimbané** (casas de pedra) muito espalhadas na Rodésia do Sul.

De todos êsses investigadores, mencionarei o grande sábio alemão, o sr. Frobenius, que em 1930 tinha em África



Volta a falar-se nas Minas de Ouro da Misteriosa Ofir

por **JULIANO QUINTINHA**

nada menos do que seis expedições a trabalhar sob a sua direcção: uma no antigo Sudoeste Alemão, outra no Congo seguindo o leito do rio Zambeze, duas no Betschuanaland, ainda outra na Rodésia do Sul, e a mais recente em território português, no Barué, região de Catandica.

O mais curioso é que, precisamente em território português, foi onde o Sr. Frobenius recolheu as melhores informações, lembrando-nos que já os indigenas portugueses, em 1500, conheciam essas ruínas como muito antigas, e falando dos inegáveis vestígios das muitas obras de arte, em ferro, bronze e ouro, edificações e pinturas em relevo nos rochedos, bem como de cerca de 75.000 minas de ferro, cobre e ouro, que deveriam ter existido entre Katinga e o Transvaal.

De todas estas descobertas e afirmações, que causaram a maior sensação na África do Sul e na Inglaterra, o ilustre sábio Sr. Frobenius — êle proprio — nos fez um resumo, quando passou em Lourenço Marques, em Janeiro de 1930, por intermedio do sr.

H. Graumann, que nêsse sentido escreveu uma carta, muito completa, inserida na documentação do livro da minha autoria e de Francisco Toscano — “Derrocada do Império Vatua e Mousinho de Albuquerque”, 1.º volume, 3.ª Edição.

Nêssas interessantissimas afirmações, que publicamos, o Sr. Frobenius insiste na hipótese dessas ruínas documentarem a existencia duma civilização superior em África, que nada tinha com a civilização dos negros, e regista a conhecida versão das frotas que vinham da Ásia Menor a Sofala, há mais de 3.000 anos!

*
* *

Pódem imaginar, pois, com que curiosidade me acerquei do sr. Cruz, actual conservador da Beira — a moderna cidade africana que fica pertíssimo da velha Sofala — para lhe solicitar esclarecimentos acêrca das suas descobertas.

O ilustre funcionário da Companhia de Moçambique confirmou, em absoluto, as

minhas informações. Ele e o sr. engenheiro Pires de Carvalho, também actualmente em África, havendo procedido a pesquisas e investigações, de facto fizeram descobertas muito interessantes:

No alto da serra da Zembe, circunscrição do Chimoio, (Território de Manica e Sofala) encontraram ruínas em pedras muito bem aparelhadas, sobrepostas, sem ligação de qualquer argamassa, espécie de restos de muralha, com vestígios da torre circular, nalguns pontos bem conservada, em tudo semelhante á construção dum Zimbané, semelhante ás ruínas encontradas na Rodésia do Sul.

Num outro local, perto do Posto de Manita, Circunscrição de Manica, também os mesmos senhores encontraram, num sitio elevado, um extenso muro, da altura dum homem, de construção semelhante e no mesmo estilo das primeiras ruínas mencionadas.

Perto deste último local, onde há marcados vestígios de velhas construções, fizeram uma outra descoberta, não menos interessante: levantando grandes lages, encontraram utensílios de pedra, bem trabalhada, tais como lanças, raspadeiras e outros, que revelam a existencia duma autêntica estação paleolítica.

Acompanhando as suas curiosas informações com alguns desenhos das ruínas e de objectos encontrados, o sr. Cruz falou-me, ainda, de tumulos de pedra, junto a rochas, que tem sido encontrados em diversas regiões do Território, como em Manita, perto do rio Inhamucarara, revelando grande antiguidade.

Todos estes documentos, do maior interesse para se poder averiguar da existencia dos individuos que passaram pela África Portuguesa nos tempos históricos e pre-históricos, nunca fôram devidamente estudados.

Os indigenas negros, mesmo os mais velhos, nada sabem

destas coisas. Alguns, sempre dominados pela fascinação das lendas e superstições, dizem que as muralhas eram de torres muito altas, as quais serviam para ir buscar a lua para a dar ao poderoso regulo Changamira...

Perguntei ao incansavel conservador do Museu da Beira, o que concluia das suas descobertas.

— Penso — disse-me o sr. Cruz — que todas essas ruínas podem testemunhar a existencia ou a demorada passagem duma civilização superior nestas paragens, em eras muito remotas, antes daqui chegarem os portugueses.

— Civilização que não poderia ser realizada pelos indigenas...

— Evidentemente. Os pretos nunca fizeram dessas construções em pedra, nem as usaram como habitação. Pode admitir-se que esses Zimbanés, espécie de moradias com relativa grandeza, e, sobretudo, bem defendidas, se destinavam aos primitivos exploradores que demoraram longo tempo nessa parte da África, nas pesquisas do ouro, que daqui deve ter saído em grande abundância e ainda se explora no Território de Manica e Sofala. De resto, convem não esquecer — para não cairmos no tom das enganadoras quiméras — que o ouro nesta região africana têm sido uma realidade, principalmente mais para o sul, no Rand. (União Sul Africana) considerado como um dos campos auríferos mais ricos do mundo, donde a Inglaterra tira preciosos recursos. Em matéria de pesquisas minerais, nós, os portugueses, ainda temos muito por fazer...

— Pretende relacionar as ruínas que encontrou com o discutido e lendário reino de Ofir?!... — perguntamos.

— Nada se pôde afirmar de concreto. Mas não faltam indicações para fundamentar uma segura hipótese...

E, nesta altura, mostrando-me o perfeito esboço que reproduz uma parte dum velho mapa referente ao Território de Manica e Sofala, (hoje ad-

ministrado pela Companhia de Moçambique) o sr. Cruz conclui o seu pensamento:

— Tem aqui um recorte do valioso mapa de Robert de Vangondy, de 1752, que faz parte dum Atlas da Sociedade de Geografia, baseado em cartas antigas. Como vê, "Ophir" aparece marcada no mesmo sitio de Sofala, certamente por plausíveis razões científicas dos geógrafos antigos. Além disso, a palavra "Sofala" deriva, como se sabe, da palavra grega "Sophira". Admitindo a corrupção, através dos tempos, que suprimiu nesta palavra as primeira e última letra, encontramos, nitidamente, a "Ophir" da história e da lenda. E chegamos à conclusão de que a velha Sofala pôde ser, nada menos, do que a famosa e primitiva Ofir — porta marítima da região do ouro — onde vieram armadas construídas em Asien-Gaber, no Mar Vermelho, cuja derrota durava aproximadamente tres anos, e em cujos barcos se carregava o precioso metal para Salomão e para a rainha de Sabá."

* * *

O sr. Cruz, cujas comunicações causaram excelente impressão na Secção de Pre-História da Associação dos Arqueólogos, afirmou-nos que, juntamente com o seu distinto colaborador sr. engenheiro Pires de Carvalho, continuará nas suas pesquisas logo que regressar à África, contando com o devoto e patriótico patrocínio da Companhia de Moçambique.

Problemas desta grandeza sempre necessitaram da paixão dos homens, que dedicadamente se votam a estas cruzadas. Mas para serem solucionados, devidamente, carecem da orientada e decidida acção dos Estados.

Já há doze anos quando passei por África ouvi dizer, por toda a parte, que Portugal tinha vasto campo por trabalhar, em materia de pesquisas mineiras.

F. JORGE DE OLIVEIRA & CIA. LTDA.

CASA FUNDADA EM 1899

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EM GRANDE ESCALA DE COUROS E ARTIGOS PARA CALÇADOS

TELEF. 43-1604 • CAIXA POSTAL 1366 • End. Teleg. TRONCAL

RUA DOS ANDRADAS, 93/95 • RIO DE JANEIRO

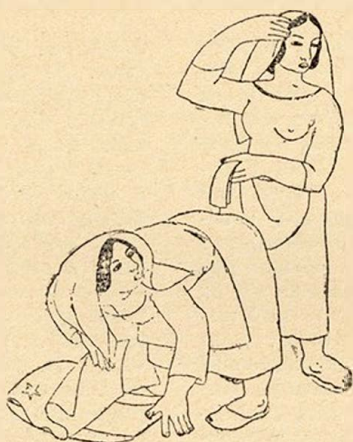
Um Artista Brasileiro

Em Portugal

T O M

pelo

Dr. Artur Augusto



Traçar em serenas palavras de análise a curva ascensional de qualquer artista, descrever a influência, focar a sua obra, só será possível fazer com nitidez depois da sua morte, muito embora haja a tendência para divinizar aqueles que morrem.

Escrever acêrca de um artista ainda novo, em plena pujança das suas faculdades criadoras, é sempre ingrato, porque todo o criador traz consigo qualquer coisa de novo que, se não vai contra aquilo que revelou, pelo menos muitas vezes se apresenta diferente.

Tom, artista novo, cheio de possibilidades provadas pelas suas realizações, nos anos que se seguirão apresentar-se-á por certo diferente, mais seguro de técnica e mais forte de personalidade, porque a sua arte tem sido uma evolução contínua, num sentido de maior perfeição.

Neste breve estudo, que será mais de análise e interpretação da arte de Tom, do que avaliação crítica, procurarei focar a sua linha ascensional,

as diferentes concepções que o animaram, os seus progressos de técnica, e demarcar, tanto quanto possível (no que por certo serei um pouco arbitrário) a influencia dêste artista, que, um belo dia, aprobeu a Portugal, vindo da outra margem do Atlântico, os olhos ainda cheios da aliciante paisagem brasileira.

Por 1927, Tom realizou, juntamente com Fox, a sua primeira exposição. Os seus trabalhos, na grande maioria, eram caricaturas. Poder-se-á marcar, aí, uma fase curiosíssima na vida do artista. Espírito mordaz, a sua primeira revelação foi de análise. Rompeu com a nossa primitiva concepção de caricatura, para a qual, esta devia sêr, antes um motivo de riso, do que de análise. Desde Rafael Bordalo (exceptuando Celso Herminio) que em Portugal se fazia caricatura muito desenhada, procurando tirar mais efeito das anormalidades físicas do visado do que focar em síntese as características fisionómicas. Tom, vindo do Brasil, onde J. Car-

los pontificava, introduz em Portugal aquela nova maneira, tão curiosa quanto difícil. Se é certo que Leal da Câmara, anteriormente, alcançara revolucionar a nossa maneira de caricaturar, não é menos certo que a sua curiosíssima revolução não fizera escola.

Depois de Tom, começam surgindo algumas revelações, entre as quais é justo mencionar Teixeira Cabral, que hoje se mantém inconfundível ao lado dos grandes nomes que lá fóra pontificam, mas aparecido poucos meses depois de Tom, de quem, ao princípio, acusava influências.

Segue-se, em Tom, uma outra fase, onde vemos predominar o desejo de composição, já um pouco liberto das preocupações de análise. E' o artista que regressa os olhos para as paisagens do seu país natal, cheias de colorido.

No catálogo de sua segunda exposição, em 1928, tem mesmo uma série de trabalhos sob a rubrica **Recordações**.

Notam-se, aqui e além, preocupações filosóficas, resultado de uma evolução conscientemente buscada. Entretanto, em 1928, ainda estamos num período de expectativa, embora se desenhem na arte de Tom duas tendências. Uma, a da caricatura, dentro em breve renegada. Outra, a das composições que nos revelam um artista diante de um caminho evolucionar, que o hade conduzir, em 1933 á interpretação de assuntos populares.

No desenvolvimento da sua arte, aparecem, aqui e acolá, outros têmeas e outros motivos onde a predilecção do artista só muito incidentalmente se fixou. Serve, para exemplo do que escrevi, um seu trabalho apresentado na terceira exposição em Lisboa, onde, uma mulher de carnes flácidas, estendida num divan, ostentava uma nudez impúdica. Uma liga encarnada numa das pernas comunicava ao quadro um aspecto realista, que quasi nos chocava. Noutro quadro, "A amante de Jesus", viam-se duas silhuetas negras destacarem-se de um fundo verde, de diversas tonalidades, que dava ao trabalho uma sensação de longe e nostalgia.

VOTO SECRETO . . .

pelo Dr. Hipólito Faposo

Mais do que terra e sangue, muito mais do que dinheiro e obras públicas, a Pátria é a alma das vidas, a sobrevivência das almas na vida espiritual da Grei.

Para celebrar dignamente os centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, deviam ressurgir para a comunhão de hoje os altos sonhos dos mortos, convocar-se á reconciliação da esperança os Vivos com fé, daquém e dalém-mar, congregando os netos dos Reis e os filhos do Povo no júbilo da unidade moral da Nação, com o designio ardente de que nela sempre seja o florido berço, a ara votiva e o sepulcro bento dos Porvindouros portugueses!

Lisboa, 1938.

Durante dois anos trabalha activamente para alguns jornais, fazendo caricaturas e ilustrando contos infantis

Inicia-se aqui uma das mais curiosas fases da vida deste artista; fase acidentada, onde uma mocidade plena de entusiasmo reflete o destrambelhamento duma época como a actual, em que as diversas artes em "ismo" servem de desculpa aos artistas que pretendem trabalhar superficialmente, evitando todo o estudo e todo o trabalho sério.

A sua segunda e terceira exposições em Lisboa, repetidas no Porto e Coimbra, acompanhado por Augusto, constituiu uma autêntica revolução no nosso pacato meio artístico. A afluência de público ás exposições em Lisboa é tão grande, que só nos dois primeiros dias se esgotaram os catálogos, obrigando-os a fazer mais duas edições.

Póde-se dizer que são as primeiras exposições futuristas com caracter não colectivo que se realizam em Portugal.

Daí para cá, têm surgido um sem número de continuadores, mas sem aquela graça espontânea, sem aquêlo espírito de rebeldia, que são as únicas desculpas que encontro para êsse pretensio modo de fazer arte.

Essas exposições, olhadas no conjunto de trabalho, só têm a desculpá-las a verdura dos anos que tudo justifica.

Entretanto, alguns trabalhos apresentados, já nos collocavam perante um artista, embrionário é certo, mas com grandes faculdades de realização.

Alguns incidentes, que revelam o admiravel espirito de

blague de que Tom é dotado, passados durante as suas primeiras exposições, poderiam demonstrar o espirito de rebeldia que dominava os primeiros trabalhos. Numa exposição no Porto, como ela abrisse no dia seguinte e alguns trabalhos estivessem por fazer, não havendo tempo para concluí-los, resolve expôr uma natureza morta, uma autêntica natureza morta. Com grande espanto dos visitantes, Tom coloca uma laranja atada por um fio a uma moldura. Era essa a natureza morta.

Mas, Augusto, seu companheiro de exposição, seu camarada nas horas de alegria e de tristeza, seu amigo, parte para África.

Tom faz então a primeira exposição individual, marcando progressos nítidos, como nítidos fôram os realizados entre a primeira exposição com Fox e as realizadas com Augusto.

Os motivos populares prendem a sua arte: a sensibilidade do artista, solicitada por um ambiente que não é o da sua Patria, apaixonou-se por aquêles assuntos que mais lhe ferem a atenção.

E, por um estranho paradoxo, Tom, artista brasileiro, é, dentre os pintores que se têm dedicado entre nós a assuntos de caracter popular, quem melhor parece surpreender-lhes a própria essencia, quem mostra estar mais em identidade emocional com êsse aspecto, ou melhor dizendo, com essa faceta da arte.

Na sua gênese, a arte popular revela um forte sentimento lírico, o delicado aspecto de uma alma colectiva habi-

tuada aos estranhos azares da vida. As artes populares são essencialmente ingênuas, reflectindo em si as características mais vincadas que formam a grande alma colectiva e anónima do grupo rático a que pertencem.

E', entretanto, conveniente fazer a distinção que de perto existe entre "arte popular" e "arte que força assuntos populares". A primeira, sai do vulgo anónimo que o concebe e realiza quasi sempre impertentemente, ao mesmo tempo que não obedece a solicitações de caracter artístico. Póde ser obra de arte, mas não há no seu autor a concepção de a fazer. Ao passo que a segunda, porque vem de um artista, traz consigo vincada a personalidade de quem a executou. Não é, como a outra, resultado de um anónimo (querendo aqui com a palavra anónimo designar que é o fruto de um labor colectivo).

A "arte popular" supõe uma criação dentro do próprio meio que a inspirou, ao passo que a "arte que foca assuntos populares", traz implicita a idéia do desvio de um campo para outro.

Tom, no estado actual da sua maneira, assimilou as características essenciaes que presidem à elaboração do processo popular, vincando com flagrância nos seus trabalhos a presença de uma personalidade, plena de originalismo.

Fixar aqui o ponto de partida para a sua inspiração artística seria arriscado, porque a todo o momento as solicitações do espirito de um artista o levam para novas paisagens espirituais.

À Margem do "Padre Nosso Preto", de Gil Vicente

(Notas para o afronegrismo
no TEATRO PORTUGUÊS)

pelo
Doutor Jorge de Faria

Com o oiro das conquistas inçou-se Portugal de negros.

Nicolau Clenardo numa das suas tão interessantes cartas a Latamo datada de Évora em 1535 regista, significativamente, o facto.

Desde, pelo menos Canecatim (1804) a Jacques Raimundo (1933) uma larga falange de escritores, nomeadamente brasileiros, têm estudado com maior ou menor amplitude o problema linguístico do afronegrismo.

Nomeio, de passagem Renato Mendonça (A influência Africana no português do Brasil) e Fernando Castro (Glossário de Afronegrismos). Guinécs, Angolas, benguelas, cabindas, congolêses, moçambiques constituíam principalmente a numerosa fauna de pretos que infestava no século XVI a capital.

Já Henrique da Mota numa celebrada trova do "Cancioneiro" de Rezende se refere a uma negra de Manicongo, a qual entornara uma pipa de vinho e à conta do que um clérigo, seu dono ameaçava deslombá-la:

O' perra de Manicongo
Tu entornaste êste vinho,
Uma posta de **toucinho**
Te hei-de dar nêsse lombo"

(Encontro em Chiado, no "Auto das Regateiras" uma variante: "Vós provareis o **toucinho**").

Outro negro, na **Frágoa de Amor**, interrogado por Vénus, responde:

"Mi bem la de **Tordasilha**"

No **Clérigo da Beira**, Gonçalo andando em busca de um mulato topa um negro fôrro e trocam o seguinte diálogo:

G — Dize negro, és da côrte?
N — Q'esso?
G — S'és da côrte?
N — Já a mi foro nam sa cativo

**Boso conhece Maracote?
Corrigidor Tibão é;
Êle comprou mi primeiro;
Quando já paga a rinheiro
Basta mi pero na pé
É masa tredora aquêle
Aramá que te ero Maracote"**

Pelo paço, pelas casas fidalgas, pelos mercados, pelas ruas haviam os negros quasi destronado os berberes.

À "galante mourazinha" do **Juiz da Beira** de Gil Vicente, à "mourinha de aljofre" do **Auto do Procurador** de Afonso Álvares substituiu o alfacinha azevreiro e inconstante a negra e a mulata.

Um personagem da **Sibila Cassandra** ao comentar as "malinas condições dos maridos", diz:

"Outros a garçonear
por el lugar
pavonando tras garcetas
sim dexar blancas ni pretas
e reprietas"

No **Auto Pastoril** passa uma referência vaga a "hua regateira baça". Henrique Lopes na **Cêna Policiãna** lisonjeia as boas manhas dos mulatos:

"Mulatos são sabedores
De gentis habilidades
Nos pensamentos senhores,
Que não desfeiam as côres
Quando abonam qualidades".

Há na polémica sangrenta entre o chocarreiro Chiado e o pardo Afonso Álvares alguns lances dilucidativos.

O primeiro satiriza assim, com dureza, o segundo:

"Soam cá tuas soalhas,
Negrinho taibo, marufaz".

Replica-lhe Álvaro em versos de melhor quilate:

"Se tens mais que m'acusar
Faze feira do que é
Dá na côr, fala em **Guiné**.
Qu'eu não to posso negar
Pois que de fóra se vê".

Retorque-lhe então, destravadamente, Chiado:

"Nascem-te filhos e filhas
Os machos **mulatos baços**
E as fêmeas são **pardilhas**."

A Cassangaria, o falar **guinéu** ou **guiné** (Frágoa de Amor e **Clérigo da Beira**) a **aravia** (Au-

to das Regateiras e Prática de Oito Figuras) e mais tarde o **angola** (Oriente Ilustrado) eram moda.

O negro não sabia o **Portugás** ou o **Portugá** e os donos e os curiosos compraziam-se em deturpá-lo, como ainda hoje sucede de modo que o seu falar pitorescamente rude resultava uma algaraviada, estropiando a morfologia das palavras, a construção das frases, invertendo não raro o sentido do texto e alterando os géneros.

Gil Vicente aproveitou a miude destes tipos de sabor tão caracteristicamente popular e deunos, magistralmente, a sua fisionomia e o seu falar.

Permito-me arquivar os depoimentos de dois eruditos investigadores, um português e outro brasileiro.

"As ciganas e os pretos exprimem-se em calão. Para os poder apresentar em cena tão bem, Gil Vicente teria de os estudar e apanhar em flagrante. Não pode haver dúvida sobre isso" escreve Mendes dos Remédios (Obras de Gil Vicente I, XLVII).

E Jacques Raimundo (O Elemento Afronegro na Língua portuguesa) adita: "A língua do negro que Gil Vicente revestiu incluindo-o entre os personagens do seu teatro é uma como amostra ou antecipação de como será o escravo importado para o Brasil".

Vem de ponto anotar que o vocabulário arrolado em Gil Vicente, Chiado, Henrique Lopes, Frei Lucas de Santa Catarina, na "Musa Entretenida", nas "Raras Astúcias de Amor" nas "Conversões, desmaios, desgostos", nas "Indústrias de Bandalho" e em muitos outros folhetos de cordel não passa, no geral, de simples adulteração do português erudito ou popular.

Só muito raramente se arpôa um vocábulo de origem afro-negra.

Entre as espécies curiosas de viciação figura o "Padre Nosso" do "Clérigo da Beira. Vale a pena, por isso, registá-los em cotejo com o texto latino.

Pato noso (Pater noster) (qui es in coelis) **santo faceto** (santificetur) (nomen tuum advéniat) **ranho tu** (regnum tuum) **figo valente tu** (fiat voluntas tua) **cinco cego salva tera** (sicut in coelo et in terra) **pão noso quanto dão** (panem nostrum quotidianum) **dá noves caro** é (da nobis hodie) **debite noses** (dimitte nobis)

(et ne nos inducas in tentationem) **já libro noso gallo** (sed libera nos a malo) **Amen Jezu, Jezu, Jezu.**

Jacques Raimundo dá à primeira frase uma interpretação manifestamente errada, perdendo-se numa hipótese fantasiosamente inconsistente: **santo paceto ranho**. frase que ocorre no padre nosso... que parece se traduz por **santo paizito meu**. A forma **paceto** denuncia alteração de **paesito** e **ranho** deve ser alteração de **ango** (**meu**, no bundo) com a soma d, uma partícula de concordância (r como um quási l)".

A coisa parece-nos muito mais simples: **Santo paceto** é a deturpação do latim **santificetur**.

Demais basta atentar nesta fala do pastor da **Barca do Purgatório**:

"O **Pater noster** querejs?
Já eu soube um **quinhão dêle**
No **Santo faceto** andei já.

E esta outra do **Auto das Regateiras**:

"**Santo biceto** nomen tu."

Registo portanto as três variantes: **faceto**, **paceto** e **biceto**, sendo que a primeira é a mais ajustada ao texto.

Outro tanto não direi da lúcida interpretação que Jacques Raimundo dá a este passo do **Clérigo da Beira**:

"A mi abre oio e vê
Ratinho tira **besiro**
Ere dexa aqui o candiro
Não sei onde ele mettê."

Besiro é evidente corruptela afronegra de vestido.

Em reforço desta asserção ocorre-me uma outra passagem do **Auto das Regateiras**:

"A mi nam cab'a **besi**",

Diz a negra à velha que a manda à pressa ao chafariz.

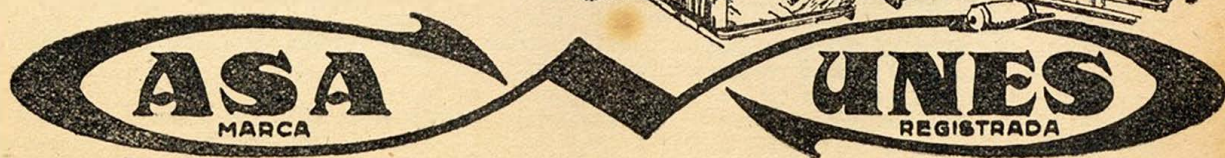
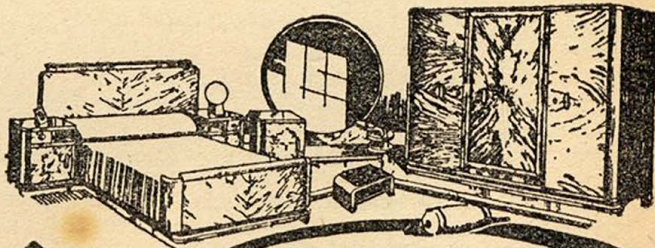
Não lhe serve o **vestido** da patrôa que resmunga enfadada:

"Levai os fatos a **rojo**"

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1938

Mobiliários • Tapeçarias

A^a MAIOR E MELHOR ORGANIZAÇÃO DO BRASIL EM TAPETES, PASSADEIRAS E, TECIDOS.



NAS SUAS NOVAS INSTALAÇÕES

82 - RUA SETE DE SETEMBRO - 82 - RIO

A SUPERSTIÇÃO DA CÔR PRETA

Na sessão solene realizada pelas associações negras de São Paulo no dia dois de maio, para celebrar o cinquentenário da Abolição, não pude deixar de sorrir melancolizado ouvindo um dos oradores negros da noite falar em “negros de alma de arminho”. Assim, era êle mesmo, um negro, a esposar essa facil e trágica antinomia de origem branco-europeia, pela qual se considera a côr branca simbolizadora do Bem e a negra simbolizadora do Mal. Mas não é apenas êste orador negro a esposar a detestavel tradição branca do simbolismo das côres. Conta Paulo Prado que era costume entre os negros a frase-feita “negro sim, porém direito”, da mesma forma com que os brancos carinhosamente (carinhosamente?) diziam dos escravos velhos serem “negros só na côr”, como registrou Vieira Fazenda, ou mais geralmente até agora falar-se em “negro com alma de branco”, ou “com alma branca”. . . Em Portugal correu tambem o provérbio:

“Ainda que negro é,
Alma tem, honra e fé”.

Si qualquer de nós, Brasileiros, se zanga com alguém de côr duvidosa e quer insultá-lo, é frequente chamar-lhe:

— Negro!

Eu mesmo já tive que suportar êsse possível insulto em minhas lutas artísticas, mas parece que êle não foi lá muito convincente nem conseguiu me destruir, pois que vou passando bem, muito obrigado.

Mas é certo que se insultamos alguém chamando-lhe “negro” tambem nos instantes de grande carícia, acarinhamos a pessoa amada chamando-lhe “meu negro”, “meu nêgo”, em que, aliás, socialmente falando, mais verdadeiro apôdo subsiste, o residuo escravocrata do possessivo: negro sim, mas meu. . .

No Brasil não existe realmente uma linha-de-côr. Por felicidade, entre nós, negro que se illustre pôde galgar qualquer posição. Machado de Assis é o nosso principalíssimo e indiscutido clássico de lingua portuguesa e é preciso não esquecer que já tivemos Nilo Peçanha na presidencia da República.

Mas semelhante verdade não oculta a verdade maior de que o negro entre nós sofre daquela antinomia branco-européia que lembrei de início, e que herdamos por via ibérica. Isso talvez possa um bocadinho consolar o negro da maioria dos apodos que o cobrem. E’ ver que o branco, o possível branco o despreza ou insulta exclusivamente por superstição. Pela superstição primária e analfabeta de que a côr branca simboliza o Bem e a negra simboliza o Mal. Não é porque as culturas afro-negras sejam inferiores ás européias na conceituação do progresso ou na aplicação do individualismo; não é, muito menos, porque as civilizações ne-

pelo

Prof. Dr. Mário de Andrade

gras sejam civilizações “naturais”; não foi inicialmente por nenhuma inferioridade técnica ou prática ou intelectual que o negro se viu depreciado ou limitado socialmente pelo branco: foi simplesmente por uma superstição de côr. Na realidade mais inicial: si o branco renega o negro e o insulta, é por simples e primária superstição.

Em quase todos ou todos os povos europeus, o qualificativo “negro”, “preto”, é dado ás coisas ruins, feias ou malélicas. E por isso nas superstições e feitiçarias européias e consequentemente nas americanas, a côr preta entra com largo jôgo. Já Leite de Vasconcelos o observou muito bem. Hermann Urtel, refletindo que seria porventura o aspecto exterior rebarbativo dos judeus que os tornou culpados das atribuições de feitiçaria que os Portugueses lhes davam, conclúe que êsse foi certamente o caso dos negros. Aliás entre os proprios negros africanos a antitese branco-negro para simbolizar o Bem e o Mal persiste, sendo difficil já agora dizer si tradição deles mesmos ou lhes transmitida pelos brancos europeus. Os Hotentotes, os Congueses e outros povos bantus guardam a tradição de um castigo que lhes teria dado a inferioridade de côr, entre certas tribus de Moçambique grassa uma lenda curiosa que parece inspirada no caso bíblico de Noé. Lá se conta que uma vez o bom deus Mulúcu tendo tomado uma bebedeira, tirou as roupas e caiu nú no meio da estrada. Então passaram os africanos e caçoaram de Mulúcu. Depois passaram os europeus que o cobriram de folhagem para esconder o ridículo do deus nú. E Mulúcu, por isso, castigou os afriicanos tirando a intelligencia deles e lhes dando a côr preta. Porém, macacos me mordam si não foi algum europeu que botou esta malvadeza no lendario dos Moçambiques. . . A côr preta é sinistra, e para os europeus simboliza tristeza e luto. Na Beira-Baixa registrou-se a quadrinha:

“Chita preta, chita preta,
Chita preta entrançada,
Por causa da Chita preta
Ando triste, apaixonada.”

“Casa Maria com Pedro? Casamento negro”, dizem no Turquel; e entre os provérbios e frases-feitas portuguesas, registradas por Pe-restrelo da Camara vem a comparação: “negro como a alma do diabo”.

Na feitiçaria e na superstição européias agem o galo preto, o gato preto, o porco preto,

a ovelha preta, o papão negro, o bode preto, etc. Em Portugal se diz que é bom ter sempre uma galinha preta em casa, porque as desgraças cairão todas sobre a ave; ao que em Vila Nova de Famalicão se especifica melhor que a galinha preta afugenta qualquer doença. Em Vila Real a borboleta branca é sinal de boa notícia, e a preta de má, pelo que a matam. No Alentejo, galo cantando de-noite todas as cousas se espalham, e si é preto então a desgraça inda é maior.

Na feitiçaria, o preto é também duplamente usado: 1.º — como côr do mal; 2.º — mas tão detestavel que afugenta o próprio mal. O bode preto é o das bruxas e bruxedos europeus, que veio feminilizar-se entre nós na cabra preta dos catimbós e candoblés. Num curioso texto português setecentista, "As Bruxas Namoradas", elas invocam o bode preto diabólico pela boca de Bruxamaia, em decá-silabos mais ou menos frouxos:

"Correio da ferra, ó bodes côr da noite,
Acendei com as caudas a fogueira!".

No "Auto das Fadas" de Gil Vicente, o galo é preto, o gato é preto, o bode é preto, o corvo e o pêz são pretos. E mais: o próprio "sino samão", o signo de Salomão, está

"metido num coração
de gôsto preto".

Mas que o preto chegue a horrorizar as proprias bruxas européias, não ha dúvida. Leite de Vasconcelos, ainda uma vez, colheu um refrão usado pelas bruxas portuguesas de Alcobça, que diz assim:

Galo branco?
Não me espanto.
Galo loiro?
E' agoiro.
Galo preto?
Não me meto!

E essa é a crença mais universal, como prova outro autor pela Revista Lusitana, vol. XXI. A côr preta é tão horrivel que é da maior eficácia como exorcismo, usada para afastar bruxedos e feitiçarias e quase todos os maleficios extranaturais.

Em todo caso é possível por motivos economicos não ser muito exigente com a côr negra... E' ainda em Portugal (Turquel) que corre o provérbio condescendente:

Negro é o carvoeiro
Branco é o seu dinheiro.

Esta a superstição primária, pueril e depreciativa, que botou os negros no ostracismo do Bem. Não se trata de uma questão antropológica, nem de estupidez de um Gobineau ou de um ariano, nem de uma comparação de culturas; se trata de uma simples superstição de côr, anterior ao convívio histórico de pretos e de brancos, que se descarregou sobre as raças negras dominadas. Aplicou-se ao preto homem o que se dera á côr preta, fosse na chita ou no pêlo do bode. E o homem preto chega por isso a ser o próprio diabo. Quando êste aparece no famoso desafio que teve com Manuel do Riachão, aparece na pessoa de um negro. Lindolfo Gomes lembrando a tradição do "negro velho" em cima do telhado, que recolheu em Minas, verifica também que êle é o símbolo do demônio, a quem o povo ainda chama de "negro sujo". Às vezes, pela côr que tem, é um valor exorcístico, afasta as desgraças e dá felicidade; outras vezes, pela côr que tem, é um valôr invocativo, chama as desgraças. Prêso por ter cão, prêso por não ter cão... Já em Portugal ver uma mulher preto dá infelicidade mas ver um preto dá felicidade: ver um casal é felicidade garantida. No Norte brasileiro ver um padre e depois um soldado traz felicidade, mas ver um padre e depois um negro traz desgraça. Em Barretos, viajante encontrando negro velho na estrada, é sinal de desastre na viagem. Entre outras superstições colhidas por Edmundo Krug em nosso Estado, preto vestido de branco dá possibilidades da gente se avistar com a pessoa amada e a contagem de pretos entra nas sortes de amor e nas da loteria, mas também ver preto cambaio é sinal de desgraça e sonhar com preto conhecido é doença, desgôsto ou a própria morte na família.

Todas estas observações podem ser mesquinhas como elevação moral do homem branco ou muito interessantes como folclôre, mas é realmente trágico a gente verificar que foi duma simples superstição inicial, uma questão de côres-símbolos, que o branco derivou o seu repúdio, a sua repulsa por toda uma larga porção da humanidade, as raças negras.

Deus omnisciente nas coisas da eternidade, também é omnisciente nas coisas da terra... Os dois grandes castigos terrestres registrados pela Bíblia o provam bem. Querendo castigar os israelitas, Deus tirou-lhes a patria, querendo castigar os filhos de Cam, deu-lhes a côr. Por acaso virá um dia em que celebremos o homem, liberto de suas trágicas superstições?..

A FEIRA DE TECIDOS

- É A DETENTORA DAS NOVIDADES EM SEDAS E TECIDOS FINOS.
- É A TRIUNFANTE EM PREÇOS BABATISSIMOS.
- É A PREDILECTA DAS ELEGANTES.
- É NA RUA RAMALHO ORTIGÃO, 20 (ANTIGA TRAVESSA S. FRANCISCO)

O Meu Sentimento Por Portugal

Portugal está sempre presente no pensamento do Brasil.

Todos nós não esquecemos que, à forte ousadia, à constante tenacidade, à equilibrada inteligência dos portugueses, ficamos-lhe devendo o melhor da nossa organização de povo livre.

O descobrimento foi grande cousa, acontecimento heróico, sem dúvida, mas podia ter acontecido com outros povos. Por aquêles últimos dias do século XV e por todo o século XVI os povos peninsulares penetravam pelos mares mais longínquos e muitas vezes diante de uma ilha perdida a prioridade da descoberta provocou rivalidades, despertou dúvidas, que a própria sabedoria do Tratado de Tordesilhas não extinguiu. O bem maior que Portugal nos deu não foi, assim, a descoberta, foi o espírito que presidiu à nossa organização.

A visão e a tenacidade com que o português soube se estender pelo litoral, "mariscando pela costa como caranguejo", no dizer pitoresco de Cardim, mas tomando posse, efectiva, do imenso trato de terra que o destino lhe pusera no caminho, lhe assegurando o domínio do solo. A constância com que, acompanhando a penetração do gado, fez a conquista do sertão, espraiou este domínio, tornando possível, já com o mamaluco, a era dos bandeirantes. A irradiação mais tarde operada, em todos os sentidos, dessas bandeiras heróicas, firmou com a língua o espírito da raça nas mais longínquas regiões do Brasil.

Para completar, na hora exata, o destino desta obra, esteve sempre presente o génio construtivo do povo português. O regimen de capitánias, transformadas em Governo-Geral, assegurou a unidade do território, preparou o Brasil para o seu destino livre. A mescla, logo iniciada na primeira hora do povo luso com as filhas da terra, subordinou-se a um imperativo de funda sabedoria.

Não foram apenas os instintos que falaram, impondo a mestiçagem mamaluca, foi a voz profunda da razão e da prudência, de um grande po-

pelo Dr. Anygone Costa

vo de população escassa colocado em frente da necessidade de povoar, dirigir e civilizar um continente. Não era a fome de mulher, que o atirava à caça à cabocla. Nêle gritava mais que o acicate da reprodução, o instinto da perpetuidade da raça.

Ao iniciar a escrita desse capítulo sem par, de alto valor na história humana, que é o ciclo das navegações, o homem de Portugal conduzia consigo a força de um destino. Viviam nêle impulsos e sentimentos que ainda não haviam agitado o coração de outros homens. Eles não partiam à aventura no sentido que o espírito do nosso tempo deu a este vocábulo. Viviam dentro dêles as idéias

que constróem momentos decisivos na vida humana. Só isto podia dar fôrça a um povo tão pequeno, para realizar tão grandes cousas, para se perpetuar, através da lingua, da tradição, dos costumes, numa terra que era cem vezes maior que a sua.

Este é o grande motivo da constância, do permanente reconhecimento e amizade, que o Brasil tem por Portugal. Nós lhe devemos a estrutura indiviza do nosso solo e o sentimento que o manteve uma pátria una. Estas são fôrças morais eternas que aproximam os homens, laços que resistem ás crises e a que o tempo emprestando a rigidez do bronze, dá um sentido indestrutível.

PARA A SOCIEDADE LUSO - AFRICANA DO

RIO DE JANEIRO

pelo DR. JOÃO DE BARROS

Quem, vivendo longe da Pátria, não a trará perenemente consigo, saudosos da terra que lhe foi berço, do ar que primeiro respirou, da paisagem que primeiro lhe deslumbrou os olhos e alvorçou a sensibilidade?

Ninguém, de-certo, foge a essa amorável lei do coração, da inteligência e do instinto. Ninguém. Mas os portugueses atingem, porventura, no desejo e capacidade de lembrar, evocar e honrar o país distante, excepcionais atitudes de beleza, fôrmas e expressões de singular grandeza. Sempre. E, mais do que nunca, ao ampliarem a sua recordação da Pátria não apenas ao pedaço de solo natal, mas à consciência perfeita do vasto e glorioso conjunto de regiões próximas ou remotas — sobre as quais legitimamente se desfalda a nossa bandeira. Abranjem assim a própria alma da nação — a alma que foi e é o laço, o élo congregador das múltiplas afirmações da sua existência no espaço e no tempo, a causa, razão e motivo da sua continuidade histórica e da sua continuidade espiritual e cívica.

Este — o caso da "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO", e o segredo dos altos serviços que vem prestando ao prestígio de Portugal. Temos todos o dever de animar, de encorajar e de louvar os seus esforços admiráveis — que, sob o signo do passado heroico e do presente promissor, realizam uma obra que ilumina e indica o mais belo e desafogado limiar do futuro.

EXPEDIENTE

Exceptuados três artigos, tôda a demais colaboração dêste BOLETIM não só é rigorosamente inédita como foi, pelos seus autores, escrita expressamente para êle.

A ordem pela qual os artigos foram paginados não obedeceu a nenhum propósito de primazia, mas, tão sómente, aos imperativos de ordem gráfica.

Devido a dificuldades de carácter financeiro — com as quais, aliás, lutamos desde a primeira hora de existência, mas, que, nos últimos tempos, se agravaram de modo considerável — não nos foi possível publicar o presente BOLETIM com tantas páginas quanto as necessárias para nêle incluímos a colaboração que ainda temos em nosso poder, da autoria dos Srs. Coronel João Alexandre Lopes Galvão, Padre António Erásio, S. Sp., Dr. Vasco da Gama Fernandes, Dr. Sebastião Ribeiro, Manuel de Bastos Pinto, Major J. Mendes do Amaral, Maria Archer, Eduardo Moreira, Dr. Macedo Mendes, Diogo de Macedo, Dr. A. C. Veiga Pires, Major A. F. Varão, Dr. Joaquim Saldanha, Padre J. Alves Correia, Capitão Augusto Casimiro e Dr. Ferreira Diniz e outros.

Fica, porém, reservada com as devidas, e merecidas honras, para o próximo número, o que não impede que, por esta forma, roguemos a êsses nossos ilustres amigos e brilhantes colaboradores o seu perdão.

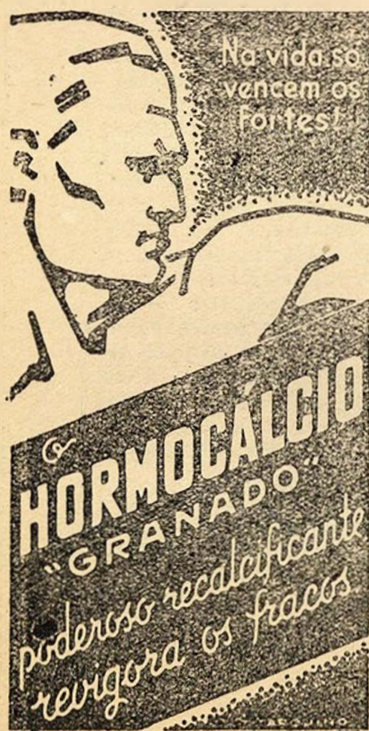
E' de lamentar que assim aconteça, mas que se há-de fazer, se o patriotismo de uns não passa de convencional e rebatido slogan, e o de outros não vai além da abertura da arrastadas subscrições para a compra de pardieiros mais ou menos históricos, ou da promoção de excursões turísticas vagamente suspeitas?

Tudo isto, afinal de contas, não deixa do ser razoável e até explicável — (há por aí tanta gente que precisa arranjar a vida!) — o que não é razoável nem explicável, porém, é que, pessoas que pareciam inteligentes, e mesmo cultas, ao chegarem a Lisboa, de regresso do Brasil, apontem, para pasmo dos jornalistas desprevenidos que as abordam, como demonstração suprema do patriotismo dos portugueses, a cifra, que nada tem de astronómica, antes pelo contrário, em que se encontra uma subscrição que por aí corre, de mão em mão, entre amigos... Será que, para certos literatos-filósofos nas horas vagas, prefaciadores amenos de autênticos abacaxis literários em prosa e verso, a colónia continúa a compôr-se unicamente daquela espécie caricata de material humano, flatulento e reumático, no qual Camilo recrutou inúmeras figuras dos seus romances? Ora valha-nos Deus, já que os santos sós, coitados, não podem!

Todavia, os lunáticos da Luso-Africana (ou melhor, os lunáticos do Brasil como nos chamou êsse alto e brilhante espirito de português que é o Sr. Dr. Hipólito Raposo), esperam, se Deus lhes der vida e saúde, prosseguir intrêpidamente na obra que por devoção cívica se impuseram a si próprios, ainda que tenham de, mais uma vez e sempre, deitar sola de mólho, repetindo o feito amargo dos seus irmãos da Nau Catarineta...

Leiam e assinem a revista A "REVISTA DE PORTUGAL"

A MELHOR PUBLICAÇÃO literaria saída dos prelos portugueses nos últimos 30 anos.



Na vida só vencem os fortes!

HORMOCÁLCIO
"GRANADO"

*poderoso recalcificante
reergora os fracos*



TARDUINO

GINOROL
LÍQUIDO
"GRANADO"

Para a higiene das senhoras

Antisséptico
Bactericida
Desodorizante

Delicadamente perfumado



TARDUINO

PERFEITAMENTE NORMAL I

PARA OS MALES DOS RINS, BEXIGA E VIAS URINÁRIAS NADA HA QUE SE COMPARE A

URIDINA
"GRANADO"

Escravos das Colónias

Portuguesas para o Brasil

por ————— ●
Edmundo Correia Lopes

O artigo que queria mandar, era módica aspiração para quem, propôsto um plano, há meses que lê documentos ou, melhor, documentos escolhe e documentos procura, sabendo a tésse que lhe convém defender. Os vestígios que do comércio de escravos conservam os arquivos, na sua característica desigualdade lembram um presente do acaso. Suficientes desde já para afastar da história do tráfico português os números astronómicos até há pouco admitidos, não pode, porém, o etnógrafo prever tão cedo onde chegará com testemunhos de antepassados que não se preocuparam com êle, de-certo. E' graças ao achado dum vocabulário da língua geral dos escravos, tentamen de 1731 repetido dez anos depois, que sabemos que os pretos das Minas Gerais falavam a lingua do Daomé (1), mas levar para o campo dos números, por um processo mais directo que o de Simonsen, a questão sudanesa tão bem focada na etnografia religiosa, é coisa que não posso por hoje.

Os escravos das nossas colónias, Angola e Senegâmbia, eram mais constante e geralmente introduzidos no Brasil por nós mesmos e, portanto, é mais fácil, se não contá-los, calculá-los. Alguma coisa vou dizer a respeito, prudentemente, porque num estudo de conjunto em muitas coisas se tem de reparar. Angola vem em primeiro lugar e é o caso mais simples. Nem por isso vou a êle tão seguro como o estou da sua fácil solução, pois nada me tem preocupado, tanto a julgo certa.

Angola anda indissolúvelmente ligada ao Congo e é justo, porque em ambas as regiões são negros bântus. Em todo o caso não causam pequena confusão as divisões: Angola, Congo e, por fim, Benguela, que poderíamos ter em muito distinto aprêço se cada uma delas nos desse números. Êstes existem sob uma rubrica só. Angola, o nome de guerra e de triunfo da nossa ocupação em todos êsses domínios. O nome Congo tem foros de prioridade histórica — cem anos de embaixadas desde a de Gonçalo de Sousa (1490), os navios que, segundo o regimento dado a Simão da Silveira, deviam vir bem carregados de escravos (1512), 12 a 15 do posto de Pinda que em 14 mêses, com car-

(1) A análise dêsse vocabulário faz parte de um artigo "Vestígios de África no Brasil", dado para próxima publicação à revista "O Mundo Português".

gas de 400 a 700 peças... de-certo não fôram a S. Tomé (2), queixas dos reis do Congo por lhe não tirarem escravos e por lhos tirarem também: soma feita, um milhão de almas que Cadornega computa nos cem anos. Na mesma data, para confirmar a sinònimia Congo-Angola, temos o cômputo de Duarte Lopes (Pigafetta) de mais de 5.000 escravos para a região extractiva entre o Bengo e o Zaire. 20.131 peças em um quádrênio, 50.053, nos dezasseis anos de 1575-91, são agora números documentados em livros que viu o emérito Domingos de Abreu de Brito dos escravos saídos de Angola para o Brasil e Índias de Castela (basta acrescentar o têrço furtado a direitos com escândalo dêsse autor e outras testemunhas unânimes pelos anos seguintes). Felner, que editou o **Sumário e descrição do reino de Angola**, não ficou satisfeito enquanto não multiplicou êstes números por dois para ter em cabeças algarismos talvez mais fáceis de harmonizar com os outros depoimentos e os cálculos astronómicos reinantes. Cita mal J. Lúcio de Azevedo mas até Simonsen que na **História económica do Brasil** deu um passo decisivo na questão dos números da escravatura, reconhece, fazendo outras citações, que "havia condições suplementares de idade, saúde, etc. para formar o conceito da raça da Índia". Também a mim me cumpre reconhecê-lo mas não posso acreditar que essa diferença nos leve muito longe dos números singelos. Em primeiro lugar, o fisco só distinguia entre cabeças e escravos de meio direito (e crias de peito). Depois, o teor dos assentos parece-me significativo, por ex.:" 218 escravos, sendo 109 peças lotadas e 109 moleques e molecas de seis palmos para cima" (1m.32); "300 peças de Índia e outras 300 sorteadas conforme a avaliação de Angola" (Assentos de Manoel Freire de Ocaña e Manoel Francisco Vilar em 1698 e José Ardevieus em 1680 para a introdução de escravos no Maranhão e Pará). Mas isto são nugas. Podemos bem conceder 5.000 cabeças anuais. Demais, 15 a 20 por cento é certo que morreram em viagem...

E ainda não é tudo. Por um documento de 1611, que é uma devassa sôbre façanhas praticadas por um contratador, Manoel Drago, judeu ou cristão novo, fica-se sabendo do facto de "não se botar nos seus (3) livros da feitoria ho que vem de loango, pinda he maiombe por ser cousa que sua magestade ha rendou fora deste contrato e pouço mais ou menos rende de vinte mil cruzados quada ano". (4)

(2) Em 1548 — uma inquirição na côrte do rei do Congo. Francisco de Barros Paiva, capitão de São Tomé, navegando na esteira do antecessor Fernão de Melo, era inimigo figadal do negócio de Pinda, preferindo mandar navios a Angola, E' claro que, se pelo pôrto de Pinda saíssem em 14 meses uns 6.000 escravos, não poderia contar má vontade da parte dos officiais de S. Tomé. Êstes propunham-se, para castigar a insinceridade de D. Diogo, ir procurar directamente os escravos "angícos", que seriam os mesmos que em Pinda se vendiam e, para isso subindo o rio, aproximar-se-iam da região celebrada pelas minas de cobre.

São mais de 2 milhares e meio com direito de navegar escravos para o Brasil a 3.000 rs., suposto que no contrato se não tratava de outra coisa. Depois os navegavam os contratadores para onde queriam. As índias de Castéla eram talvez o mercado preferido, em-todo-o-caso sempre atendido (assim nos rios da Guiné chegou-se a conspirar contra D. João IV (5)).

Mas vamos, que no Brasil tinham de entrar muitos escravos. A Câmara de Olinda em 1644, orçava o mínimo do necessário no Brasil holandês em 2.000, mas no tempo do rei de Espanha, recordava, a média anual era o dôbro, nessa ainda então a melhor das capitânias do Brasil. Segundo, porém, uma estimativa holandesa em 1639, publicada por Netscher (e por Simonsen), a Holanda conquistava Angola para extrair de lá para o Brasil uma anuidade de 5.000 escravos, um lucro para ela de 150.000 florins, uns 2 1/2 % do total dos lucros nestas partes.

Fora de Pernambuco, com a ocupação de Luanda pelos holandeses, o Brasil tinha de procurar solução para o grave problema da escravatura. Os escravos de Moçambique que no século XVIII, no tempo de Antonil, costumavam vir nas naus da Índia, foram então objeto de cogitação séria, parece que pela primeira vez. Um António Borges se propôs introduzi-los e a isenção de direitos que lhe era concedida, com a redução a 5 % só nas fazendas, estriba-se, segundo a Provisão de 30 de janeiro de 1645 "no pouco interesse, a que até agora ninguém se quis arriscar, assi pello insuccesso do trato como por aquellas terras serem mais doentias". Mas sabem, em suma, quanto valia a exportação angolana em escravos antes da ocupação holandesa? Em algarismos, eu estou a cada momento a aprendê-lo e a esquecer-lo. Numa papelada de 1644, oriunda da imaginação fértil de Gaspar de Brito Freire, consta que valera onze a doze mil escravos "em cada um ano", o que é muito mas "que passaram para o serviço daquele estado (Brasil) e serviço de açúcar", isso é que é demais. Só mandando-lhes que se avenham com o dr. Roberto Simonsen.

Liberta, porém, Angola e continuando a exigência do Brasil a dez mil teria de chegar em breve para, em um século e em progressão

(3) Manoel Drago tinha desenvolvido um plano diabólico em-tôrno-dos últimos dias do feitor para o ilaquear.

(4) "...tirou hum estrumêto sobre hos framengos que estão no loango e pinda resgatando sobre dizer tem perdido niso, ho qoale sem embargo dos ditos framengos estarem nas ditas partes tem tirado mais proveito do que importão hos quatro côtos que se daa pelo côtrato a sua magestade.

— Arq. Hist. Colonial, Angola, ex 1, doc. 34.

Pelo contrato de Angola no tempo de Abreu de Brito de que se registaram as 20.131 peças em 4 anos, valendo de direitos sessenta contos, pagava o contratador onze contos anuais. Contudo, o sistema dos contratos provou sempre conveniente. Entre os atestados de benemerência que José Marques da Silva fez tirar na Baía figura o de fiador nos contratos dos direitos dos escravos da côrte da Mina no triênio de 1784-86, que se liquidaram desta maneira:

Pela Alfandega da Baía.....	12.866\$	5.943\$
" " do Rio.	2.137\$5	621\$
" " de S. Tomé	3.202\$5	—
" " de Principe.	4.872\$	—
Entregue pelo fiador.	8.086\$	1.436\$
Total.	31:164\$	8:000\$

CLINICA HOMŒOPÁTICA

Dr. Sabina Theodoro

Prof. Cath. de Clinica Medica da Esc. de Medicina e Cirurgia, Ex-Director da mesma Escola de 1927 a 1933, e do Hospital Hahnemaniano, de 1925 a 1933, Ex-Presidente do Instituto Hahnemaniano, Medico da Beneficencia Portuguesa: // //

Consultório : EDIFICIO REX

Salas 708/709, das 18 horas em diante, cu, antes, com hora marcada.

TELEFONE 22-0632

Res. RUA PETRÓPOLIS, 136 Tel. 22-6586

aritmética, atingir à-roda-de 1789 o número de 16.000 sôbre que Elias Alexandre da Silva Correia têm de ser crido. (6). Agora é já exigência de cálculo. Em 1681 temos o contrato de Angola, Congo, Loango e Benguela por seis anos, a 23.600\$000 rs. por ano e mil cruzados, etc. Daqui por diante podemos acompanhar os progressos de contrato para contrato. Em 1736, com aumento de direitos — os velhos e novos em dois contratos separados, ao mesmo — 58 contos, etc.

Eram na grande maioria escravos para o Brasil, embora dêste lado seja difícil dar-se conta. E' preciso mesmo esforço de interpretação. Perante a escassez de escravos em comêços do sec. XVIII no sul, surgiu a idéia de promover um contrato para sacar mil de Angola e três a quatro mil da Costa da Mina, no que afinal se sobre-esteve "considerando a gravidade dêste negócio, prejuizo do Comercio, dos habitantes e contingência de semelhantes nas conquistas em que a experiência tem mostrado não corresponder o efeito ao animo com que se dispuzerão". (Decreto de 30 de março de 1707). Parece estranho para o Rio de Janeiro um estanco de mil escravos de Angola, donde tantos deviam ir, porém com 4.000 da Costa da Mina já era muito e tanto que... não foi. E isso apenas prova que os negros de Angola não eram preferidos para a mineração senão, já o sabemos, os do Daomé.

Em-todo-o-caso, crê-se, muito nos iludiriam as estatísticas alfandegárias. Em 1768-69 entram na Baía 2.882 escravos da Costa da Mina e nos mesmo doze meses vieram para o mesmo pôrto, de Angola e do Presídio de Benguela, cinco embarcações e nelas 1.303 cabeças, 6 crias de meio direito e 7 crias de peito.

Foi um ano mau, em que êste artigo se atolou devido á precipitação com que corre. Mas ha piores: 1797—3938 escravos da Costa da Mina e 580 de Angola na Baía.

Fico, leitor, comprometido a explicar-me sôbre tão obscuro ponto, se Deus me der vida.

(5) Os conjurados entendiam-se em Cabo Verde, na Ilha Terceira e... com parentes em Lisboa. Duma nau dada à costa em Buarcos desembarcou um jôven de 15 anos que trazia cartas para uma freira. Era a conjura e nada mais, que eu saiba.

(6) História de Angola (Coleção dos clássicos da Expansão Portuguesa) — Lisboa, 1937.

Leves Antecipações

Luso - Brasileiras

pelo

DR. ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO

A um velho amigo meu, brasileiro, santo homem, mas de estrangeirada cultura intelectual, por muito cedo desenraizado do seu meio sul-americano para estudos comerciais em escolas inglesas e alemãs da Europa, ofereci, em um seu dia natal um exemplar da formosa edição de "Os Lusíadas", do Dr. José Maria Rodrigues, o sábio camonianista, e do admirável Poeta Afonso Lopes Vieira.

Não me passou despercebido o olhar interrogativo ou levemente admirado que lhe vi, e soube mais tarde por pessoa de sua família, que o intrigara a intenção da minha oferta, e não a soubera desde logo reconhecer.

Mas, meu bom e velho amigo, a grande voz sonora do Poeta máximo, que nesse livro de meu presente de aniversário se fixara, era o suprêmo canto épico da sua como da minha Pátria, que scava grandiosamente para toda a pobre eternidade dos homens da mesma língua, e que no nosso subconsciente cumpria que dominasse todas as algarvias de ingleses e teutões a que os seus ouvidos se haviam acostumado, desde a meia adolescência!

Com êsse alto cântico heróico no mais íntimo do ser, vós serieis sempre um brasileiro ou um português.

Com êsse cântico épico na minha alma, eu serei sempre um português ou um brasileiro.

Visceralmente, estruturalmente, espiritualmente, o brasileiro ou frondeja ao esplendor do grande sol e das cintilantes constelações austrais na sua pujança vital de enxêrto vivoiro português em cépas ameríndias ou africanas, inserido na era genial de Quinhentos, no *ver sacrum* europeu para além dos mares ocidentais, ou lentamente murchará, abafado pelo novo e férvido pulular da selva primeva.

A não ser que outras raças de homens brancos ou amarelos desbastem e arrotéiem a selva.

Mas então já não será caso da vergôntea Lusíada, original e fecunda, sustentando ao alto a maravilhosa flor cristã da Europa atlântica, terna de todo o sonho celtico, sentimental de todo o matiz de sangue e ardor dos homens mediterrânicos, dominadora e humanizada de todos os instintos de luta e organização do cartaginês, do egeu, do grego e do romano.

O momento da escolha do próprio destino definitivo soou para cada povo de hoje, e o homem actual está acometido da nevrose das veleidades. Os destinos apressam-se.

Guerras de ideologias dispaes ainda, num soerguer cego das massas humanas, mas em breve, quem sabe, guerras gerais de raças; por ultimo guerras de continentes, se viu claro o

genial espírito de Tarde, nas suas antecipações dos "Fragments d'Histoire Future".

Guerras mundiais das raças, lá para diante, mas já a separação das raças, em cada povo do tipo anglo-germânico.

E' bem conhecido o capítulo dolorosissimo dêste nome — *la séparation des races* — no formoso e tão humano livro de Georges Duhamel — "Scènes de la Vie Future".

O anglo-saxónio, como o germano, inicia uma tremenda e trágica luta.

Da mais antiga civilização cristã, porventura, de instintos mais *virgilianos*, como diria Tarde, os chamados povos latinos, ou latino-helênicos, preferiram sempre assimilar, a extirpar ou extirpar.

Para bem ou para mal da superioridade das estirpes humanas do futuro?

Creio firmemente que para bem, pois que já o homem europeu das cavernas não era de raça pura. A alma das raças ou dos povos é apenas um facto psicológico de convívio moral, de tradição milenária, de longa cultura espiritual comum.

Ha o facto cientificamente certo dos quatro grupos sanguíneos. Mas se a-pesar-de todos os cruzamentos humanos, persistirem separados, ou separáveis até final da espécie humana, mercê dos poligenismos primitivos ou das multimilenárias influências dos climas, dos céus, dos continentes, que as quatro futuras humanidades, correspondentes aos quatro grupos sanguíneos, deem de si, mercê precisamente dos cruzamentos, a mesma magnífica, esplêndida flor de cultura humana, antes de procurarem aniquilar-se, se o espírito de violência e feroz contenda fôr de todo, satanicamente, irradicável nos homens.

Na visão destas leves antecipações vai findar a minha vida espiritual, chegada já a hora alta em que é humano pensar apenas no desaparecimento, como no painel do conventinho do Buçaco está escrito sob o retrato do frade que fôra no século o marquês de Manresa, e que "por muito temer a morte, veio para aqui pensar na morte".

Fiz o esforço de traçar essas linhas rápidas para ter o pretexto de corresponder agradavelmente à gentil solicitação de colaborar no magnifico e tão patriótico "*Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*", que me foi feita pelo Exmo. Sr. Raul do Rego, e verbalmente pelo meu querido e ilustre amigo Sr. Dr. Nuno Simões, alto espírito de português, tão largamente aberto a todas as correntes espirituais que agitam hoje a alma de Portugal.

E S T A N T E

"A HIGIENE NA ESCOLA PRIMÁRIA"

pele DR. JOSÉ CRÊSPO

O Dr. José Gomes de Almeida Crêspo que é, a par dum médico inteligente, um formoso espírito literário, publicou, num interessante folheto, a conferência sob o título acima, lida aos professores primários de Viana-do-Castelo, trabalho que, justamente, foi louvado pelo Ministério da Educação Nacional.

No exemplar que temos presente, o autor denuncia bem a sua paixão pelos assuntos médico-pedagógicos e revela uma cultura adequada ao assunto, demonstrando a necessidade da presença do médico na escola primária para, mãos dadas com o professor, ambos realizarem o integral desenvolvimento do aluno, pois o homem deve ser igualmente robusto, do corpo e da alma, **mens sana in corpore sano**, acertando, para isso, a instrução o passo com a educação. Assim surge como primeira condição a instala-

ção da escola que terá de obedecer a tantos requisitos dirigidos àquela finalidade. O arranjo interior da mesma deve levar ao aluno a primeira noção de ordem, asseio e bom gosto. O professor, sendo um fiscal-amigo dos hábitos do aluno, deve ser também um exemplo vivo a imitar, pois a autoridade moral é tudo.

Ali se lembra a utilidade da cantina para o aluno pobre, efectivada pela própria cooperativa escolar de colaboração com o subsídio do Estado, — lição de solidariedade. A educação física, tão de aconselhar, é de difícil escôlha atendendo à pouquidade dos alunos, organismos ainda débeis, frágeis. Serão alguns jogos — como aconselha Groos — a verdadeira preparação para a vida adulta.

Fala-nos ainda da gymnástica admirável que são para os sentidos, os trabalhos ma-

nuais e os labores que às mãos cumpre ajudar os olhos e aos olhos cumpre saberem ver, observar. Foi Michelet que aconselhou a ver antes de ler.

Só educados os olhos se distinguirão as côres em tôdas as suas cambiantes, se saberão proporcionar as dimensões.

Saber respeitar a fadiga, distinguir o aluno normal do anormal, tratando, portanto, diferentemente, quanto possível, cada caso. Nunca esquecer o fim último a atingir, — formar um caracter. Para isso indispensável se torna guiar o aluno **vera via**, sabendo, pela fôrça de vontade, ser e manter-se idealista, como idealistas foram os nossos maiores. E, a propósito, numa evocação feliz, o Dr. José Crêspo recorda-nos tôda a epopéia dos mares, — ideal do Infante de Sagres e seus homens que nos levaram à Índia portentosa e ao Brasil maravilhoso!

A leitura dêste livrinho é para o espírito um tónico poderoso. Que nenhum professor deixe de o ler e sôbre êle meditar.

Viana, — 1938

MENDES CARNEIRO

M E S T I Ç A G E M

Onde o segredo da paz interna do Brasil senão no tacto com que o português, desde o primeiro dia do desembarque, promove ardente e silenciosamente a mestiçagem na gleba americana? Depois de uma cooperação de quatro séculos e meio, temos de reconhecer que quem andou certo sociologicamente, aqui, foi o lusitano. Esses conquistadores atrevidos não vinham aqui antecipar as doutrinas biológicas da raça de Gobineau e Lapouge, Stewart-Chamberlain e do neo-racismo germano. Vinham povoar uma terra ralmente habitada por aborígenes, que só tinham como contribuição, para oferecer à obra colonizadora de nautas e soldados com 60, 80 e 100 dias de jejum, no mar, mulheres e solo virgem.

Não hesitaram os lusitanos.

Com a terra fizeram logo o grilo.

Dom Manoel o Venturoso, era o nome do primeiro grileiro que apareceu no Brasil. O Grilo foi Porto Seguro. Monte Pascoal e adjacências. Com as índias não hesitaram os portugueses em fabricar mamelucos. Quem era o mameluco? Uma sub-raça rústica, admiravelmente apta para a conquista da terra, e sem a qual o português não teria desbravado o imenso latifúndio que Portugal descobrira no Atlântico Sul. Depois os portugueses e as índias, suas colaboradoras, se revelavam minúsculo cabedal para tão vasto cometimento. A conquista crescia, e era preciso trabalhá-la com maior cópia de material humano. Chegaram da África os escravos. Ainda não hesitou o luso bravo em criar outra sub-raça, de indo-

Centro de Estudos por Correspondência

CURSO DE REDACÇÃO E ESTILO

dirigido pelo

DR. M. RODRIGUES LAPA

Antigo Professor Efectivo dos Liceus e da Universidade de Lisboa

Com vista a todos aqueles que queiram falar e escrever correctamente o português ou queiram ir mais além nos segredos do estilo literário. A todos serve, ao rapaz como à moça, ao caixeiro, como ao estudante, ao operário como ao bacharel, ao novo como ao velho, ao rico como ao pobre. Iniciativa de extraordinário alcance cultural. Apêlo constante à vontade, à flexão, ao sentimento e à fantasia: um despertamento, pela palavra escrita, de tôdas as energias da alma; a revelação do estilo individual por métodos novos, práticos e científicos.

Peça o prospecto explicativo, absolutamente grátis e sem o menor compromisso, ao

Centro de Estudos por Correspondência
RUA NEWTON, 3 — LISBÔA (PORTUGAL)

le não menos rústica, com que domina a brasileira gleba.

DR. ASSIS CHATEAUBRIAND



EXIJA UNICAMENTE - "FOX"
O MELHOR CALÇADO DO MUNDO.

